

Maria Luiza da Costa Ribeiro



Dinâmicas de produção do espaço
em cidades de pequeno porte populacional

O caso de Pocinhos-PB

CAU UFCG - 2023

Maria Luiza da Costa Ribeiro

**Dinâmicas de produção do espaço em
cidades de pequeno porte populacional -
O caso de Pocinhos-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso

Apresentado ao curso de graduação em
Arquitetura e Urbanismo, da Universidade
Federal de Campina Grande, como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Izabel Bezerra
de Miranda

Campina Grande

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1400
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: ctrn@ufcg.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.089224/2022-50

O Trabalho de Conclusão de Curso “**Dinâmicas de produção do espaço em cidades de pequeno porte populacional - O caso de Pocinhos-PB**”, foi defendido pela(o) aluna(o): **MARIA LUIZA DA COSTA RIBEIRO**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo foi **APROVADO EM: 13 DE FEVEREIRO DE 2023.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

PROF^ª. DR^ª. LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA (RESIDENTE)

PROF. DR. MARCUS VINÍCIUS DANTAS DE QUEIROZ (EXAMINADOR INTERNO)

PROF^ª. DR^ª PAULA DIEB MARTINS (EXAMINADORA EXTERNA).



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 13/02/2023, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DANTAS DE QUEIROZ, COORDENADOR(A)**, em 13/02/2023, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3091046** e o código CRC **D83B8EAB**.

As histórias têm lugares



Dedico este trabalho a pai, que como um pesquisador forasteiro encontrou como jeito de conhecer e pertencer a cidade, uma maneira de rememorar e compartilhar a sua história. Este trabalho não deixa nunca de ser uma extensão a este trabalho, sob o ponto de vista da formação do espaço.

Agradecimentos

Agradecer a tia iraguaci, pelas suas habilidades em networking pocinhense. À tia Ivaneide pelo acesso ao seu conhecimento adquirido nos tempos de trabalho em paróquia. A tia Irenice por compartilhar sobre seus tempos vivenciados em fábrica na cidade. Ao meu avô pela sua experiência como dono de motor de agave, com que criou toda família, que me foi compartilhada pelo meu tio Juscelino, a quem também agradeço. Agradeço a mãe por ouvir minhas teses e pelos caminhos percorridos nas visitas à cidade.

Agradeço também aos estudantes da Facisa, em especial Henrique e Raphael, por me proporcionarem acesso à parte das bases dos mapas que uso nas análises. A Laerte, pelo acesso a vídeos, imagens e causos históricos. Aos entrevistados, que me aceitaram em suas casas e compartilharam suas vivências em prol da análise e do registro do nosso espaço. À Jobson, grande urbanista, por sua ajuda com o Mapbiomas e à Josete, por termos gestado juntas a ideia de registrar o crescimento de nossas cidades na disciplina de Semiárido: Arquitetura, Cultura e Cidade, a qual agradeço ao professor Marcus por sua realização e a todos que compõem o curso de arquitetura e urbanismo da UFCG que proporcionaram a viabilidade da mesma.

Agradeço minha orientadora por suas correções e contribuições, também por palestra no Fórum Regional Nordeste do Br Cidades de 2019, evento que despertou meu interesse em trabalhar com cidades de pequeno porte. Agradeço também e fortemente à professora Kainara pela jornada de parceria que firma com todos os estudantes deste curso, e pela experiência incrível que foi estudar com mercado imobiliário em centros históricos.

Por fim, agradeço aos meus companheiros de surtos, parte indissociável da escrita de um TCC: Fabs, Gabriel, Rhaissa, Monique e Clara.

Resumo

Nos processos de transformações sociais, econômicas, culturais e nos fenômenos naturais, as cidades se modificam, se construindo e deixando de se construir. Nesse processo, agentes modificadores do espaço interferem nas dinâmicas, seguindo seus interesses e vontades. Dentro do estudo urbano, busca-se registrar experiências para cidade de pequeno porte populacional, definidas para até 50 mil habitantes, também maior parte dos municípios brasileiros. Este trabalho inaugural objetiva analisar as dinâmicas e organização espacial da cidade de Pocinhos PB, refletindo sobre a atuação de agentes modeladores do espaço urbano. Trata-se de uma síntese espacial dos registros históricos desde o surgimento do povoado em 1815, passando pelo desmembramento do município de Campina Grande em 1953 e chegando à atualidade no ano de 2023. São realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, bem como realizadas pesquisas em campo e conversas informais com agentes modeladores, encontrando no processos de crescimento da cidade três momentos: Pocinhos Rural, onde protagoniza-se o ciclo econômico do gado e do algodão, com ocupação das margens dos poços; Pocinhos e o beneficiamento do sisal, sendo esta voltada ao processamento do seu produto agrário, o sisal, com crescimento da cidade direcionado pela alocação das empresas, principalmente nas margens da cidade; e Pocinhos pós-sisal, quando a cidade cresce sobre o fim do ciclo do sisal. Nela figuram as principais intervenções de programas urbanos voltados à construção de habitação social principalmente em áreas periféricas ou de risco, com fortalecimento também dos deslocamentos pendulares. Dos atores identificados no texto, se encontra o papel do estado, como regulador e promotor imobiliário, seja em parcerias com proprietários fundiários ou oferecendo habitação social; os proprietários fundiários, que passam pelo papel também de proprietários dos meios de produção em ciclos agrícolas; Os proprietários dos meios de produção, atuantes principalmente no ciclo do sisal e ocupando as margens da cidade; os promotores imobiliários, sejam do próprio município ou de outras cidades; Os grupos sociais, que se organizam para preservação da paisagem urbana e a igreja, novo personagem que atua de diversas maneiras ao longo do crescimento da cidade.

Palavras-chave: Dinâmicas de Produção do espaço; Cidades de pequeno porte; Agentes modeladores do espaço; Pocinhos.

Abstract

In the processes of social, economic, cultural transformations and natural phenomena, cities get changed, being built or not. In this process, modifying agents of urban space interfere with the dynamics, following their own interests and wishes. About the study of cities, the aim is to record experiences for cities with small populations defined for up to 50,000 inhabitants, the most part of Brazilian municipalities. This inaugural work seeks to analyze the dynamics and spatial organization of the city of Pocinhos PB, reflecting on the performance of urban space modeling agents. It is a spatial synthesis of the historic records, since the beginning of the village in 1815, passing by the dismemberment of Campina Grande in 1953 and arriving to the present time in 2023. Were founded three process of city growing: Pocinhos Rural, where the economic cycle of cattle and cotton is the protagonist, with the occupation of the wells margins; Pocinhos and the industry, which is focused on the processing of its agricultural product, sisal, with the city's growth driven by the allocation of companies, mainly on the city's margins; and post-sisal Pocinhos, when the city grows at the end of the sisal cycle. It includes the main interventions of urban programs aimed at building social housing, mainly in peripheral or risky areas, also pendular displacement. Of the actors identified in the text, there is the role of the state as regulator and real estate promoter, either in partnerships with landowners or offering social housing; landowners, who also play the role of owners of the means of production in agricultural cycles; The owners of the means of production, active mainly in the sisal cycle and occupying the margins of the city; real estate developers, whether from the municipality itself or from other cities; The social groups, which are organized to preserve the urban landscape and the church, a new character that acts in different ways throughout the growth of the city.

Key-Words: Space Production Dynamics; small cities; modifying agents of urban space; Pocinhos.

Lista de abreviaturas e siglas

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAGEPA - Companhia de água e esgotos da Paraíba

CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular

CIATA-Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico

CONPEL - Companhia Nordestina de Papel

COOPERSISAL - Cooperativa Regional dos produtores de sisal da Paraíba

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FOEPE - Fundo Especial de Obras Públicas do Estado

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

IPTU - imposto predial e territorial urbano

ITBI - Imposto sobre Tramitação de Bens Imóveis

MCMV - Minha Casa Minha Vida

MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros

REFSA - Rede Ferroviária Federal SA

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

SEHAB - Secretaria de Habitação

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado

Lista de Figuras

Imagem 01: Cidade de Pocinhos. Foto de 2013	21
Imagem 02: Foto oblíqua da cidade de Pocinhos em 1970.	28
Imagem 03: Classificação de tipos de uso indicado por MapBiomas para o ano de 1986.	28
Imagem 04: Classificação de tipos de uso indicado por MapBiomas para o ano de 2021.	29
Imagem 05: Casa de Caridade, circa 1950.	40
Imagem 06: Bairro centro e bairro do Cruzeiro, foto aérea de 1970.	41
Imagem 07: Currais onde se estabelece o bairro do Cruzeiro.	42
Imagem 08: Feira central	44
Imagem 09: Sanatório São José, coordenado pelo IPASE.	49
Imagem 10: Obra de ampliação da prefeitura.	50
Imagem 11: Monumento do cruzeiro.	52
Imagem 12: Desfile de 7 de setembro, foto da década de 1940.	55
Imagem 13: Praça central.	56
Imagem 14 e 15: Casa do agente e armazém da estação ferroviária.	57
Imagem 16: Campo de Agave.	58
Imagem 17: Campo de milho.	59
Imagem 18: Campo de algodão e palma.	59
Imagem 19: Campo de palma, algodão e galinheiro.	60
Imagem 20: Reposição de lâmpadas na cruz da igreja.	61
Imagem 21: Bairro centro e bairro do Mercado, foto aérea de 1970.	64
Imagem 22: Bairro centro, Mercado e Cruzeiro/ Cacimba Nova.	64
Imagem 23: Cidade de Pocinhos. Foto aérea de 1970.	65
Imagem 24: Importadora e Exportadora José Tomé no bairro de Cacimba Nova.	66
Imagem 25: habitação no Bairro Ivo Benício, também conhecido como CONPEL.	75
Imagem 26: habitação no Bairro Ivo Benício, também conhecido como CONPEL.	
Imagem 27: habitação no Bairro Ivo Benício, também conhecido como CONPEL.	76
Imagem 28: Ao longo da Via Férrea é alocada a Vila dos Pobres.	77
Imagem 29: Rua Antônio Vaz Ribeiro nos anos 1999.	80
Imagem 30: Antigo galpão que foi ocupado pelo edifício das Alpargatas.	80
Imagem 31: Ffábrica Óleo Verde recebe muros altos.	82

Imagem 32: habitações da vila ferroviária ao fundo, na frente estação ferroviária.	83
Imagem 33: habitações da vila ferroviária ao fundo, na frente estação ferroviária.	84
Imagem 34: Antiga sede da CONPEL.	91
Imagem 37: folheto promocional de loteamento Jardins da Serra.	104
Imagem 38: folheto promocional de loteamento Jardins da Serra.	105
Imagem 39: habitações por construtora em loteamento Jardins da Serra II.	105
Imagem 40: espaçamento entre construções no loteamento Silva Salvino.	108
Imagem 41: Cemitério velho no Loteamento Maria Amélia.	109
Imagem 42: Folheto de loteamento Maria Amélia.	109
Imagem 38: Desmoronamento de casas no bairro do Cajueiro.	112

Lista de Cartogramas

Cartograma 01: Localização do núcleo urbano de Pocinhos-PB, 2022.	18
Cartograma 02: Condicionantes físicos da cidade de Pocinhos PB.	21
Cartograma 03 - Mancha urbana pocinhense e suas expansões nos últimos 20 anos.	22
Cartograma 04 Aproximação da cidade de Pocinhos em 1930.	45
Cartograma 05, Vias pertencentes aos bairros Cruzeiro e Cacimba Nova.	46
Cartograma 06, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos em 1970	68
Cartograma 07, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos em 1986	71
Cartograma 08, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos em 1995.	77
Cartograma 09, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos em 2005.	92
Cartograma 10, bairro Ivo Benício (CONPEL) em 2010	94
Cartograma 11, bairro Ivo Benício (CONPEL) em 2015.	95
Cartograma 12, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos em 2015.	96
Cartograma 13, loteamento Bela Vista, 2010.	98
Cartograma 14, loteamento Bela Vista, 2016.	98
Cartograma 15, áreas construídas no loteamento Jardim Etelvina III em 2010.	101
Cartograma 16, áreas construídas no loteamento Jardim Etelvina III em 2015.	101
Cartograma 17, bairro Jardim Etelvina, 2010.	105
Cartograma 18, bairro Jardim Etelvina e Antônio Rodrigues, 2015.	106
Cartograma 19, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos em 2005.	110

Lista de tabelas

Tabela 01: produção habitacional do programa Minha Casa Minha Vida para a cidade de Pocinhos.	93
---	----

Sumário

1.0 Introdução	15
1.1 Caracterização da área de estudo	17
1.1.1 Pocinhos: Crescimento urbano, uma perspectiva geral	19
1.2 Metodologia	23
2.0 Urbanismo em pequenas cidades	29
2.1 Cidades pequenas e a produção do espaço	29
2.1.1 Escalas: legislações urbanas X realidades locais	32
2.1.2 Agentes produtores do espaço	35
3.0 Pocinhos rural	38
3.1 Poços, o gado e o povoado	38
3.2 Pocinhos Agrária	41
3.2.1 Estagnação, secas e relações campinenses	41
3.2.2 O sisal desponta no município	46
4.0 Pocinhos e o beneficiamento do sisal	52
4.1 O Município de Pocinhos	52
4.2 Sisal decai, Pocinhos cresce	61
4.2.1 As indústrias do sisal encontram a cidade	68
5.0 Pocinhos pós-sisal	79
5.1 Sobre as cinzas do sisal	79
5.2 Um contexto administrativo	85
5.2.1 A Organização Administrativa Municipal	85
5.2.2 O aparato legislativo	87
5.2.4 Os grupos populares	88
5.3 Novas demandas urbanas	89
5.4 A produção de habitações	90
5.4.1 Processos de produção de habitação social	90
5.4.2 Habitação social no programa Minha casa Minha Vida	94
5.4.3 Habitação social de mercado	98
6.0 Conclusões	114
7.0 Referências	118

1.0 Introdução

As cidades, muito mais do que um espaço para os acontecimentos históricos, também podem ser comparadas a organismos vivos. Nos processos das transformações sociais, econômicas, culturais e nos fenômenos naturais, físicos ou biológicos, a cidade em muito se modifica, se construindo e deixando se construir. Nesta configuração, criam-se registros históricos importantes nos traçados urbanos, na infraestrutura urbana, nas relações entre cidades, nos edifícios edificados e nos aspectos subjetivos da maneira como as pessoas encaram e vivem seus espaços. Porém, assim como a sociedade é composta de pessoas, as modificações urbanas também são provocadas por agentes reais, com seus próprios interesses e vontades. É nas dinâmicas de poder e influência que se travam disputas pelo espaço, tendo como resultado as cidades.

Propõe-se nessa pesquisa estudar as dinâmicas e a organização espacial no município de Pocinhos, interior da Paraíba, desde seu surgimento até os dias atuais. Pocinhos é considerada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como uma cidade de pequeno porte, por possuir menos de 50 mil habitantes. O total de moradores que a cidade possui é de 18.848 habitantes segundo estimativas do IBGE.

Dos 5570 municípios brasileiros, apenas cerca de 40 são consideradas cidades grandes, que possuem acima de 500 mil habitantes (dado IBGE 2022). Em compensação, a história do urbanismo está mais associada aos estudos de soluções para esses municípios maiores. Estima-se que, do total dos municípios brasileiros, cerca de 80% (quase 4 mil) possuem população inferior à 20 mil habitantes, situação que não só não gera obrigatoriedade de elaboração de instrumentos de planejamento urbanísticos como o plano diretor como também não há nenhum outro tipo de plano ou substituto (CMN, 2015). E mesmo nas cidades pequenas acima de 20 mil habitantes, quando existem soluções via plano diretor, por exemplo, costumam ser resultados pasteurizados que replicam soluções voltadas às cidades de maior porte.

O trabalho aqui apresentado surge com a emergente necessidade de produção de registros de experiências voltadas para a escala dos pequenos municípios, visto que existem problemas que são particulares do conjunto de municípios ou realidades regionais deste porte, tais como: precariedade de estruturas administrativas municipais; falta de planejamento e regulação urbanística; incipiente controle sobre os processos espaciais de uso e ocupação do solo, principalmente diante a grandes empresas; grande concentração de posse de terras de propriedades urbanas; poucos registros sobre as dinâmicas de uso e ocupação do solo bem como extensas áreas de irregularidade fundiária.

São a partir de trabalhos como este que se pode observar a abrangência e influência desses problemas apontados para esses agrupamentos urbanos de pequeno porte populacional, através de estudos de casos. Esse trabalho busca analisar o caso de

Pocinhos-PB, que apesar de ser específico para realidade pocinhense, contribui aos estudos de cidades de similar porte e situações.

Entendendo que é na administração das cidades em que a atuação do arquiteto urbanista é mais frequente, surge o interesse de estudar o impacto que a regulação urbana e administração municipal teriam nesta cidade para fundamentar decisões futuras no processo do fazer urbano da cidade de Pocinhos. O trabalho se propõe a perguntar: de que forma a municipalidade foi capaz de atuar na formação do espaço na cidade, mediando e regulando a atuação de outros agentes modeladores do espaço?

Frente as atuações do poder público, se destaca a emergente necessidade de produção do plano diretor da cidade, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Institucionalizado pela Constituição Federal (Artigos 182 e 183) e referendado pelo estatuto da cidade, lei federal nº 10.257 de 2001, está prevista a obrigatoriedade de sua aplicação para agrupamentos urbanos com mais de vinte mil habitantes e/ou integrantes de regiões metropolitanas, entre outros critérios. Pocinhos, pertencente à região metropolitana de Campina Grande já deveria atender à lei, além disso se deve considerar o número de habitantes próximo aos 20 mil indicando a necessidade da elaboração de seu plano diretor.

Acerca dos desafios encontrados em desenvolver uma pesquisa inaugural no quesito do estudo espacial do crescimento urbano de um município de pequeno porte populacional se trata também da dificuldade de ter acesso às informações. Os registros, ao serem encontrados, tornam-se norteadores do desenvolvimento do trabalho, compondo peças de um quebra-cabeças histórico, geográfico e socioeconômico. O resultado torna-se um trabalho panorâmico que se propõe tanto a solucionar como também a propor lacunas, possibilitando que novos trabalhos acerca do tema sejam produzidos.

O trabalho surge como uma síntese espacial dos registros históricos reunidos por uma série de historiadores e cidadãos pocinhenses (ou não) desde o surgimento do povoado em 1815, passando pelo desmembramento do município de Campina Grande em 1953 e chegando à atualidade no ano de 2023. Por mais que existam bibliografias voltadas para o registro do surgimento/crescimento da cidade, poucas trazem reflexões sobre o fazer urbano. Trata-se de pequenos recortes históricos, os quais reunidos com materiais de pesquisa e entrevistas informais direcionaram a composição deste trabalho que tem como objetivo analisar as dinâmicas e organização espacial da cidade refletindo sobre a atuação de agentes modeladores do espaço urbano.

Em específico, este trabalho refletirá sobre questões históricas, geográficas, econômicas e legais que afetam diretamente a construção da cidade de Pocinhos, mapeando as modificações urbanas geradas na cidade e caracterizando os principais agentes produtores do espaço urbano e suas principais ações.

Ele estará dividido em um momento de reflexão sobre o urbanismo em cidades pequenas, bem como discutir sobre escalas urbanas e agentes modeladores do espaço, categorizado como referencial teórico.

Em desenvolvimento do trabalho, se constrói a narrativa do crescimento urbano, sendo dividida em três momentos: Pocinhos Rural, onde protagoniza-se o ciclo econômico do gado e do algodão; Pocinhos e o beneficiamento do sisal, sendo esta voltada ao processamento do seu produto agrário, o sisal; e Pocinhos pós-sisal, na qual figuram as principais intervenções de programas urbanos voltados à construção de habitação social.

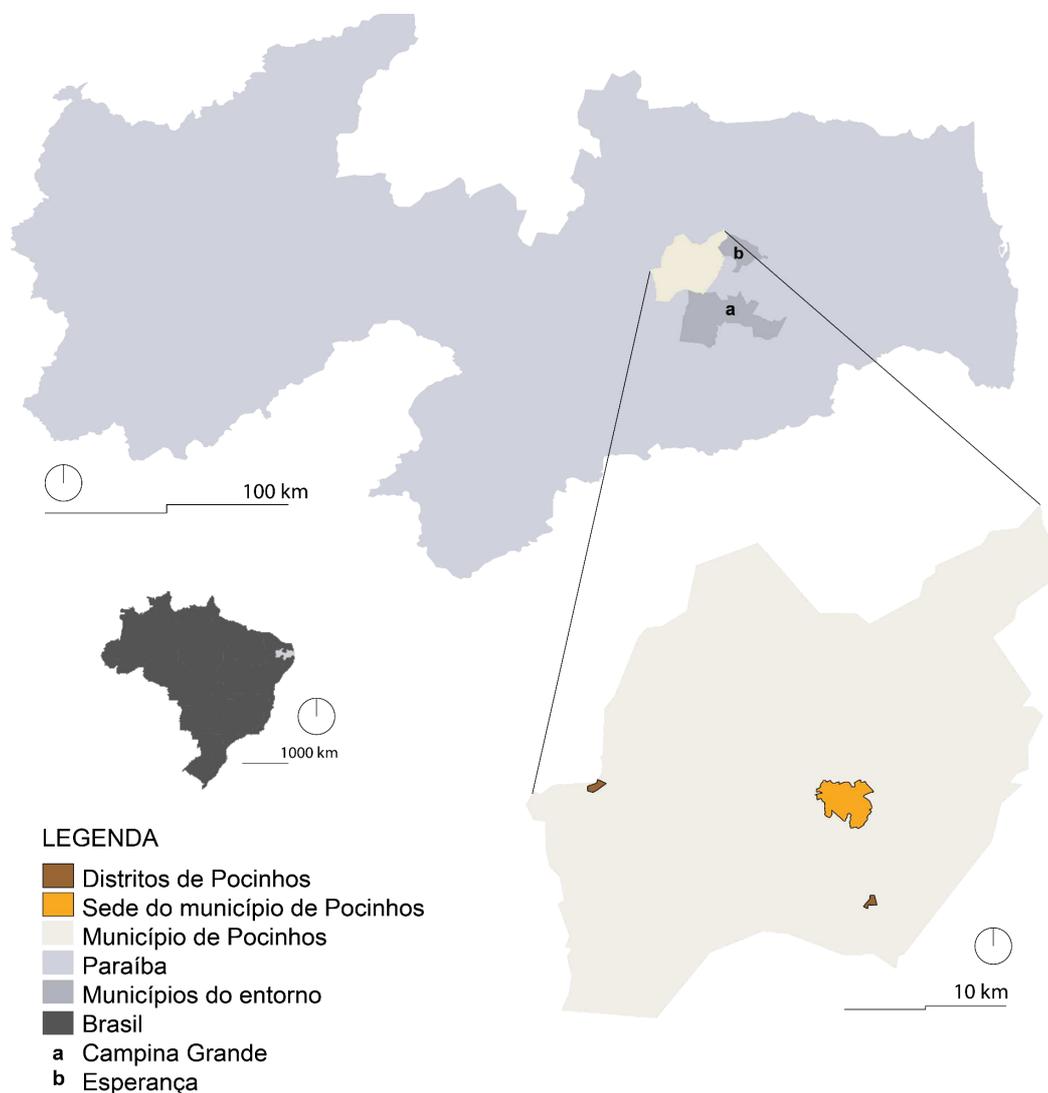
Como moradora na maior parte do tempo da minha graduação na cidade de Pocinhos, este trabalho surge como uma possibilidade de dar retorno à cidade que me recebeu durante tantos anos de minha vida. Debruçar o olhar analítico dentro do usual e corriqueiro, do pequeno e do “simples”, aplicando o conteúdo aprendido ao longo do curso de arquitetura me parece uma ótima resposta para a popularização do estudo da arquitetura e do urbanismo. Esta pesquisa também surge como uma continuidade ao trabalho histórico elaborado por meu pai, pesquisador da cidade em seu livro Pocinhos, o Local e o Geral (RIBEIRO, 2003).

1.1 Caracterização da área de estudo

A cidade de Pocinhos se situa na unidade ambiental do Planalto da Borborema, estado da Paraíba, mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Ocidental (IBGE, 2023). Dista 29,7 km da cidade de Campina Grande e 25,8 km da cidade de Esperança-PB. Juntamente com outras 8 cidades, constitui a região metropolitana de Esperança, como aprovado pela lei complementar n. 106 de 8 de junho de 2012. O IBGE aponta a partir do estudo da Região de Influência das Cidades (IBGE, 2018) que Pocinhos se encontra na região de influência de Campina Grande, tendo em vista a quantidade de deslocamentos e interações com a capital regional C¹ (IBGE, 2019).

Entendemos a importância de seus agrupamentos distritais e suas relações com cidades do entorno, menores ou maiores, mas para efeitos de enfoque e recorte de estudo, apenas o núcleo da cidade de Pocinhos será considerado.

¹ segundo o IBGE, (2018), capitais regionais “são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles.”. A média nacional de população das capitais regionais C é de 300 mil habitantes para 2018.



Cartograma 01: Localização do núcleo urbano de Pocinhos-PB, 2022. Elaborado pela autora.

O município possui área total de 630 km² e sua zona urbana mede 7,1km² ², aproximadamente 100 vezes menor que a área rural. A população total no Censo Demográfico 2010 foi de 17.032 habitantes (atualmente estimado pelo IBGE de 18.848 habitantes), sendo 56% urbana, uma taxa de urbanização bem inferior para a média do estado, que é de 75,3%. A densidade demográfica do município é de 27,12 habitantes por quilômetros quadrados (IBGE, 2021), colocando-a numa média entre os municípios paraibanos, porém bem inferior aos municípios presentes no seu entorno, se equiparando ou sendo levemente maior que os municípios situados no sertão. Sua grande área rural somada de sua localização criam características únicas no município, como a grande oferta de lotes rurais no entorno da mancha urbana, da alta quantidade de proprietários rurais e presença de agricultura urbana, mostrando assim uma interface urbana-rural com dinâmicas

² medida tomada pela distribuição dos setores censitários definidos como área urbana pelo IBGE 2020, compatível com zona urbana descrita pela lei n°453/1988 aprovada pela Câmara Municipal de Pocinhos. Por outro lado, a área urbanizada apontada pelo IBGE para 2019 é de 2,68km.

próprias.

Na zona urbana são distribuídos 5439 imóveis cadastrados (POCINHOS, 2021), com uma densidade aproximada de 1,7 habitantes por imóvel (para área urbana). Apesar do baixo valor de moradores por imóvel, deve-se considerar a grande quantidade de domicílios não ocupados, segundo os dados do Censo Demográfico (2010). São cerca de 19.6%, taxa maior que a do estado da Paraíba (16.9%), do Nordeste (16.2%) e Brasil (14,8%).

O município é cortado por rio perene, com pequena vazão e baixo potencial de água subterrânea. A presença de tal curso gera empoçamento na área central da cidade, conservando também mata ciliar em seu entorno, como pode ser visto no cartograma 02. O município encontra-se nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, sub-bacia do rio Taperoá. Seu principal afluente é o Rio Boa Vista e os riachos do Cágado, dos Negros, Catolé, do Peba, do Boi, Fechado, Curumarã da Farinha e da Cobra. Possui dois açudes: do Catolé e da Pedra. A importância dessas estruturas de armazenamento de água é crucial levando em consideração os regimes de chuvas do local. Situado em uma Região semiárida o regime pluviométrico é assimétrico e de distribuição irregular nos meses do ano, podendo a estação chuvosa perdurar apenas três meses. A mediana de volume pluvial acumulado é de 358 mm por ano, podendo chegar (como no caso de 1958, ano mais seco) a 133 mm / ano (CABRAL et. al., 2013).

1.1.1 Pocinhos: Crescimento urbano, uma perspectiva geral

Situado em uma região semiárida, a localização com água potável abundante foi responsável pelo surgimento das primeiras aglomerações, inicialmente associada ao gado. Sem dúvidas, o elemento mais marcante e inclusive que nomeia a cidade é a existência de seus poços. A cidade, construída sobre o maior lajedo da Paraíba (ARAÚJO, 2006, ver imagem 1), tem, nesses tanques naturais, possibilidade de acúmulo de água de maneira natural. A relação da cidade com os lajedos além de estar relacionado ao provimento de água, é identitário, paisagístico e também se envolve em questões legais, graças a dificuldade da definição da propriedade desta localidade. Apresentamos, no cartograma 02, a existência desses elementos no ambiente urbano.



Imagem 01: Cidade de Pocinhos. Foto de 2013. Fonte: Max Monteiro, presente no acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

A Paraíba, no processo algodoeiro resultado da valorização do algodão no mercado mundial a partir da demanda por matéria prima pelo setor têxtil europeu, passa a cultivar este material a partir do século XVIII (QUEIROZ, 2008). Graças a isto, várias cidades do estado obtêm um crescimento exponencial, principalmente na cidade de Campina Grande, associado também a construção de sua linha férrea.

Em 1911, Pocinhos figura como distrito da cidade de Campina Grande (POCINHOS, s.d.), recebendo influências de seu crescimento, como o estabelecimento da PB 121, via que conecta as cidades. Apesar de participar do ciclo do algodão de modo secundário, o que torna a pesquisa desta cidade excepcional é o fato de seu maior crescimento se efetivar não com o algodão mas sim com o ciclo do sisal, tendo o estabelecimento da sua linha férrea nos anos 1950.



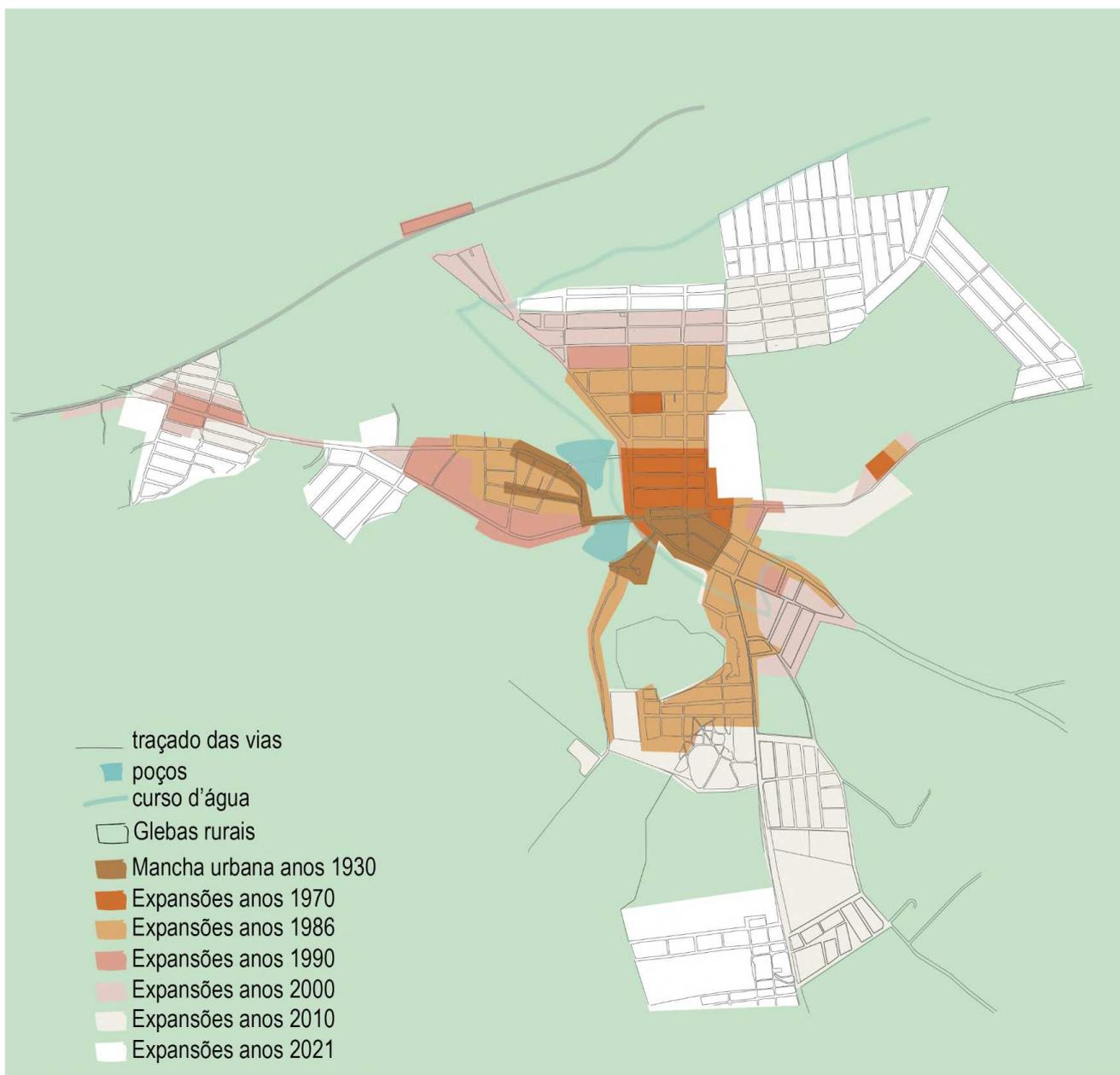
Condicionantes físicos

Cartograma 02: Condicionantes físicos da cidade de Pocinhos PB. fonte: Cartograma de 2021, OpenStreetMaps, modificado pela autora.

A linha férrea, portanto, se torna tanto uma ferramenta de conexão da cidade com o município de Campina Grande, bem como se conecta ao litoral, possibilitando a exportação do material via marítima. A implementação da estrutura tanto é determinante quanto à geração de renda (consequentemente do crescimento urbano de Pocinhos), como também se torna certo limitante de seu crescimento. Por outro lado, o sistema rodoviário nas estradas PB 121 (Montadas - Campina Grande) e PB 147 se apresentam como eixos de ocupação da cidade, a partir da ocupação do seu entorno com habitações e instalação de

fábricas em torno dos anos 1970-1980.

Pocinhos, hoje com área urbanizada de aproximadamente de 3 km², recebeu entre os anos de 2010 e 2021 um aumento de mancha urbana de quase 1 km², um acréscimo de aproximadamente um terço da sua área estruturada por vias e lotes (ver cartograma 03).



Mancha urbana - Pocinhos



Cartograma 03 - Mancha urbana pocinhense e suas expansões nos últimos 20 anos. Elaborado pela Autora a partir de Produzido com Google Earth, Maxar Technologies (2000, 2010 e 2021).

Nos processos de urbanização desenvolvidos pelo município, pode-se constatar uma fase inicial, de características agrárias, com a maior parte da população residente na zona rural (cerca de 72% para o ano de 1970 segundo o Censo IBGE para os anos 1970). Uma segunda fase de características industriais relacionadas ao processamento do sisal

cultivado no município e região, no intervalo dos anos 1980 e 2000, A partir deste momento a população urbana passa a crescer progressivamente, enquanto a população rural passa a decair, caracterizando uma importante transferência da população e dos domicílios da Zona urbana para a zona rural (Gráfico 1). Por mais que tenha existido este contraste da distribuição da população urbana e rural, a população total se mantém praticamente a inalterada, passando a receber um aumento real apenas a partir de 2010 (ver gráficos 1 e 2). Apesar da quantidade total de habitantes ser a mesma, encontra-se neste processo um aumento gradual da quantidade de habitações, intensificado no intervalo dos anos 2000-2010, caracterizado por um processo de urbanização que denominamos neste trabalho como pós-sisal.

Domicílios particulares permanentes -

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



População residente em Pocinhos

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Gráfico 01 - domicílios particulares permanentes e Gráfico 02- população residente.

1.2 Metodologia

É possível investigar a cidade a partir de várias perspectivas. Uma delas parte da investigação das relações criadas pelos grupos sociais, especializados na cidade, tal como

Leandro (2022) elabora em sua tese de mestrado. Outro ponto de partida é o trabalho de Horácio Capel nos três volumes do livro *La Morfología de Las Ciudades*. O primeiro de nome *La Morfología de Las Ciudades: Sociedad, Cultura y Paisaje Urbano* (2002), o segundo de nome *La Morfología de Las Ciudades: : Aedes Facere: Técnica, Cultura y Clase Social en la Construcción de Edificios* (2005) e o terceiro de nome *La Morfología de las Ciudades: Agentes Urbanos y Mercado Inmobiliario* (2013).

Na sua primeira edição considera os elementos da morfologia urbana para compreender as transformações decorrentes no espaço urbano. Nesta situação, a paisagem se mostra como elemento de análise. Na segunda produção de 2005, Capel introduz os elementos técnicos, culturais e sociais da construção da cidade. Tal análise aproxima o processo de entender a cidade à história, filosofia e outras áreas do conhecimento associada às formas de construir. No terceiro livro, Capel aborda os métodos de análise associados aos agentes produtores do espaço e ao mercado imobiliário (DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019).

Com o objetivo de investigar as ações dos agentes modeladores do espaço na formação de tensões de crescimento da cidade de Pocinhos-PB, a metodologia utilizada por este trabalho estaria centrada na interpretação dos fenômenos históricos e seus impactos espaciais, juntamente da identificação da atuação dos agentes produtores do espaço. Tal análise não deixa de renunciar a análises morfológicas quando necessárias, a fim de compor a narrativa do crescimento da cidade.

A abordagem metodológica escolhida apresenta uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios, descritivos e explicativos sobre o tema. A partir do método dedutivo, desenvolvemos os procedimentos metodológicos embasados em estudo bibliográfico e em levantamentos tanto de fontes primárias quanto em campo.

A pesquisa passa por um momento inicial de embasamento teórico, abordando o tema de cidades pequenas, legislações urbanísticas e sobre os agentes modeladores do espaço. Numa segunda etapa, há a caracterização do espaço nos recortes rural, industrial e de pós-industrial. Este universo é analisado a partir do estudo bibliográfico e documental, apontando o contexto histórico, econômico e legal, além de apresentar principais modificações do espaço e seus principais agentes modeladores, estes dois últimos também encontrados nas pesquisas em campo. A identificação desses dois elementos resulta na elaboração de entrevistas semiestruturadas com representantes desses agentes, sendo esta informação utilizada para organizar e direcionar as informações contidas na sistematização dos dados (diagrama 1).

A sistematização prevê a apresentação das informações levantadas abordando o

crescimento da cidade de Pocinhos, mapeando suas principais modificações e descrevendo a atuação dos agentes modeladores.



Diagrama 01, procedimento metodológico

A bibliografia que apoia o entendimento dos acontecimentos históricos da cidade foi estruturada a partir de RIBEIRO (2013), segunda edição do livro lançado em 2002 de maneira inaugural na angariação e sistematização dos fatos históricos. Também são utilizadas algumas fontes históricas secundárias, tais como JOFFILY (1977), importante historiador e personagem para a história de Pocinhos, além do trabalho de pesquisa realizado por PROST (1966) e da dissertação de SARAIVA (1981) acerca do ciclo do sisal.

Outro conjunto de informações consideradas nesta pesquisa são as legislações urbanas incidentes na cidade. Em âmbito local destacam-se: o código de posturas do município (1997); a lei orgânica (2009); às leis aprovadas na câmara municipal de Pocinhos, estas encontradas entre os anos de 1956 a 2021, sendo analisados e processados entre 800 à 1000 documentos digitais; e, o cadastro imobiliário, obtido em setembro de 2021 na prefeitura da cidade. Em especial destaca-se a análise de arquivos disponibilizados pela câmara municipal de Pocinhos. A análise desses documentos privilegiou, a ocorrência de vias, equipamentos públicos importantes. Também buscou-se observar as relações dos gestores municipais com outros agentes modeladores do espaço, atestando sua presença e

possibilitando inferir alianças para viabilizar interesses determinados por grupos específicos. A partir destas observações foi possível reconstituir, mesmo que parcialmente, o processo de organização espacial de Pocinhos.

É importante frisar que o acesso à essa legislação, apesar de vasto, não é completo; as análises ficam portanto limitadas ao material disponível, fornecido pelo site da própria Prefeitura de Pocinhos. Outra fonte documental pesquisada foram notícias tocantes ao município em portais de notícias, tais como o Jornal da Paraíba, Jornal a União, entre outros. Foram pesquisadas também informações cedidas tanto no site quanto nas redes sociais da Prefeitura de Pocinhos e o banco de dados de imóveis em leilão pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (2022).

Para a composição dos cartogramas, inicialmente se utilizou da descrição encontrada em bibliografia histórica, juntamente da análise morfológica resultado da interpretação de imagens históricas recuperadas de acervo online fornecido pela professora Adriana Souto e dos registros históricos presentes nas legislações aprovadas pela câmara municipal.

O Mapeamento das manchas urbanizadas foi realizado a partir de Imagens orbitais de satélite, associadas a outras fontes. Para o mapeamento referente ao ano de 1970, foram utilizadas fotografias do acervo citado, atribuídos por Eduardo Araújo (ARAÚJO, 2007) à década de 1970, informação reafirmada com o pagamento da foto oblíqua por lei aprovada na câmara municipal em 1971 (POCINHOS, lei n° 208/1971. ver imagem 02). Este registro é o mais antigo encontrado na cidade.

Para a análise dos mapeamentos realizados entre os anos de 1986 e 2005 foram utilizados os dados históricos do MapBiomas Brasil (MAPBIOMAS BRASIL, 2022 (Ver imagem 03 e 04). Nesse contexto, a mancha urbana identificada pela plataforma foi comparada com as informações documentais, históricas e com outro mapeamento elaborado a partir de imagens de satélite, a partir do software Google Earth para 2021 (CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2021).

Para a análise da mancha urbana, nas datações entre 2010 e 2021 também foram utilizados os bancos de dados da plataforma MapBiomas, sendo as informações confrontadas com as imagens de satélite fornecidas pelo software Google Earth (CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2010-2021).

Foram pesquisadas também outras imagens de satélite, tais como Landsat Explorer (LIVING ATLAS, 2022) e LandViewer (LAND VIEWER | EOS, 2022), porém pela baixa resolução das imagens, optou-se por sua não utilização.

Por fim, para dar luz à produção espacial da contemporaneidade, além das análises legislativas e seu mapeamento, realizou-se visita in-loco em março, agosto e novembro de 2022, com registros fotográficos das áreas de margens da cidade, entendendo a ocupação dessas áreas e a composição dessa “mancha urbana”. A coleta de dados foi composta juntamente com conversas informais com moradores, realizadas entre outubro e novembro de 2022, focadas nos principais agentes modeladores do espaço, buscando caracterizar seus principais interesses e ações para viabilizá-los. Tais informações, sistematizadas, nos permitiram observar vetores de crescimento urbano e tendências de transformações para as próximas décadas.



Imagem 02: Foto oblíqua da cidade de Pocinhos em 1970. Bairros Centro, Cacimba Nova e Mercado (Jardim Etelvina). Acervo de Adriana Souto.

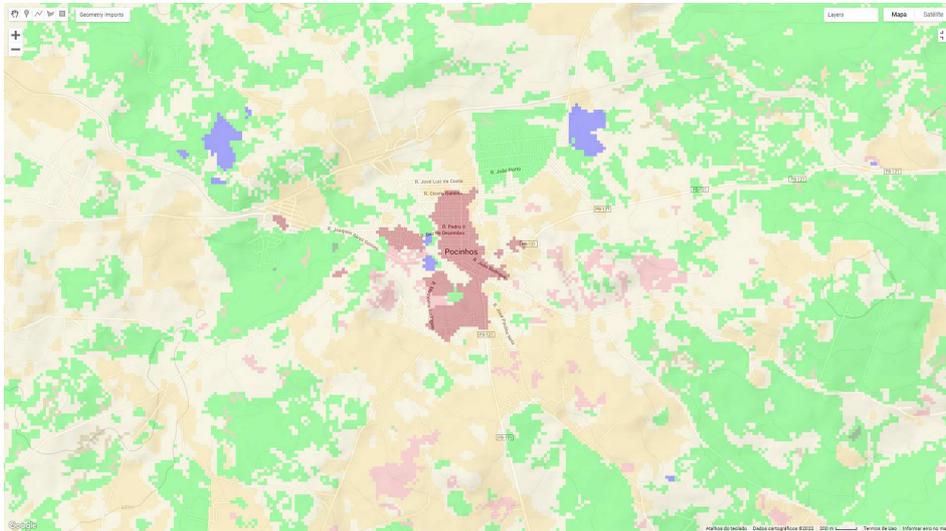


Imagem 03: Classificação de tipos de uso indicado por MapBiomas para o ano de 1986. A área urbanizada está representada por vermelho. Fonte: MapBiomas, 2022.

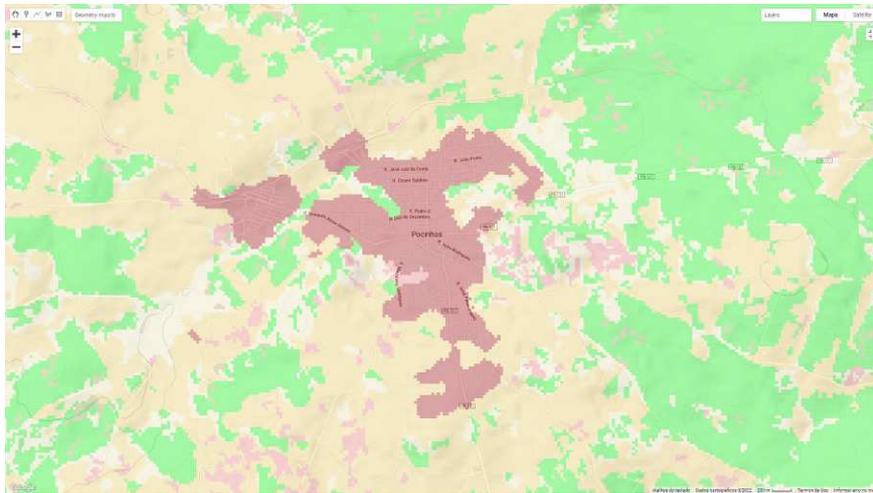


Imagem 04: Classificação de tipos de uso indicado por MapBiomas para o ano de 2021. A área urbanizada está representada por vermelho. Fonte: MapBiomas, 2022.

2.0 Urbanismo em pequenas cidades

2.1 Cidades pequenas e a produção do espaço

Para definirmos uma cidade como pequena, podemos utilizar de 3 critérios: territoriais, funcionais ou demográficos (Endlich, 2017). No âmbito territorial, podemos falar de quantidade de edificações, vias, quadras, lotes da cidade etc. Apesar da capacidade quantitativa de descrever o objeto de estudo, estes dados não podem ser único fator determinante, pois mesmo com uma grande quantidade de imóveis urbanos, a cidade pode possuir baixo adensamento ou grandes áreas sem utilização.

Do ponto de vista funcional, Santos (1981) define as cidades pequenas como um aglomerado urbano que é capaz de atender as necessidades básicas de sua população, tendo serviços mais especializados sendo atendidos por cidades “regionais”, porém fator que também é de difícil mensuração. Tendo em vista a facilidade de mensuração, utiliza-se para efeitos de classificação mais comumente a variável demográfica para determinar a dimensão das cidades: cidades pequenas seriam aquelas com população de até 50 mil habitantes, segundo o IBGE (VIEIRA et.al. 2007).

Apesar da classificação demográfica ser bastante utilizada nos estudos e pesquisas, na prática sua atuação é outra. Além de cair-se no perigo de generalizar-se uma cidade a simples dados estatísticos, a atuação do estado não necessariamente leva em conta esta classificação para tomar decisões (CARLOS, 2003).

As cidades pequenas podem ser lidas como ambientes diferentes do rural e com concentração de funções e serviços similares às de uma centralidade. Como uma maneira de avaliar uma centralidade, podemos entender sua complexidade a partir de estabelecimentos terciários, que segundo Cote (1987, apud ENDLICH, 2017) seria entre 100 e 800, além de possuírem a quantidade de 40 tipos diferentes. Angela Maria Endlich (2017) ressalva que tal determinação se refere a uma realidade diferente da Brasileira, entendendo que tal definição descartaria a maior parte do que é considerado município no Brasil.

As definições apresentadas acima seriam suficientes para descrever os fenômenos decorrentes em cada realidade presente nas cidades determinadas como pequenas? Nem mesmo análises puramente morfológicas do espaço da cidade são capazes de falar sobre o espaço em si, pois dispensam, em sua origem, importante variável denominada de temporalidade (CORRÊA, 2020). Compreendendo a cidade como uma materialização da divisão social do trabalho, produto das relações sociais, caberia, portanto, entender esses agrupamentos urbanos dentro das relações que os constroem, que inclusive, ocorrem em

diferentes escalas (SPOSITO, 2020). Estudar o crescimento urbano é muito mais que analisar o próprio espaço construído: é analisar o quem, o quando, o onde, o porquê e o como (DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019).

Por mais que seja difícil classificar a “cidade pequena”, é inegável dizer que essas localidades possuem uma produção de espaço muito própria. Dantas, Carvalho e Oliveira (2019) citam, por exemplo, que a expansão da cidade pequena possui mais tendências para horizontalidade, enquanto nas cidades médias e grandes ela tenderia a ocorrer verticalmente. Porém, nas análises de casos, é cada vez mais comum encontrar modelos de crescimento espiralado, com formação de novas centralidades e pela reprodução de vazios urbanos.

O crescimento urbano se dá globalmente como resultado do processo de industrialização, afetando diferentes locais em diferentes momentos e com diversas características. Para a América Latina este adensamento vem ocorrer em maior quantidade entre os anos 1950 e 1960, de maneira mais extensa: Se comparada aos chamados países desenvolvidos, seu processo de urbanização é tardio e conseqüentemente esses agrupamentos urbanos estariam mais suscetíveis aos fatores de transformação impostos pelo processo de industrialização (SANTOS, 1981).

Nesta direção o urbano e o rural aparecem num movimento da reprodução saído da história da industrialização. Não se pode ignorar que a industrialização permitiu o desenvolvimento do mundo da mercadoria; nesta direção a generalização do valor de troca, invadiu a vida cotidiana capturando o tempo cíclico da vida e submetendo-o ao tempo linear da indústria; articulou as mais distantes áreas do planeta, desenvolvendo a rede de comunicação e difundindo a informação, com a evidente hierarquização dos lugares no espaço entre dominantes e dominados. (CARLOS, 2003, p. 184)

Este momento inicial do processo de urbanização ocorreria, portanto, caracterizada por um modelo de crescimento urbano extensivo, com um centro urbano e forma tentacular de contínua expansão. Esses tentáculos tomam diversos eixos, se expandindo para onde existe oferta de infraestrutura básica e serviços urbanos. A cidade se dividiria em duas espacialidades: o centro, que concentraria as principais atividades econômicas, infraestrutura urbana e áreas habitacionais de mais alto nível de renda; e a periferia, formada por invasões, loteamentos populares, conjuntos habitacionais, abrigando a população de baixa renda (ROMANELLI, ABIKO, 2011).

Apesar destas generalizações, há diferenças nas formas que as cidades em diferentes escalas e localidades performam esse crescimento. Milton Santos (1981, p. 27) descreve o caso de Itanhaém, na Bahia, que cresce entre os anos de 1950 e 1960 +485%, enquanto a própria capital do estado cresce apenas 60%. Apesar da taxa de crescimento

alta para a cidade do interior, o mesmo não ocorre para as cidades ligadas à mineração, com uma taxa de crescimento menor que a de Salvador.

Romanelli e Abiko (2011) ainda apontam, no processo de expansão urbana dos anos 1950, a formação de metrópoles como um fator determinante deste crescimento, integrando o território a partir de cidades núcleo. A ocupação urbana, portanto, passa a tomar nova forma, ultrapassando os limites físicos dos municípios.

O crescimento de uma cidade de pequeno porte estaria, portanto, associada ao atendimento das necessidades da população. Tais atendimentos variam em relação à densidade demográfica, das comunicações, da economia da região e do comportamento socioeconômico dos seus habitantes (SANTOS, 1981, p. 27).

No estudo de caso da cidade de São Felipe - BA, realizado por Maiara Cerqueira Leandro (2022), encontramos a realidade de uma cidade pequena de forte relação campo-cidade, sendo a agricultura elemento importante como conformador da cidade. Nas cidades de pequeno porte, a cidade não é necessariamente a sede do município, mas parte também das relações construídas com o ambiente rural. O ambiente rural, na contemporaneidade, não necessariamente é menos artificializado que o ambiente urbano, apenas representaria um conjunto de papéis diferentes e articulados com a cidade (CARLOS, 2003).

Nas tendências seguintes de urbanização, cidades de pequeno porte passam a representar novos papéis (ROMANELLI, ABIKO, 2011, p. 8):

o processo de ocupação e expansão da metrópole explica a grande intensidade de deslocamentos pendulares ocorridos nas Regiões Metropolitanas (RMs), pois estes estão ligados ao crescimento de áreas do entorno metropolitano, que abrigam grande parte da população sem condições de residir nas áreas mais centrais e valorizadas.

As cidades de pequeno porte acabam, portanto, representando nessa rede o papel de cidade dormitório, definido por “áreas residenciais com elevada proporção de pessoas que realizam suas atividades cotidianas (trabalho, estudo ou lazer) em outra cidade, geralmente na sede metropolitana, originando os fluxos de deslocamento pendular” (OJIMA et. al, 2010).

Encontramos portanto uma nova configuração global no processo de “mundialização” - O aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho busca uma nova racionalidade voltada à sociedade do consumo. É criada uma realidade que escapa do local, colocando novos problemas e exigências para estes municípios. A comunicação, junto

dos deslocamentos redefinem as funções da metrópole, acentuando ainda mais a hierarquia desigual entre as cidades (CARLOS, 2003).

2.1.1 Escalas: legislações urbanas X realidades locais

As Escalas espaciais são “[...]marcas e matrizes da ação do homem” (CORRÊA, 2020, p.42). Podem ser observadas de diversas maneiras, entre elas, a escala espacial (diretamente relacionada com a abrangência de um fenômeno, ou seja, local, regional, nacional, global) e conceitual (escala relacionada entre teorias e representação cartográfica de um objeto de pesquisa). (CORREA, 2020, p 41).

Como destacado por Corrêa (2020) e Sposito (2020), o estudo das diferentes escalas dentro dos fenômenos urbanos é essencial para a compreensão destes fenômenos, dado a maneira na qual os agentes atuam nas mesmas, muitas vezes se sobrepondo ou contrapondo.

A construção histórica da legislação urbana no Brasil surgiu, desde o momento da colonização do país. Sua relação com a propriedade não é contínua, como também revela reflexos sociais. A terra, inicialmente cedida pela coroa portuguesa em forma de sesmarias se dava a partir da sua apropriação e uso. Ela acontecia por meio de doação a esses proprietários, que retornavam partes de seus ganhos para coroa e assim mantinham a propriedade formal da terra. Dentro deste contexto de formação, boa parte das cidades surge com a construção das capelas e doação respectiva do solo para a igreja, outro personagem/ator extremamente importante na formação das cidades brasileiras (ROLNIK, 1997).

De modo paralelo, havia a apropriação “ilegal” das terras, que apesar de não solicitada diretamente à coroa (por questões de acesso à este nível de burocracia) era aceita, inclusive pela justificativa de sua ocupação ser a mesma: seu uso. A valorização do preço do solo só ocorre muitos anos depois, em 1850, quando a propriedade passa a ser parte importante na composição da renda dos grandes proprietários já que o fim do regime de escravidão se aproximava, sendo o capital humano (relacionado aí ao trabalho, produtividade das terras) não mais elemento que compunha a renda. É criada a lei de terras, desvinculando a posse do seu uso, gerando assim o início de grande parte das questões relacionadas à especulação do mercado imobiliário (ROLNIK, 1997).

Regular a construção do solo urbano, como apontado por Rolnik (1997), é um grande desafio. Investir em imóveis passa pela crença histórica de um investimento estável, logo, legislações que interferem diretamente nisso sofrem limitações e desafiam a estabilidade do poder econômico. A não regulação, portanto, é uma decisão política geradora de benefícios financeiros, políticos e sociais.

A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao

mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis. Permite, assim, um alto retorno do investimento, mesmo considerando, como diria Freire, o baixíssimo rendimento do lote (ROLNIK, 1997, p. 47) .

Como um direcionamento para o estudo das legislações urbanas que conformam uma cidade, Rolnik (1997, p.18) aponta a forte presença das câmaras municipais na determinação histórica das negociações urbanísticas para a escala local.

Numa escala nacional, um importante marco na maneira como a política urbana é tratada é a constituição federal de 1988. Num processo de redemocratização, retoma agendas políticas antes negligenciadas pelo regime militar, que teria para as cidades um ponto de vista centralizado e tecnocrata. Além desse marco, o país participou também em 1996 da II Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, o Habitat II. Nesse evento compartilha suas experiências em inovações urbanas e assina documento final com comprometimento de prover moradias adequadas para todos, assegurar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos precários e garantir participação democrática (COSTA, FAVARÃO, 2016).

Entre as legislações aprovadas em nível nacional, destaca-se a Emenda constitucional número 26 (BRASIL, 2000), em que se reconhece o direito à moradia. No ano seguinte foi aprovado pela lei 10.257 de 2001 o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), estabelecendo os pilares da política urbana nacional, diretrizes e instrumentos para atualização da agenda urbana. A legislação ainda prevê a elaboração de Plano diretor participativo e instrumentos urbanísticos.

Juntamente com esta legislação, a política urbana foi fortalecida, ainda mais em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Inicia-se um processo de construção de política urbana atenta a diferentes segmentos sociais e em diferentes escalas. Passaram a ser realizadas conferências microrregionais, estaduais e municipais (COSTA, FAVARÃO, 2016).

Além das legislações aprovadas, Dantas, Carvalho e Oliveira (2019) apontam programas de financiamento como o Minha Casa Minha Vida (2009-2021) como um elemento importante no acesso da moradia para faixas de renda mais baixas. Sua aplicação geralmente ocorre por intermédio do estado ou município, em modelos de consórcios, onde os beneficiários contratam financiamento dos imóveis a baixos custos; porém sua atuação também contribuiu para o espraiamento das manchas urbanas, com uma ocupação do espaço periurbano e a construção de cidades cada vez mais desiguais.

Anteriormente a estes, os programas voltados a política de habitações também foram cruciais nas modificações dessas centralidades. Os programas existentes nos anos 1970 promovidos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), vinculados aos planos nacionais de desenvolvimento (os PNDs), encaixados nos princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

(PNDU). Em específico, na segunda edição do PND foram adotadas políticas de incentivo às cidades médias, a partir do “Programa das Cidades Médias”, visando promover desconcentração econômica e populacional, uma vez que os principais programas de desenvolvimento econômico estavam voltados às metrópoles e capitais nacionais. Porém, se por um lado PND incentivou o crescimento da participação das cidades médias no sistema urbano, reduziu a um segundo plano a participação demográfica e econômica das cidades pequenas (DIAS; LOPES, 2014), já que a maior parte dos serviços, deslocamentos e relações conflitam com as cidades médias, sendo o aumento demográfico geralmente advindo principalmente dessas localizações (SANTOS, 1981).

Nas relações construídas entre as aglomerações urbanas, podemos citar a presença da “guerra dos lugares” ou “guerra fiscal”, relativa à disputa das cidades para o recebimento de empresas por meio de isenções fiscais, como também por meio da disposição da própria infraestrutura da cidade, seja por materiais, espaço ou capital humano. A disputa entre essas cidades foi mediada quase que completamente pela ação do estado, transformando cidades majoritariamente agrárias em cidades adaptadas à produção fabril (DIAS; LOPES, 2014).

Já quanto as influências regionais, cita-se na construção da política urbana o caso do Recife-PE, que mesmo antes da constituição já experimentava a regularização de algumas de suas Zonas Especiais de Interesse Social. O plano havia partido do movimento popular e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (COSTA, FAVARÃO, 2016).

Outro elemento regional é a delimitação e institucionalização das áreas metropolitanas. A criação das metrópoles incentivada pela constituição de 1988 é feita a partir de legislações estaduais. (SILVA; SILVA; MIRANDA, 2018). Estudado pelo IBGE, o REGIC (Regiões de Influência das Cidades) está na sua quinta versão (sendo as datas de estudo 1972, 1987, 2000, 2008 e 2018) e é instrumento utilizado pelo Estatuto das Metrópoles. Define uma matriz de regiões de influência de metrópoles, distribuindo cinco níveis de hierarquia urbana: Metrópole, Capital Regional, Centro Sub-regional, Centro de Zona e Centro local, sendo este último responsável pela maior parte das cidades do Brasil, representando maior parte das relações referentes à uma cidade de pequeno porte. A Paraíba, que até 2010 possuía apenas 2 regiões metropolitanas (de João Pessoa e Campina Grande) aumentou a partir de 2012 para um total de 12 regiões, aparentemente sem critérios bem estabelecidos, apenas em busca de repasses e recursos de nível federal que privilegiam regiões metropolitanas (a exemplo do PAC1 e Minha Casa Minha Vida) (SILVA; SILVA; MIRANDA, 2018). Sua aplicação prática aparentemente parece ser mais funcional dentro das regiões de João Pessoa e Campina Grande, afetando de maneira praticamente inexistente a realidade das cidades de centro local.

2.1.2 Agentes produtores do espaço

As cidades, como produtos de ações de uma sociedade real (CARLOS, 2003), cresce conforme os interesses dos indivíduos que a compõem. O “combustível” para tal atividade é econômico. As modificações urbanas decorrem do excedente financeiro gerado a partir dos meios de produção presentes no município, pela modificação do espaço urbano para atender certos tipos de atividades econômicas (que é o que acontece quando a cidade cria, por exemplo, vilas fabris) ou quando o próprio solo passa ser a fonte geradora de renda por meio de especulações do mercado imobiliário. Independente do ciclo econômico, há a distribuição espacial da renda por diversas áreas na cidade.

Ao se analisar esses indivíduos no que se refere à produção do espaço, destaca-se o aspecto sociocultural apontado por Capel (2005, apud. DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019) e seus diferentes tipos de atuações, correspondentes ao seu interesse. Encontramos neste aspecto questões sociais, culturais e de uso relacionadas à estrutura social geradas no processo da colonização, juntamente com as suas relações históricas de poder que provocam espacialização de determinados grupos raciais (como podemos ver em ROLNIK, 1997).

A atuação dos agentes produtores do espaço e a expansão de seus interesses na composição da forma urbana está diretamente relacionada com a capacidade dos mesmos de tomar decisões (DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019). Segundo Corrêa (2020, p.43), a produção do espaço é consequência desses agentes sociais, “[...] dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e outros membros da sociedade.”

Capel (2013, apud. DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019) ainda divide os agentes urbanos em dois tipos: Os agentes diretos, que são responsáveis pela construção do espaço (formados pelos promotores e construtores imobiliários, arquitetos, vendedores etc) e os agentes indiretos, que atuam na oferta e demanda dos imóveis (empresários, proprietários fundiários e empresas responsáveis pelos fundos de financiamento).

A teoria da produção do espaço foi elaborada por Henri Lefebvre em 1984 e revisitada por Horácio Capel para a realidade europeia. No caso brasileiro destaca-se a produção de Roberto Lobato Corrêa (DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019). Corrêa (1995, p.12) aponta 5 “personagens” dentro dessa disputa que produz o que conhecemos como cidade: Proprietários de meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o estado e grupos sociais excluídos.

Proprietários dos meios de produção, no espaço que ocupam, geram retorno financeiro a partir da própria produção, seja de produtos ou serviços. São responsáveis por gerar demanda do espaço e tendem a ter uma relação temporária com os lugares que ocupa (CORRÊA, 2020).

Em contrapartida, a atuação de proprietários fundiários é na oferta ou mesmo

retenção dos imóveis dentro de seu poder. Geralmente proprietários de grandes recortes de terra rural no entorno de uma cidade, pressionam o estado (principalmente na instância municipal) para o crescimento da mancha urbana, onde aumentam o valor do preço do solo. Diferentemente dos proprietários dos meios de produção, que associam o ganho financeiro ao uso do solo, o interesse do proprietário fundiário passa apenas pelo seu valor de troca, dissociado da função dada a posteriori (DANTAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019). Apesar dessas diferenças, como é apontado por Corrêa (2020), múltiplos agentes podem tomar estratégias semelhantes para promoção de seus interesses, bem como um único personagem pode tomar decisões diversas na construção do espaço.

Promotores imobiliários, dentro desse processo, também buscam a incorporação de áreas na cidade, em busca de gerar lucro acima do valor de troca. São responsáveis pela incorporação, financiamento, estudos técnicos, construção do imóvel (principalmente quando associados às construtoras) e sua comercialização.

Os grupos sociais excluídos têm a sua atuação diretamente relacionada ao valor de uso e encontram seu poder de decisão sobre a formação do espaço a partir do agrupamento e organização de indivíduos. Dentro da escala que atuam também podem produzir novos espaços: a produção de assentamentos precários, ocupação de áreas *non aedificandis*, ou até mesmo a produção de pequenos produtores imobiliários, muitas vezes atuando de maneira “ilegal” dentro de ocupações, formando espécie de mercado imobiliário informal.

O estado possui atuação em diferentes escalas, sejam municipais, estaduais ou federais. A sua atuação em cada uma dessas escalas muda, sendo a municipal de maior influência na formação do espaço urbano como também instância de maior susceptibilidade aos interesses dominantes (CORRÊA, 1989). Corrêa (1989) ainda aponta a diferenciação do valor do imposto territorial e predial como um valor determinante no preço da terra e dos imóveis, fator que afeta mais fortemente cidades de maior porte, tendo em vista os baixos valores exercidos para Imposto Territorial Urbano nas pequenas cidades.

Para além da regulação por meio de elaboração e execução de legislação, a atuação do estado encontra-se também a promoção de edificações: tanto equipamentos de usos coletivos (escolas, hospitais, etc) quanto para programas de habitação popular. A existência ou não de imóveis públicos, da sua forma e tipologia, os locais escolhidos para a implantação são capazes de gerar vetores de valorização do solo e conseqüentemente de crescimento urbano. Como ressaltam Dantas, Carvalho e Oliveira (2019, p.69), “a análise das edificações possibilita diversas reflexões e rebatimentos acerca das relações sociais, econômicas e políticas de determinado local e determinado período histórico.”.

Além dos programas elaborados pelo poder público, o estado a nível municipal também é personagem responsável pela geração de renda. A concentração financeira em seus representantes juntamente com a influência política faz com que essa instituição gere

direta e indiretamente nas modificações urbanas (LEANDRO, 2022).

O poder público, como agente modificador do espaço, influencia todo o período histórico do crescimento das cidades, desde seu surgimento até os dias atuais. Sua atuação é, portanto, norteadora do desenvolvimento do trabalho a seguir, juntamente com as respostas que a cidade têm a partir do desenvolvimento de seus ciclos econômicos.

3.0 Pocinhos rural - 1700 à 1960

3.1 Poços, o gado e o povoado

Como vimos em A Cidade e a Lei (ROLNIK, 1997), o regime de doação de terras por meio de sesmarias exigia a associação da posse do solo ao seu respectivo uso, item que fora ignorado por grandes latifundiários³, que acabaram por ser combatidos pela coroa portuguesa. Pocinhos surge como produto de terras devolutas, antes administradas pela família Oliveira Ledo, que por si só possuía concessão de posse de grande quantidade de terras da Paraíba devido ao processo de charqueamento.⁴

Em 1762, ao levar seu gado para pastar além dos limites do sítio Campos do Oriá, os vaqueiros de Dionísio Gomes, provavelmente índios sucurus aculturados, acham um poço a que chamam Olho d'Água do Bravo, onde hoje se localiza o Açude Municipal de Pocinhos, no centro desta. A descoberta deste manancial em paragens tão secas, assinalou Irineu Joffily, foi um achado, pois permitiria a passagem do gado entre o Sertão e o Brejo sem ter de atravessar as terras dos Oliveira em Santa Rosa ou Cabaceiras. (RIBEIRO, 2013, p. 28)

Inicialmente tida como acampamento, a cidade ganha seu primeiro morador: José Ayres Pereira. Nesta época supõe-se que o arruamento em torno do poço do Olho d'Água do Bravo contava com aproximadamente 10 casas e abrigava cerca de 100 pessoas. Compunha também este agrupamento uma área de currais aos pés dos lajedos; tal povoação se encontrava na principal rota entre Campina Grande (nesta época Vila Nova da Rainha) e o Brejo, saindo da vila por Jenipapo, passar por Puxinanã, atravessar um trajeto de 12 horas por Pocinhos, seguir por Esperança (nesta época ainda distante de se tornar cidade) e daí chegar a Alagoa Nova ou Areia (RIBEIRO, 2013, p. 33-36).

O surgimento de fato do povoado que daria origem a cidade de Pocinhos acontece com a solicitação em 1815 da construção da capela, realizada pelo então proprietário do local José Ayres Pereira:

Quando um proprietário erigia uma orada, não doava só o prédio e o terreno onde ela estivesse, mas também cedia certa área em torno dela, em geral meia légua quadrada, que deixava de ser particular e passava a ser domínio comum onde se poderiam abrir ruas, distribuir lotes urbanos e erguer prédios públicos [...].” (RIBEIRO, 2013, p. 36).

Essa povoação, cujo nome é devido aos pequenos poços que primitivamente formavam o seu olho d'água, convertido depois em açude, principiou como fazenda de criação, sendo de 1815 a 1817 contruída a sua capella de Nossa Senhora da Conceição. (JOFFILY, 1892, p. 271).

Esta estreita relação da igreja com a coroa portuguesa estabeleceu a instalação da instituição religiosa no agrupamento urbano, inicialmente com um papel de dar validade à ocupação. Seu papel, num processo religioso e administrativo, tende a se estender ao longo

³ Na metade do século XVII o sertão e agreste estariam nas mãos de 5 ou 6 empresas de colonização, RIBEIRO, 2013.

⁴ O processo de charqueamento, sendo a carne do gado seca a partir do salgamento da mesma, permitia com que o gado fosse manejado mais longe no interior. Isto evitaria, por exemplo, a necessidade de trazer o animal vivo até o local em que este seria consumido (RIBEIRO, 2013).

da formação e do crescimento da cidade. Seu papel, localmente, se expressava à partir da atuação de alguns personagens, que, neste momento inicial, seria de Padre Ibiapina. Uma importante ação que desempenha é a criação de um equipamento urbano, a casa de caridade. Esta surgiu como uma resposta de Ibiapina aos surtos de cólera, que dizimaram mais da metade da população ao todo a partir do ano 1856.



Imagem 05: Casa de Caridade, *circa* 1950. Acervo de Bismark Martins de Oliveira, via Facebook.

A casa de caridade, construída às margens de um dos poços, próxima ao local da primeira habitação, edificada por José Ayres Pereira, posteriormente dá espaço para um orfanato de meninas (RIBEIRO, 2013). Pocinhos se encontrava em 1968 com dois pólos de representação da igreja, e conseqüentemente política: Na casa de caridade, funcionando como orfanato de mulheres, e na igreja matriz, coordenada pelo padre residente.

De economia muito fragilizada pelas secas e pestes, os municípios paraibanos apenas não estagnaram graças à atuação, ou da igreja, ou de influências políticas, ou mesmo em momentos que representantes da igreja também desenvolviam carreira política, como é o caso do deputado-Padre, o Padre Cônego Pequeno.

Juntamente com esse nome, outro personagem pocinhense importante neste momento inicial foi Irineu Joffily. Sua atuação como passar de historiador para promotor em São João do Cariri, sendo nomeado em 1868 como juiz municipal de Campina Grande; se elege junto de Padre Pequeno como deputado provincial, proporcionando o crescimento do

povoado, com instalação inclusive de cadeia pública (RIBEIRO, 2013). Joffily daria origem a uma família tradicional na política pocinhense e paraibana.

Como herança deste momento inicial firmado pelo gado, há a formação no traçado urbano de uma via larga que conecta a cidade ao interior (ver imagem 06). Esta passa ao lado da igreja matriz, por onde o gado entraria na cidade, sendo levado até os currais (imagem 07), que futuramente dão origem ao bairro do Cruzeiro, que veremos a seguir.

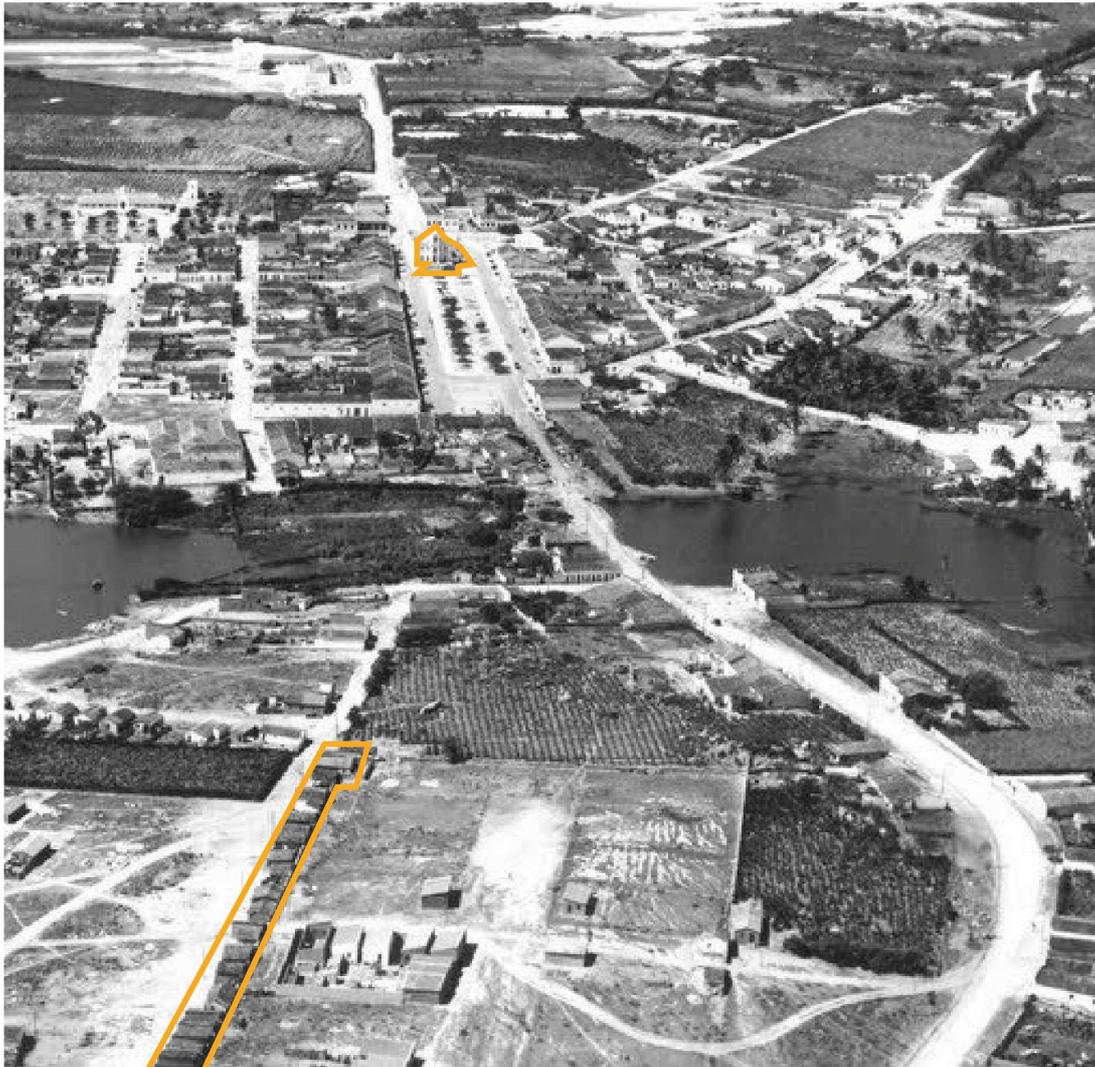


Imagem 06: Bairro centro e bairro do Cruzeiro, foto aérea de 1970. Fonte Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.



Imagem 07: Currais onde se estabelece o bairro do Cruzeiro. Ao fundo, é possível ver trecho do bairro Cacimba Nova e núcleo central. Foto tirada entre os anos de 1943 -1948. Acervo de Bismark Martins de Oliveira, via Facebook.

3.2 Pocinhos Agrária

3.2.1 Estagnação, secas e relações campinenses

A Pocinhos do século XIX, ainda como vila, era majoritariamente pecuária no tocante à economia. A formação de renda do pocinhense era basicamente advinda do manejo do gado, além da criação de cabras e galinhas. Havia, em segundo plano, o cultivo de palma para alimentação dos animais e de um pouco de algodão, que passaria por um breve processamento na casa de caridade pelas órfãs numa pequena produção local.

O algodão, cultivado em diversas cidades da Paraíba recebia um destaque econômico graças a industrialização do setor têxtil europeu, junto da baixa produção e exportação algodoeira norte-americana provocada pela Guerra da Secessão (QUEIROZ, 2008). Apesar de figurar no ciclo de crescimento econômico de diversas cidades paraibanas, tais como Campina Grande, Pocinhos acaba por ter uma participação muito singela. Aparentemente, sua população teria maior habilidade com o trabalho com o gado, tendo maior produção de agricultura ocasionada apenas em 1915 quando habitantes do brejo, à fugir das secas, se mudam para Pocinhos. A população local portanto venderia suas terras e se mudariam para Campina Grande (RIBEIRO, 2013).

As secas, portanto, representavam grandes freios para os processos pecuários e agrários e conseqüentemente para o crescimento da cidade. Além da seca de 1915, em 1877 seis mil nordestinos havia deixado a região em destino à Amazônia e, junto da fome, há também nova epidemia de peste bubônica, sem falar da participação trágica que o município teve na revolta dos Quebra-Quilos e da queda dos preços da carne (RIBEIRO, 2013).

Irineu Joffily cita a então vila de Pocinhos no seu livro Notas Sobre a Paraíba, “[...] tem umas 40 casas, uma sofrível **igreja** em reconstrução, casa de caridade, instituída pelo padre Ibiapina, e uma pequena **feira** semanal [...]” (JOFFILY, 1892, p.270).

A igreja representaria portanto um dos poucos equipamentos que daria suporte à população neste momento. Com capital externo, a igreja matriz recebe reforma sendo a antiga destruída e em seu lugar, é construída em alvenaria. Tal ação serviria para mostrar o poder e imponentia da igreja católica nestes momentos de instabilidade. Em 1919 a igreja chega também a fundar o primeiro e único monumento público do município, o Cruzeiro, em homenagem aos 25 anos de sagração eclesiástica do município (RIBEIRO, 2013). A partir dele que é tirada a fotografia contida na imagem 07, que mostra a composição da cidade a partir da visualização dos currais da antiga feira de gado.

Situada no largo da igreja, a feira semanal atraía população dos municípios menores, sendo um dos meios de subsistência deste agrupamento urbano (Ver imagem 08). A feira, que teria surgido junto com a cidade, enfrentaria também um momento de baixa graças ao surgimento/ crescimento da cidade de Soledade, cidade que havia crescido devido sua capacidade de armazenar água diante das secas que competiria com Pocinhos no tocante a ser uma rota comercial (RIBEIRO, 2013).

Como uma provável maneira de contornar o quanto as secas e o êxodo rural teriam afetado a população pocinhense, em 1911 Pocinhos figurava como distrito do município de Campina Grande (POCINHOS, s.d.).

No início do século XX, observam-se as primeiras modernizações. Nesta época, Pocinhos passa a contar com abastecimento de luz, vindo de um gerador à diesel. Além disso, a partir de 1916 começa a se estruturar o sistema rodoviário regional, em função da expansão do uso do automóvel, se inicia a construção da estrada de Campina Grande à Patos, e a construção de uma estrada de rodagem do distrito de Pocinhos até Campina Grande no ano de 1920. (RIBEIRO, 2013).



Imagem 08: Feira central, foto retirada de frente à igreja Matriz da década de 1950. Fonte da imagem: Eduardo Araújo.

O êxito que Campina Grande receberia com o algodão a partir dos anos 1910 a faria passar de 17.041 habitantes em 11907 para mais de 126.000 em 1940. Uma importante ferramenta para este crescimento foi a instalação do terminal da ferrovia inglesa Great Western Brasil Railway, em 1907 (QUEIROZ, 2008).

Surgiria, em paralelo, como um meio de conectar as cidades da Parahyba (atual João Pessoa) e Fortaleza e evitar a cidade de Campina Grande, projeto de linha férrea que passaria pelo interior dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em 1922 o trecho que conectava Pocinhos à cidade de Soledade já estaria quase pronto, faltando só os trilhos (RIBEIRO, 2013). Tal projeto foi abandonado no mesmo ano, sendo retomado nos anos 1950 pela RFFSA, Rede Ferroviária Federal (GIESBRECHT, 2021).

Apesar do desenvolvimento da cidade nesta rede, o total de habitantes se mantém: nos anos de 1928 a população é a mesma, sendo a urbana de 600 pessoas. A estagnação desse crescimento é também de origem política, além do crescimento de outros núcleos urbanos no entorno (tais como Puxinanã, Soledade e a própria Campina Grande) estarem ocorrendo com grande intensidade.

Até este momento, o desenvolvimento urbano da cidade se daria em torno dos seus poços e lajedos, principais instrumentos de enfrentamento às secas, como vemos no cartograma 04, datado de 1930. É descrita pelo então prefeito da época, (de Campina Grande, 1938) Bento Figueiredo como “zona urbana do distrito de Pocinhos será delimitada por uma linha imaginária que, partindo do Grupo Escolar, envolve (sic) as duas ruas

existentes no distrito” (A VOZ DA BORBOREMA, apud. RIBEIRO, 2013, p.121). Pela descrição, pode-se elaborar que a cidade compreendia as duas ruas no entorno do largo da igreja e se seguia até a casa de caridade, preservando um traçado urbano irregular. Com base na descrição citada, nos fatos históricos e também no padrão morfológico do traçado das vias (importante registro histórico na preservação da história dos conjuntos urbanos), foi montado o cartograma 04.

Além destes, as ocupações próximas aos currais da feira do gado representavam uma parte que não fazia muito sentido em citar na descrição de uma cidade em expansão. Nesta época, já existia também o início do bairro do Cruzeiro, resultado do processo migratório durante a seca de 1930 em que os moradores fugindo da fome estabelecem residências de baixo padrão construtivo entre os currais e um dos poços.

Dos currais, herança da Pocinhos movida pela exploração do gado, juntamente de monumento construído pela igreja em 1919 surge o bairro do Cruzeiro. Do bairro surge posteriormente nova ocupação de nome Cacimba Nova, com características de um traçado mais regular. A área de interface entre os dois bairros é especialmente difícil de distinguir, muito porque várias ruas do bairro do Cruzeiro estão entranhadas no Bairro de Cacimba Nova (como pode ser visto a partir do cadastro imobiliário da cidade, datado de 2021, mapeado no cartograma 05). A partir da demarcação dos bairros, é possível enxergar diferentes traçados correspondentes a diferentes recortes históricos.

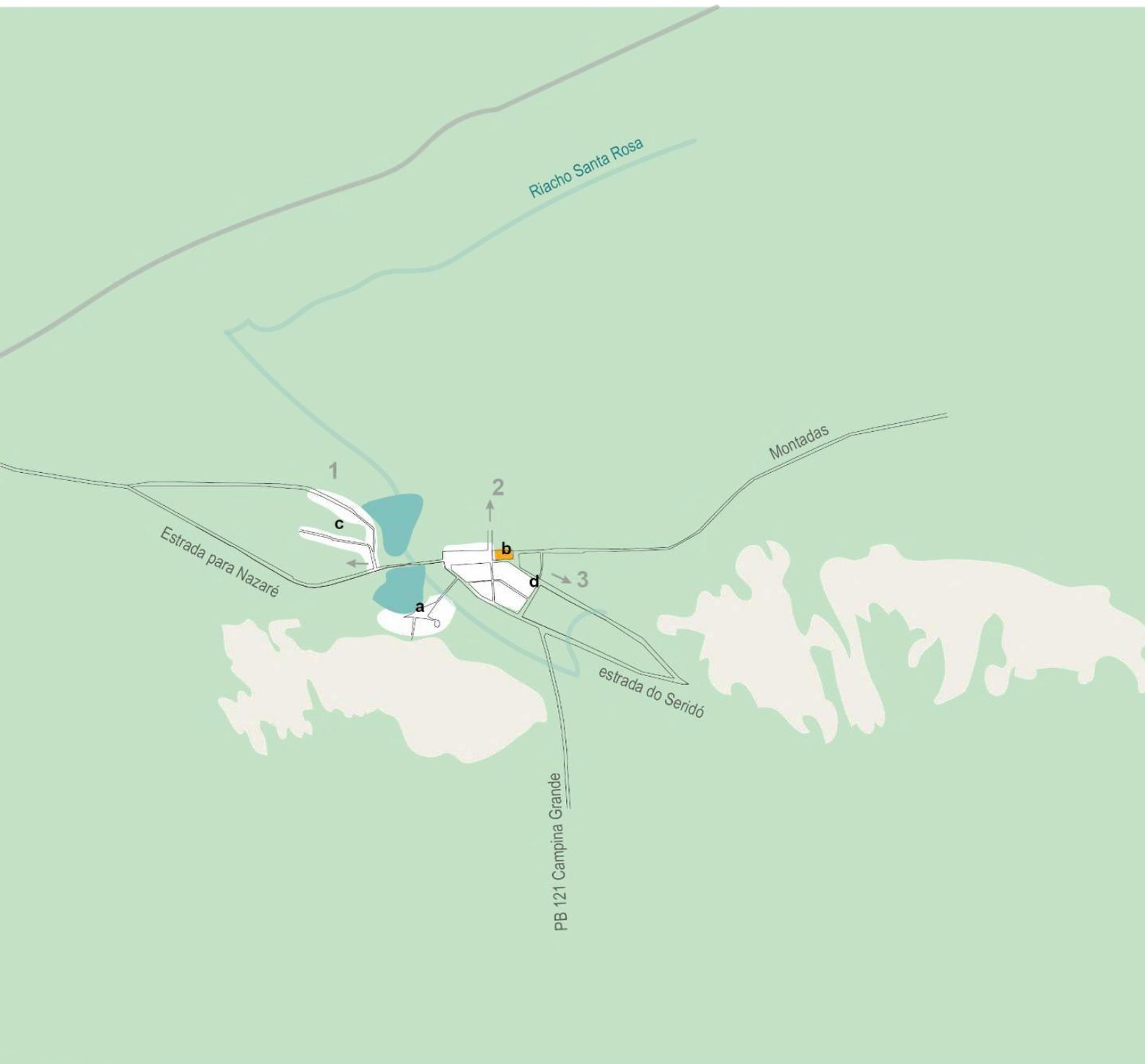
Pocinhos 1930

0m

500m

1000m

1500m



LEGENDA

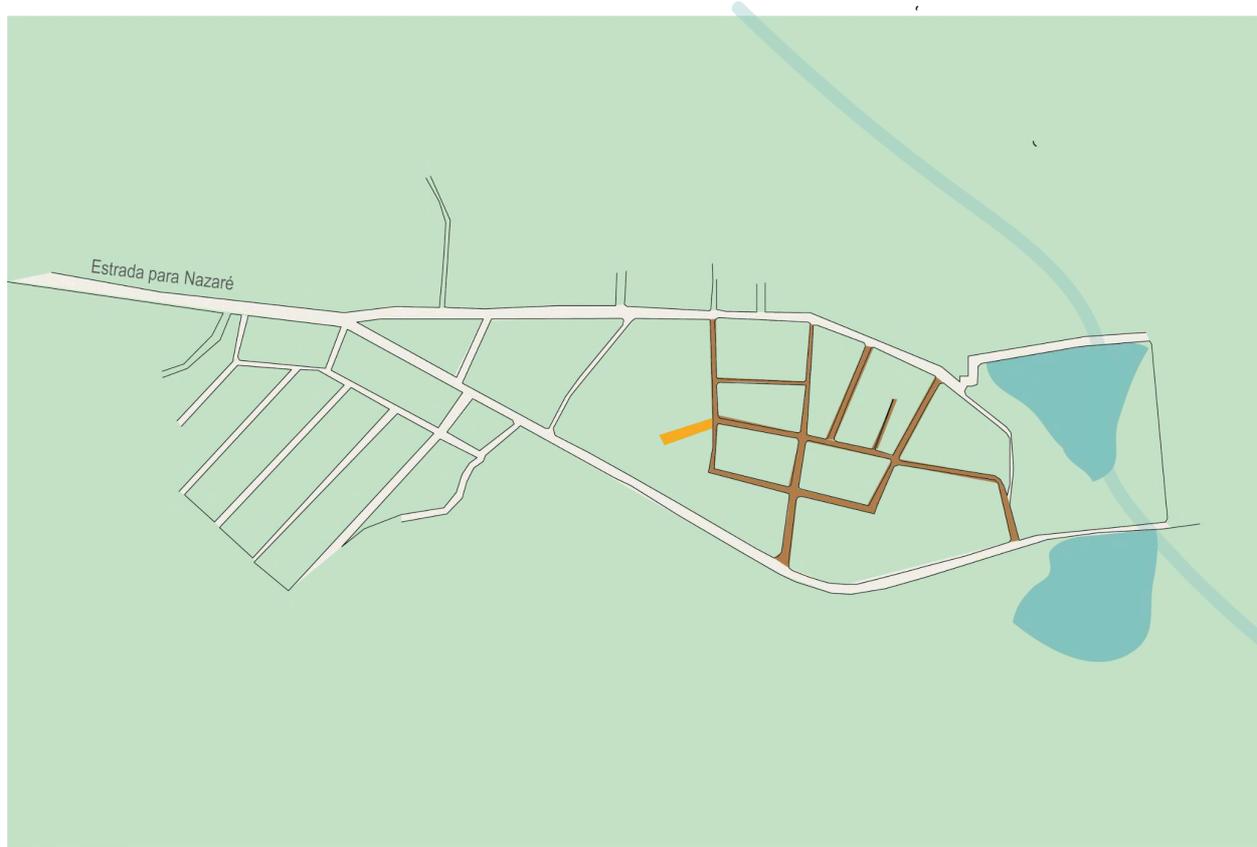
- igreja Matriz
- poços
- curso d'água
- formação rochosa aparente
- vetor de crescimento
- área não construída / solo natural
- traçado das vias
- linha férrea

Locais:

- a-** Casa de Caridade
- b-** Igreja Matriz
- c-** Currais feira do gado
- d-** Grupo Escolar Afonso Campos

Cartograma 04 Aproximação da cidade de Pocinhos em 1930. Produção autoral com base em levantamento histórico, descrições e traçado das vias.

Bairros Cacimba Nova e Cruzeiro - 2021



LEGENDA

-  Monumento do Cruzeiro
-  poços
-  curso d'água
-  traçado das vias
-  Ruas do bairro Cruzeiro
-  Ruas do bairro Cacimba Nova



Cartograma 05, Vias pertencentes aos bairros Cruzeiro e Cacimba Nova (mais recente).

Produção autoral com base em cadastro imobiliário.

Pocinhos, como distrito, demoraria alguns anos para efetivamente se expandir. Esta situação só ocorreria com o surgimento de novo ciclo econômico, processo que elevaria Pocinhos de distrito para enfim, sua independência. Este novo material, tão marcante para a histórica do município, se trata do sisal.

3.2.2 O sisal desponta no município

Em meio à estagnação do seu crescimento e geração de renda, Pocinhos, ainda como distrito do município de Campina Grande, volta a crescer. Ainda parte das dinâmicas de apadrinhamento e coronelismo, conhece a atuação de um padre e faz parte da movimentação política de uma família. Encontra, na diversificação da agricultura, um novo produto que impulsiona sua economia, a levando a título de município.

surge em 1938 mais um novo personagem na história pocinhense, novamente a partir da igreja: O Padre José Augusto Galvão. O padre que tinha uma atuação populista se envolve rapidamente nas questões políticas, utilizando posteriormente sua influência na cidade para projetar sua carreira nessa área. As melhorias para a cidade são inúmeras. Ainda como padre traz para a cidade, com verba federal, a Maternidade São José, que posteriormente é vendida ao IPASE (INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO, imagem 09). No local, futuramente, passa a coordenar também um sanatório para tuberculosos.

No processo de redemocratização com o fim do estado novo, é a família Joffily uma que concentra o poder de transformar o espaço pocinhense, dada sua origem e afeição com o local. O poder é tamanho que, na comemoração do centenário de Irineu Joffily, Pocinhos muda de nome para Joffily (RIBEIRO, 2013). Aparentemente a mudança de nome teria ocorrido não só para a condecoração deste personagem político como também para fortalecer a ideia do município como “curral eleitoral” da família, que nesta época visava a prefeitura da cidade de Campina Grande. Apesar do crescimento que Pocinhos passava graças ao sisal, este é o motivo pelo qual a cidade se mantém como vila de Campina Grande, mesmo que a cidade já possuísse certa independência.

Padre José Galvão descreve, com alguns eufemismos (1953, apud. RIBEIRO, 2013, p. 138):

Pocinhos, se não é uma cidade de direito, o é de fato, pelo seu comércio de 29 casas na sede distrital, com 25 casas comerciais na zona rural, com 3 grandes usinas para beneficiamento de Agave (sic), com 42 pequenas usinas de beneficiamento da mesma fibra, com 6 firmas compradoras de Agave (sic), com uma grande usina de beneficiamento de Algodão (sic), com uma grande e tradicional feira de gado vacum, com inúmeros abatedores de gado, em grandes proporções para abastecimento de carne de sol para Campina Grande e vários municípios do Estado, com 4 hotéis instalados na vila, 1 farmácia, 2 padarias, 1 forno contínuo para fabricação de cal, com capacidade para 12 toneladas diárias, 2 oficinas mecânicas, sendo 1 de grandes proporções para conserto de automóveis e motores em geral, 3 pequenas sapatarias, 2 salgadeiras para peles, 2 carpintarias, 1 Cooperativa Agro Pecuário (sic), 1 Posto Agrícola, 564 casas de alvenaria, abastecimento d'água, 1 Sanatório com 2 médicos, com 852 propriedades no distrito; com 1460 casas na zona rural; com 2846 eleitores, e, com os distritos de Puxinanã e S. José da Mata, terá a nova edilidade pouco mais de vinte mil habitantes.

Nesta descrição se consegue ter uma ideia da importância do gado, do algodão e do agave no processo de desenvolvimento local. Apesar da coexistência dos três, devido a uma herança da produção do gado e do algodão, era o agave que encabeçaria o desenvolvimento econômico da cidade.

O algodão, matéria prima que era antes cultivada em lugar do sisal, teve sua importância econômica para o município de forma muito momentânea. Apesar disto, ainda fez surgir a vila de Nazaré em 1940, futuro distrito Pocinhense. Aproximadamente nessa

época sua demanda internacional decaiu, o que fez por encerrar as importações do município paraibano (RIBEIRO, 2013).

Como substituto deste material, surge o cultivo do sisal. O Sisal, ou *Agave sisalana*, é uma planta de origem mexicana que foi trazida para a região por uma empresa americana (COSIBRA, s.d). De fácil adaptação ao clima quente, seco e árido, a introdução do cultivo da espécie foi realizada para suprir uma demanda internacional de fibras duras, ocasionada pela invasão das Filipinas e Indonésia, grandes produtores do material. Esta fase de exportação do material perdura até os anos 1966, caracterizada pela alta demanda internacional (SARAIVA, 1981).

Apesar do cultivo desse material, o crescimento da cidade só passa a ocorrer com o enfrentamento da seca de 1942 e da nova atuação na política (RIBEIRO, 2013). A cultura do sisal, apesar de freada pela seca, se projeta sobre a história de pocinhos pelos próximos 50 anos e seu êxito econômico não só gera crescimento à cidade (espacial e demográfico) como também proporciona uma relativa independência do município campinense.



Imagem 09: Sanatório São José, coordenado pelo IPASE. Foto sem data, Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

A frustração do projeto político da família Jofilly (RIBEIRO, 2013) induziu duas importantes transformações. O retorno ao nome Pocinhos pela lei estadual nº 986, 10-12-1953, e a elevação do distrito de Pocinhos a Categoria de Cidade. Esta emancipação ocorre a partir do desmembramento do então distrito Pocinhos do Município de Campina Grande. Neste processo, o distrito de Puxinanã também é desmembrado de Campina, e é adicionado, a partir de 1955, ao município de Pocinhos. Também há a exclusão do distrito de São José da Mata do novo município. (PREFEITURA DE POCINHOS, s.d.).

Como era definido na época, se fazia necessário indicar o novo prefeito para administração da cidade até que pudessem ser feitas as novas eleições, previstas para 1956. O Padre José Galvão indica para o cargo o ex seminarista José Pereira do Nascimento, também conhecido como José Alves. Em 1956 a cidade passa a contar com sua primeira agência do IBGE, que contabiliza 1752 habitantes na sede e 1141 em Puxinanã, se afastando bastante da contabilização elaborada pelo padre em citação acima. Nessa contabilização são encontrados na sede 45 estabelecimentos comerciais, diferente dos 29 da citação, talvez por uma diferença dos critérios utilizados para a contabilização, como aponta Ribeiro (2013).

Outros fatos levantados pela pesquisa do IBGE de 1956: Um total de 600 casas com aproximadamente metade recebendo energia elétrica, 34 veículos, 25 ruas (sendo 21 iluminadas e 3 pavimentadas) e 22.944 habitantes (inclui-se população de Puxinanã), sendo 260 participantes de cooperativas de coleta e processamento de sisal ou algodão. Outros fatores que ocorreram foram a inauguração do prédio da prefeitura em 1954, a criação da Associação Rural e uma reforma da fachada da igreja matriz. A fundação da câmara de vereadores só ocorreu quase dois anos depois, no final de 1955, com a presidência do antigo prefeito provisório, José Alves (RIBEIRO, 2013), que se torna vereador na nova gestão.



Imagem 10: Obra de ampliação da prefeitura. É possível ver a edificação antiga à direita, datada de 1954. Foto sem data, Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

A partir da introdução cultura do sisal e do desprendimento às questões políticas de Campina Grande (a qual Pocinhos, como município, possuía poder de influenciar com seus votos), a cidade torna-se independente e passa a representar papel de destaque entre os municípios do entorno, como à Montadas, Olivedos e Puxinanã. O elemento econômico responsável pelo crescimento da cidade ainda era apenas produto agrário. Com a introdução de processos de industrialização, o sisal impulsiona ainda mais o processo de crescimento do recém independente município.



Imagem 11: Monumento do cruzeiro. Fonte Google Street View, 2012.

4.0 Pocinhos e o beneficiamento do sisal - 1960 à 1990

4.1 O Município de Pocinhos

O desenvolvimento da cadeia produtiva do sisal contribuiu para um significativo incremento populacional em pocinhos, tanto na sua área rural, quanto na sua zona urbana. Em consequência, a cidade ganha diversas intervenções urbanas, obras de melhorias promovidas pela primeira gestão municipal eleita democraticamente, o Padre Galvão.

A administração do município ser realizada pela igreja não era até então novidade. O papel da instituição, em Pocinhos como município, apenas se modificaria. Padre Galvão, temeroso que as obras do cinema público ficassem sob gestão de oposição (RIBEIRO, 2013, aprova pouco antes de se retirar do poder a lei nº30 de 1957. Tal lei concederia 30 mil cruzeiros para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição para sua construção do Cine São José. Esta doação demarca um tipo de relação de auxílio mútuo com a igreja que perduraria por quase 40 anos, quando o edifício é comprado novamente pela municipalidade e novamente doado para a paróquia (POCINHOS, lei nº 603/1996.

Nos anos 1960, a instituição religiosa recebe ainda apoio financeiro da prefeitura para administrar o Colégio Municipal Padre Galvão (POCINHOS, lei nº160/1964 e, em 1981, recebe para administrar com o hospital e maternidade (POCINHOS, lei nº 354/1981.

Padre José Galvão se retira em 4 de setembro de 1957 para participação na assembleia legislativa, sendo substituído pelo seu vice, Joaquim Limeira de Queiroz, de Puxinanã (RIBEIRO, 2013. Por uma composição política de oposição na câmara dos deputados (na época com 7, Joaquim tem sua atuação restrita.

Nas gestões seguintes, o segundo prefeito eleito da cidade de Pocinhos é José Alves. O antigo presidente da câmara e prefeito provisório da cidade antes das eleições alterna ciclos de poder com o Padre José Galvão, prefeito da gestão anterior, numa espécie de política “de café com leite” pocinhense, seguindo os processos de indicação nos finais de mandato. Tal política foi interrompida apenas em 1974 com a eleição de Clóvis Chaves, da oposição.

Em torno dos anos 1960 Pocinhos se encontrava em um momento de avanço importante graças ao cultivo do sisal. Produzindo, segundo o IBGE (1959, p.104, 47.194 toneladas anuais (cerca de 129 toneladas ao dia, estima-se aproximadamente 1000 empregos gerados, esse cultivo supera em muito o do algodão (de produção anual de 307 toneladas para o ano de 1960.

O município contava com 12.187 mil habitantes (IBGE, 1970, p. 41, distribuídos entre área urbana e área rural, 21 carros de tração mecânica e com 3730 domicílios particulares, sendo 306 abastecidos por rede elétrica (menos de 10% dos domicílios, 16 abastecidos por poço ou nascente e nenhum era abastecido por rede geral de água (IBGE, 1960, caracterizando significativa precariedade das infraestruturas naquele momento.

O aumento populacional promoveu a expansão da cidade, uma vez que havia maior

demanda por domicílios para acomodar os moradores que chegavam para o trabalho na produção do agave. . Como a cidade tinha uma economia agrária, parte dos proprietários fundiários utilizariam estas terras para o cultivo do agave. Em contraponto, um deles, chamado Cícero Canuto, teria objetivos diferentes para suas terras. Sua proximidade familiar com o antigo e futuro prefeito José Pereira do Nascimento, o José Alves, influenciou um conjunto de interferências municipais em função do beneficiamento do seu lote, que iniciaria um dos maiores processos de crescimento urbano até a atualidade.

Inspirado por intervenções urbanas higienistas, que existiriam como uma resposta os surtos pandêmicos que alcançavam o planeta como um todo. No Brasil, objetivava-se “modernizar” as cidades, marcadas pelas heranças coloniais. A modernização estava associada a salubridade urbana, desencadeando uma série de ações como: a remoção de lixo das ruas, obras urbanas de embelezamento, que alcançavam largas escalas, com objetivo de enlarguecer vias, instalar praças e trazer luz e ventilação para as habitações. Recife, capital de Pernambuco, iniciaria seu processo de reforma higienista aproximadamente em 1840 (MIRANDA, 2012), influenciando cidades no entorno, tornando decisões urbanas higienistas comuns no século XX para cidades mais próximas, como Campina Grande (QUEIROZ, 2008).

Em Pocinhos, a ideia de tornar a cidade mais higiênica levaria o município a retirar a feira pública do largo da igreja (ver imagem 8 e 13, antes e depois da remoção da feira, respectivamente). Os detritos gerados pelo comércio semanal não caíam bem no mais novo município, principalmente num espaço tão privilegiado como o largo da igreja que acabara de ser reformada. Talvez pela influência forte da igreja na política da época, teria sido ainda mais fácil a tomada de decisão da reforma deste espaço central.

Para isso, a prefeitura desapropriou os terrenos do Sr. Antônio Gomes do Nascimento e D. Josefa Freire do Nascimento, fazendo o prolongamento da via “da lenha” João Suassuna, iniciando na praça de mesmo nome (posteriormente modificada para Praça Getúlio Vargas, ver imagem 12) (POCINHOS, lei n 49, 1957). A abertura da via, futuramente chamada de Cônego Pequeno, proporciona a remoção da feira pública para um mercado público (autorizado a ser construído em 1957, pela lei municipal n 37) para as terras do proprietário fundiário, fora da mancha urbana da época (ver imagem 21 à 23).



Imagem 12: Desfile de 7 de setembro, foto da década de 1940. Na foto se vê casa atualmente de Dona Neves (1), atual “voz de Pocinhos”, em 2 o “Beco da Facada” e em 3 a residência de Antônio e Josefa do Nascimento, demolida para abertura da rua atualmente denominada “Cônego Pequeno”. Fonte Eduardo Araújo.

O bairro do mercado, como resultado das influências do urbanismo higienista que ocorria nas cidades do seu entorno, conta com vias largas (em média maiores que 12 metros de largura), inspiração dos boulevards. Outra ação tomada pelo proprietário fundiário, talvez como contraponto para os serviços prestados pela prefeitura, foi o fornecimento de lotes para o poder público que realizou sua doação para a população local alguns anos depois, em 1976 (POCINHOS, 1976, lei no 264) . Esta foi outra decisão que também proporcionou o crescimento deste bairro, tendo em vista que sua ocupação também traz valores diretos e indiretos de urbanidade em proporcionar segurança e relações de vizinhança.

Esta nova espacialidade daria origem ao bairro Jardim Etelvina, também conhecido como Bairro do Mercado, um dos bairros mais densos da cidade (CAD. IMOBILIÁRIO, 2021). O loteamento que recebe todo tipo de infraestrutura por parte do poder público também seria responsável por uma mudança no eixo de ocupação da cidade, antes ao longo dos poços e lajedos, tomando como um novo vetor de crescimento este mercado público.



Imagem 13: Praça central, foto retirada de frente à igreja Matriz da década de 1980. Fonte: Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

Além do aumento do número de habitações na área urbana, destaca-se a retomada das obras referentes à linha férrea. As obras paradas em 1922 foram retomadas nos anos 1950. Sua conexão que antes visava interligar o interior da Paraíba com o Ceará é substituída pela conexão de fato para Campina Grande. A instalação da estação ferroviária acontece entre 1954-1958, transportando da cidade a produção do sisal para o porto de Cabedelo (GIESBRECHT, 2021). Junto da estação é construída a vila ferroviária, composta de 19 casas, sendo duas construídas no estilo art-déco (provavelmente abrigando os engenheiros da obra) e demais na forma de casa-colada, como pode ser visto nas imagens 14 e 15.



Imagem 14 e 15: Casa do agente e armazém da estação ferroviária. Foto de Jonatas Rodrigues.

Com a cidade parcialmente atendida com energia elétrica gerada a diesel, maquinário datado de 1920, surge a necessidade da atualização e expansão do serviço, chegando a cidade a ficar sem fornecimento de energia devido à quebra do gerador em 1959 (RIBEIRO, 2013).

Em 1962 José Alves cede à Eletro Cariri a responsabilidade do fornecimento de energia elétrica para a cidade, que inicia o serviço em 1963. Em 1960, no tocante a água, o governo da Paraíba firma um convênio com o DNOCS (Departamento Nacional Contra as Secas) para construção de um sistema de captação de água das chuvas, num total de cinco milhões de cruzeiros. Tal sistema abastece a cidade por mais de 30 anos, encontrando-se atualmente abandonado (RIBEIRO, 2013).

A chegada do abastecimento de energia elétrica, além da instalação da linha férrea, possibilitou a instalação de um novo ciclo de crescimento urbano na cidade. Embora a economia ainda seja impulsionada pela produção do sisal, um produto agrário, este passa por processos de beneficiamento com características próximas às industriais a partir do uso de maquinário para o seu processamento.

O agave que antes apenas era cortado nos campos e vendido para empresa em João Pessoa (na qual eram feitas as restantes etapas de seu processamento antes da exportação da fibra), encontra um pré-processamento in-loco, elevando o preço que poderia ser cobrado pelo material.

As novas formas de como o beneficiamento do agave acontecia influenciava diretamente a maneira de como as pessoas ocupavam a terra, devido a distribuição da renda pelas camadas sociais. Os proprietários dos meios de produção se encontravam em três níveis: i) os proprietários de terra, produtores de agave; ii) os proprietários de motores de agave, que possuíam pequenos empreendimentos que empregavam no mínimo 7 pessoas e iii) as fábricas, terceiro personagem na produção do agave. Em muitos casos os proprietários de motores de agave se associavam às fábricas, bem como os proprietários de terra também faziam parcerias com a rede de processamento do material.

Na indústria “Importadora e Exportadora Tomé Ltda” existiria a instalação de prensas hidráulicas para beneficiamento do agave, empregando cerca de seis operários e situada na rua Napoleão Laureano, bairro de Cacimba Nova. Na operação do beneficiamento, apesar da não-utilização de químicos, expele grande quantidade de pó, ocasionando troca praticamente mensal de funcionários operantes na fábrica. Outro fator que impactava na vida dos funcionários era a carga horária excessiva (de 3-4 da manhã e apenas finalizando às 17-18hrs, muitas vezes se estendendo até às 23hrs) e pagamento apenas de salário mínimo (RIBEIRO, 2013, p.153).

Nas indústrias, pela baixa remuneração, os trabalhadores careciam da ocupação do solo urbano de baixo custo (afinal, existiam poucas horas para o deslocamento e pouca renda para ocupação de áreas de maior valor aquisitivo). Haveria, portanto, a ocupação e o crescimento do bairro Cacimba Nova, no entorno do antigo bairro do Cruzeiro (ver cartograma 05). Os proprietários de motores de agave, pela sua melhor condição de renda, costumavam habitar a área urbana do recém criado bairro Jardim Etelvina. A eles, não interessava estar próximo em apenas uma área de produção, mas buscavam a qualidade de vida proporcionada pela nova área. Para os agricultores, por outro lado, compunham a população rural, habitando os lotes dos proprietários e compondo sua renda recebendo apenas parte da produção, como aponta Prost em seu artigo que descreve visita à Pocinhos em 1966 (PROST, 1966).



Imagem 16: Campo de Agave. Fonte Gérard Prost, 1966.



Imagem 17: Campo de milho. Fonte Gérard Prost, 1966.



Imagem 18: Campo de algodão e palma. Fonte Gérard Prost, 1966.



Imagem 19: Campo de palma, algodão e galinheiro. Fonte Gérard Prost, 1966.

Como símbolo do desenvolvimento do município, Pocinhos recebe também o Pocinhos-Clube, inaugurado no ano de 1960; próximo ao grupo escolar Afonso Campos, a cidade se estende em sentido da estrada do Seridó gradativamente, sendo no mesmo ano anunciado o centro de economia doméstica, por financiamento federal, localizado ao lado da referida escola (RIBEIRO, 2013).

Outro equipamento que ganha autorização de construção, desta vez privado, é o posto de gasolina. Implantado em frente ao largo da igreja, resposta simbólica para uma cidade que buscava se adaptar ao meio de locomoção por carros, aumentando as relações com as rodovias que ligava o município às cidades e distritos do seu entorno.

A cidade, como município, cria apenas em 1961 o imposto territorial rural e o imposto de transmissão inter-vivos pela lei 123/1961 (POCINHOS, 1961) (hoje em dia substituído pelo ITBI, Imposto de transmissão de bens imóveis). Este imposto foi suspenso para o ano de 1962 na lei 128 (POCINHOS, 1962), revelando talvez uma dificuldade de ser colocado em prática instantaneamente. Apesar disto, não sabemos se posteriormente algum desses impostos foi de fato cobrado, tendo em vista a baixa regularidade fundiária da época ser algo comum (ARQUIVO DE LEIS, 2022).



Imagem 20: Reposição de lâmpadas na cruz da igreja. Fonte Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook, data aproximada de 1976.

O retorno de Padre Galvão ao cargo de prefeito de Pocinhos ocorre no ano de 1964, momento que na política nacional se instaura a ditadura militar. Diante das mudanças do regime, a família Joffily, grande responsável pelo crescimento da cidade em seu recorte agrário, perde seu poder, chegando a vender suas terras na região (RIBEIRO, 2013).

Um elemento marcante na ditadura militar é a maneira como as cidades e o planejamento urbano são tratados. Talvez como consequência disto tenham sido realizadas fotografias aéreas da cidade nos anos 1970 (ver imagens 21 à 23), juntamente da lei orgânica em 17 de fevereiro de 1971 (citada pela lei 351/81, POCINHOS, 1981). Outro fator relevante é o processo de aumento da população urbana em relação a rural, fenômeno que afeta as cidades brasileiras em geral, além do aumento das dinâmicas de êxodo rural, saindo a população rural diretamente para as grandes cidades como resultado da seca e do processo de industrialização.

A cidade encontraria, ainda no ciclo do sisal, novas dinâmicas urbanas. Seu crescimento, antes direcionado pelo interesse de proprietários fundiários locais, recebe nova dinâmica a partir de instalação de novas empresas e de uma maior participação na importação e exportação de produtos. Como consequência disto, encontra dois processos de expansão: o primeiro, relacionado a alocação de empreendimentos em bairros já existentes na cidade (ver cartograma 06), e um segundo, de empresas que se alocam nas margens da cidade, próximas às rodovias e ferrovias, aumentando o crescimento da cidade em direção às suas margens, caracterizadas principalmente pela descontinuidade da mancha urbana (ver cartograma 07).

4.2 Sisal decai, Pocinhos cresce

Um fator local/ regional/ global que contextualiza as mudanças na época é sobre a cultura do sisal. Essa cultura enfrenta uma nova fase entre os anos de 1966 e 1972, em que ocorre uma queda na demanda do produto devido à concorrência gerada pelo fio sintético de propileno, um derivado do petróleo. Na Paraíba, cerca de 60% dos campos de sisal são abandonados entre os anos 60 e 70, também resultado da supressão da assistência à cultura gerado pelo Banco do Brasil. Das 34 empresas exportadoras de sisal existentes nos anos 60, apenas 4 existem nos anos 70 (SARAIVA, 1981). Apesar disto, a queda do fornecimento do produto concentra a produção paraibana em poucas cidades, sendo Pocinhos a segunda maior produtora do estado. Tal fator não só gerou empregos para a população urbana e rural como também acentuou o papel da cidade como centralidade, visto que possuía a maior indústria de beneficiamento do sisal da Paraíba.

A principal indústria do sisal pertencia à Ottoni Barreto, localizado no sítio Olho-d'água. Sua concentração de renda era tamanha que chega a surgir, fora da mancha

urbana, a vila do olho d'água. Ambas as empresas (de Ottoni Barreto e José Tomé) coletavam o material produzido tanto na área rural de Pocinhos quanto nos outros municípios de seu entorno (RIBEIRO, 2013, p. 179).

As dificuldades econômicas geradas pela queda do sistema produtivo do Sisal foram generalizadas na região. No entanto para o município provocaram um efeito territorial distinto, uma vez que, Pocinhos passou a receber migrantes de outras cidades que não absorviam mais a mão de obra antes empregada na produção do Sisal. Esta população se localizou nas bordas do núcleo central, uma vez que tinham baixo poder aquisitivo.

O censo demográfico do IBGE de 1970 indica em Pocinhos uma população de pouco mais de 14 mil habitantes, um acréscimo de 2100 habitantes ou 17% da população em relação aos anos 1960. Na área urbana, totalizava 4.039 habitantes, cerca de 28% da população total. Se o crescimento da população total fosse proporcional, indicaria um aumento urbano de aproximadamente 300 habitantes.

A localização destas indústrias e cooperativas acaba por se tornar, portanto, um elemento norteador na ocupação da cidade. As “fábricas”, assim como seus armazéns, se distribuíam na área central, na qual seria alocada a Cooperativa Regional dos produtores de sisal da Paraíba (COOPERSISAL) em edificação que já possuía uso para o ciclo do sisal, com empresa operante de nome desconhecido), e em Cacimba Nova, na rua Napoleão Laureano, com a Importadora e Exportadora Tomé Ltda (RIBEIRO, 2013 p.153). Por essas fábricas terem uma ocupação mais antiga e terem feito parte do crescimento urbano no ciclo inicial de Pocinhos como município, estariam portanto completamente imergidas nessa mancha urbana e provavelmente também no cotidiano e imaginário da população.

A COOPERSISAL, edificada nas expansões da cidade sentido bairro Jardim Etelvina, Terras de Cícero Canuto, não só ocupa o bairro como também proporciona a ocupação do trecho ainda denominado como centro. O mercado público, principal personagem da dinâmica de ocupação deste bairro, fica pronto e em 1969 são reguladas as feiras (POCINHOS, 1969). Nas fotografias aéreas retiradas aproximadamente nos anos 70 é possível enxergar o quão externo à área urbana o novo mercado público estaria, junto das ocupações que foram surgindo e crescendo neste sentido (representado pelo vetor de crescimento número 4, no cartograma 06 e pela imagem 21, 22 e 23).

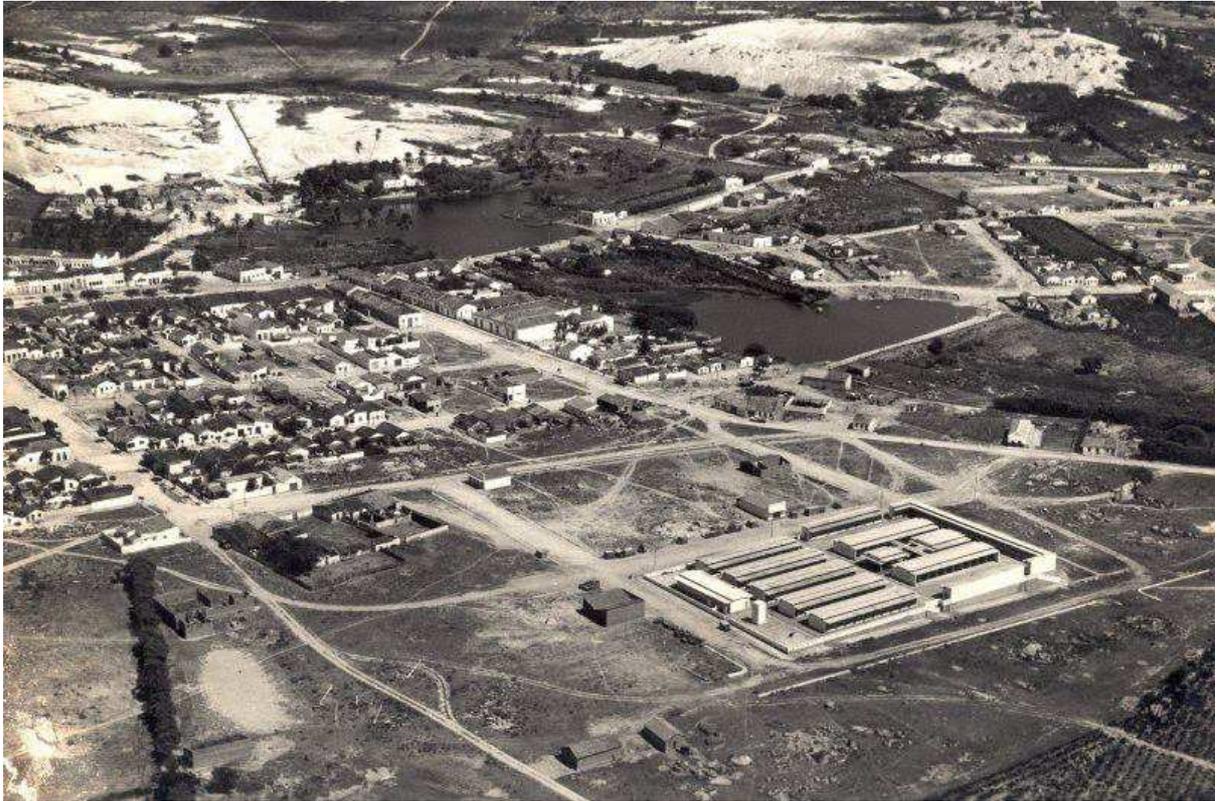


Imagem 21: Bairro centro e bairro do Mercado, foto aérea de 1970. Fonte Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

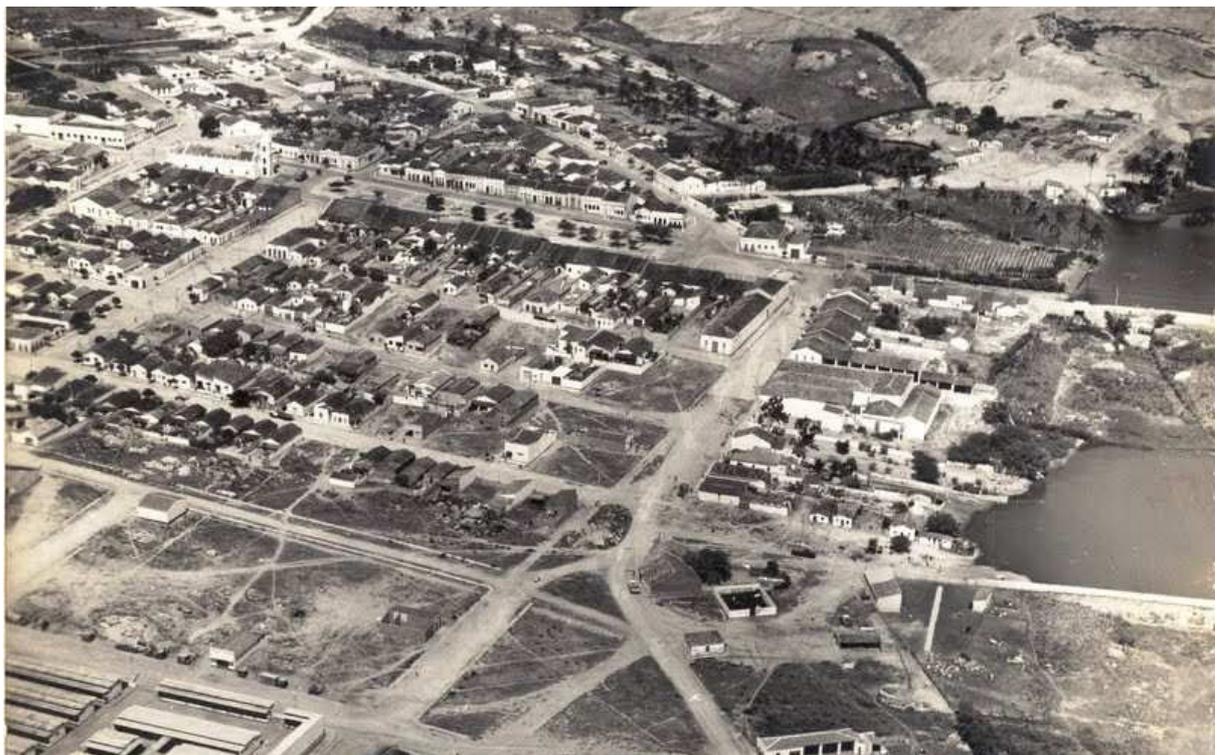


Imagem 22: Bairro centro e do Mercado à esquerda e à direita trecho de bairro Cruzeiro/Cacimba Nova, foto aérea de 1970. Fonte Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

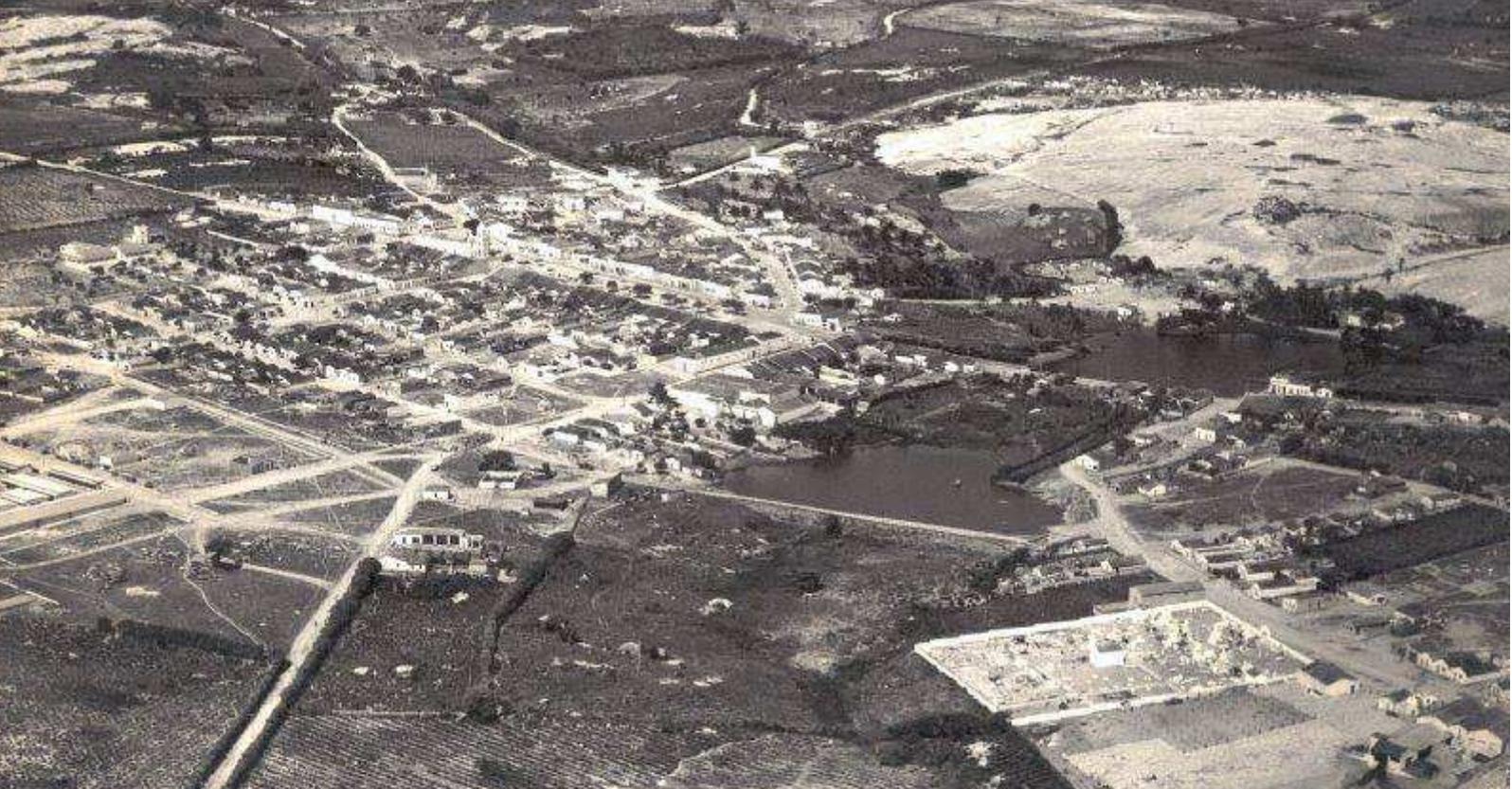


Imagem 23: Cidade de Pocinhos. Foto aérea de 1970. Fonte Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

Na alocação da Importadora e Exportadora José Tomé no bairro Cacimba Nova/ Cruzeiro, um bairro também já existente na cidade (ver imagem 24), emerge a necessidade de investir na antiga área da cidade que passa a receber um conjunto de ações para infraestrutura do bairro. Encontram-se projetos para calçamento de ruas e expansão da rede de energia em 1966 (direcionado ao cruzeiro e cacimba nova, no cemitério público da cidade, representado no cartograma 06 pelo vetor de expansão 1). como consequência da alocação da empresa e das infraestruturas, parte da população que chegaria a cidade (e do aumento da população residente) se alocaria no bairro, demandando de residências de baixo custo num padrão de auto-construção.

Tal ocupação ocasionada pela baixa do sisal acaba também por gerar demandas do poder público. É registrado auxílio ao centro social de Cacimba nova em 1967, atestando o crescimento populacional desta população de menor renda (POCINHOS, lei n 177/1967). Apesar das melhorias para o bairro, este deixa de receber grupo escolar, mesmo sendo reconhecida a justificativa “dado ao grande número de crianças que têm sua residência naquela [sic.] bairro, e que estão sem escola, devido a deficiência de rede escolar no citado local”(projeto de lei n°153/1964, vetado). É apenas em 1978 e em nova gestão que Cacimba Nova recebe seu grupo escolar, de nome “Osman Cavalcanti Leal” (POCINHOS, lei n° 297/1978). Além disto, a prefeitura ainda doa 10 terrenos urbanos no bairro do Cruzeiro, bairro ao lado de Cacimba Nova, destinado a população de baixa renda, para edificação sob responsabilidade dos donatários (POCINHOS, lei 308/1978).

O que acontece é que já havia planejamento do direcionamento desta verba para criação do Ginásio Municipal Padre Galvão. A criação da instituição de ensino foi resultado do investimento público fornecido ao Instituto Nossa Senhora da Conceição, paróquia da

igreja matriz (POCINHOS, 1963). Enquanto a construção não fica pronta, também é utilizada edificação pertencente à Mitra Diocesana, que por isso recebe aluguel (POCINHOS, lei nº160/1964). Dois anos depois, em 1966, a prefeitura também autoriza a compra deste imóvel (POCINHOS, lei nº 171/1964).



Imagem 24: Importadora e Exportadora José Tomé no bairro de Cacimba Nova. Fonte: Google Street View, 2012.

A localização escolhida para instituição de ensino que receberia estudantes de toda a cidade (única de nível fundamental até os dias de hoje) foi de um lote às margens da cidade, distante do agrupamento urbano, construídas em sentido da saída da cidade para o atual município de Montadas (sua localização pode ser vista no cartograma 06, identificado pelo vetor de crescimento número 2). Provável que a localização do lote tivesse sido consequência da interferência da igreja católica, ocupando terreno de posse da própria instituição, sendo este 2 anos depois comprado pelo poder público a partir da lei de número 171/1966 (POCINHOS). Apesar da grande potencialidade da cidade crescer neste sentido a partir da alocação de tais instrumentos (algo que seria até preferível), ela não ocorre, talvez por falta de disponibilidade de lotes à venda por proprietários fundiários do entorno, ou mesmo pela impossibilidade da população de absorver o valor do solo exigido na época.

Apesar da tradição católica no município, a frente do protestantismo já existia desde os anos de 1937, e, em 08 de dezembro de 1963 demonstrou sua presença com a inauguração do templo da Assembléia de Deus exatamente no dia da festa da padroeira

(RIBEIRO, 2013). Tal igreja é fundada ao longo da estrada que conecta a cidade com Campina Grande, no bairro de Nova Brasília (representado pela letra g no vetor de crescimento 3 no cartograma 06). Nesta época, Nova Brasília representaria uma ocupação que era sequer citada nas legislações ou em programas de melhoria para a cidade. Parece que, com a estruturação do bairro Cacimba Nova a construção na área por meio de ocupação ou mesmo compra de lotes de baixo valor foi se reduzindo, surge uma nova frente de ocupação ao longo da saída da cidade. Nova Brasília surge da ocupação de lotes de propriedade do estado ao longo das formações rochosas que limitam o crescimento da cidade formal. Informalmente, são áreas mais facilmente ocupadas, tendo em vista não possuírem proprietário privado.

Em 1971, já a cidade estando no governo novamente de José Alves, era feito um convênio com a empresa pernambucana Diaconia. De origem evangélica, esta parceria tinha como objetivo o enfrentamento das consequências da seca (POCINHOS, 1971). Este personagem permanece longo tempo na história da cidade, tomando papéis de assistência utilizando recursos públicos. Nesta época, a papa de aveia servida pela empresa para remediar a fome gerada pela seca gerou descontentamento da população. O caso é que a aveia, alimento base para a composição, não estava dentro do cardápio alimentar da população, que a julga de baixa qualidade; graças a isso, se passa a questionar o destino das verbas encaminhadas pelo poder público a tal instituição em 1972. Utilizando-se do descontentamento da população, a oposição vê aí espaço para justificar a troca de poder, juntamente das novas dinâmicas partidárias ocasionadas pela ditadura (RIBEIRO, 2013, p. 169).

A baixa do sisal, junto do novo regime político, continua por gerar impacto na cidade na gestão de Clóvis Chaves. A política antes estabelecida por Padre José Galvão e José Alves pertencia ao partido da oposição, sendo facilmente indicado e eleito Clóvis Chaves, associado a revolta da população aos serviços oferecidos pela Diaconia na gestão anterior. Apesar disto, a própria gestão de Clóvis Chaves fecha em 1974 e em 1983 novas parcerias com a Diaconia, fosse para construção de grupos escolares, salas de aula e lavanderias (1974), ou para “obras comunitárias” (1983) (POCINHOS, lei n° 250/1974 e lei n° 380/1983).

O local escolhido para lavanderia pública, que fica pronta nos anos 1990 (POCINHOS, lei n°. 480/1990), é estratégico. A área recebe o abastecimento do curso d'água que corta a cidade, o Santa Rosa. Com o passar dos anos, além do uso deste tipo de serviço ter sido reduzido conforme fossem adotadas outras origens para abastecimento de água na cidade, a quantidade de imóveis urbanos que utilizam o córrego como esgotamento sanitário (única opção viável para este serviço na cidade) aumentou, reduzindo em muito a qualidade da água oferecida. Devido isto a lavanderia fecha, servindo a área nos anos seguintes para loteamentos situados em áreas alagáveis, como veremos a seguir.

4.2.1 As indústrias do sisal encontram a cidade

O ritmo de governo populista estabelecido antes pela dupla do padre e de José Alves foi drasticamente substituído pelo de Clóvis Chaves, que inicialmente pouco produzia diretamente em obras públicas e urbanas, preferindo agir por meio de parcerias com instituições religiosas. Além da parceria firmada com a Diaconia, também entrega o Hospital e Maternidade Dr. Antônio Luiz Coutinho para a fundação Nossa Senhora da Conceição, paróquia da cidade, mostrando ainda a influência da igreja no município.

A baixa procura em relação ao sisal não dura muito tempo. Graças à crise do petróleo a partir de 1973, a competição com o fio de propileno não era mais uma realidade, enfrentando o sisal uma nova fase que só finalizaria no final dos anos 1990 (SARAIVA, 1981).

O contexto do sisal como principal elemento de desenvolvimento econômico da cidade proporcionou reflexos no aumento populacional. A cidade que em 1970 registrava um total de 14.332 habitantes tem um acréscimo de 707 pessoas, conforme indica o censo IBGE do ano de 1980. Tal taxa de crescimento apenas ocorre neste período, resultado do sisal, e retorna a acontecer apenas em 2010. Apesar do aumento populacional total, a população da área rural se reduz: graças a cooperativas e indústrias de beneficiamento instalados na cidade, esta recebe um acréscimo populacional de 1.503 pessoas.

Nesse cenário, o desenvolvimento urbano como resultado do processo de alocação das indústrias reproduz um modelo de cidade comum nas de maior porte, relacionada ao processo de periferação. O dilema dessas cidades de maior porte resulta da fragmentação social da cidade, parte de dinâmicas de valorização imobiliária do solo urbano. Partem do processo de criação do modelo centro-periferia, criando deficiências na infraestrutura urbana e equipamentos sociais, produzindo vazios urbanos (ROMANELLI, ABIKO, 2011).

Para Pocinhos, em um menor porte, há a criação de bairros nas margens da cidade, sejam voltados para a população de baixa renda ou para a absorção de demandas habitacionais de faixas de renda mais elevadas. Esta dicotomia de centro-periferia, portanto, se confunde no processo de expansão difuso da cidade.

COOPERSISAL e a expansão do jardim Etelvina

O poder público passa a direcionar a organização espacial na medida que doa terras para instalação dos equipamentos industriais. Ainda nas terras de Cícero Canuto, a prefeitura doou em 1976 um terreno de 3 hectares, sendo metade dele destinado à instalação da empresa COOPERSISAL e a outra metade, à construção de casas populares “doadas a pessoas de reconhecida necessidade” (POCINHOS, 1976, no. 264). O novo espaço cedido a empresa se destinava à um galpão para expansão da capacidade de armazenamento da empresa e se localiza nas terras doadas por Cícero Canuto, incentivando a ocupação do empreendimento imobiliário do Bairro Jardim Etelvina (observar expansão para o ano de 1986 no Cartograma 07).

Quanto à área da gleba destinada às casas, esta seria (junto a doação de lotes do bairro de Cacimba Nova, no mesmo ano) a primeira intervenção estatal na questão habitacional. Nas doações, a população ficaria responsável pela sua edificação, gerando uma diversidade de tipos habitacionais. Tal ação justificaria a continuidade do poder de Clóvis Chaves, pela eleição à prefeitura de seu indicado Silvio Souto de Oliveira em 1977(RIBEIRO, 2013). Silvio Souto atuou até os anos 1982.

Percebe-se o investimento do estado no bairro Jardim Etelvina também pela compra de terreno em 1979 ao proprietário Cícero Canuto para construção do Grupo Escolar Elizete Pereira de Araújo, sendo esta aprovada em 1980 pela lei nº 333/1980. Tal grupo foi expandido no ano de 1982 (POCINHOS, lei nº, 1982). Já em 1981 o bairro também recebe uma praça de nome Marcos Rafael dos Santos (POCINHOS, lei nº360/1981).

Outros agentes também surgiram no processo de ocupação do bairro. Em 1987, a “Federação da Associação dos trabalhadores” recebe doação de terreno pela prefeitura (POCINHOS, lei nº. 436/1987). A federação seria formada pela “Associação dos Trabalhadores do Distrito de Nazaré, Associação do Centro Comunitário João Porto Pereira da Costa, Associação Comunitária Silvio Souto de Oliveira e Associação dos Artesões de Pocinhos” (POCINHOS, lei nº 445/1987). Sua atuação passa também a pressionar por melhorias e investimentos para suas respectivas representações.

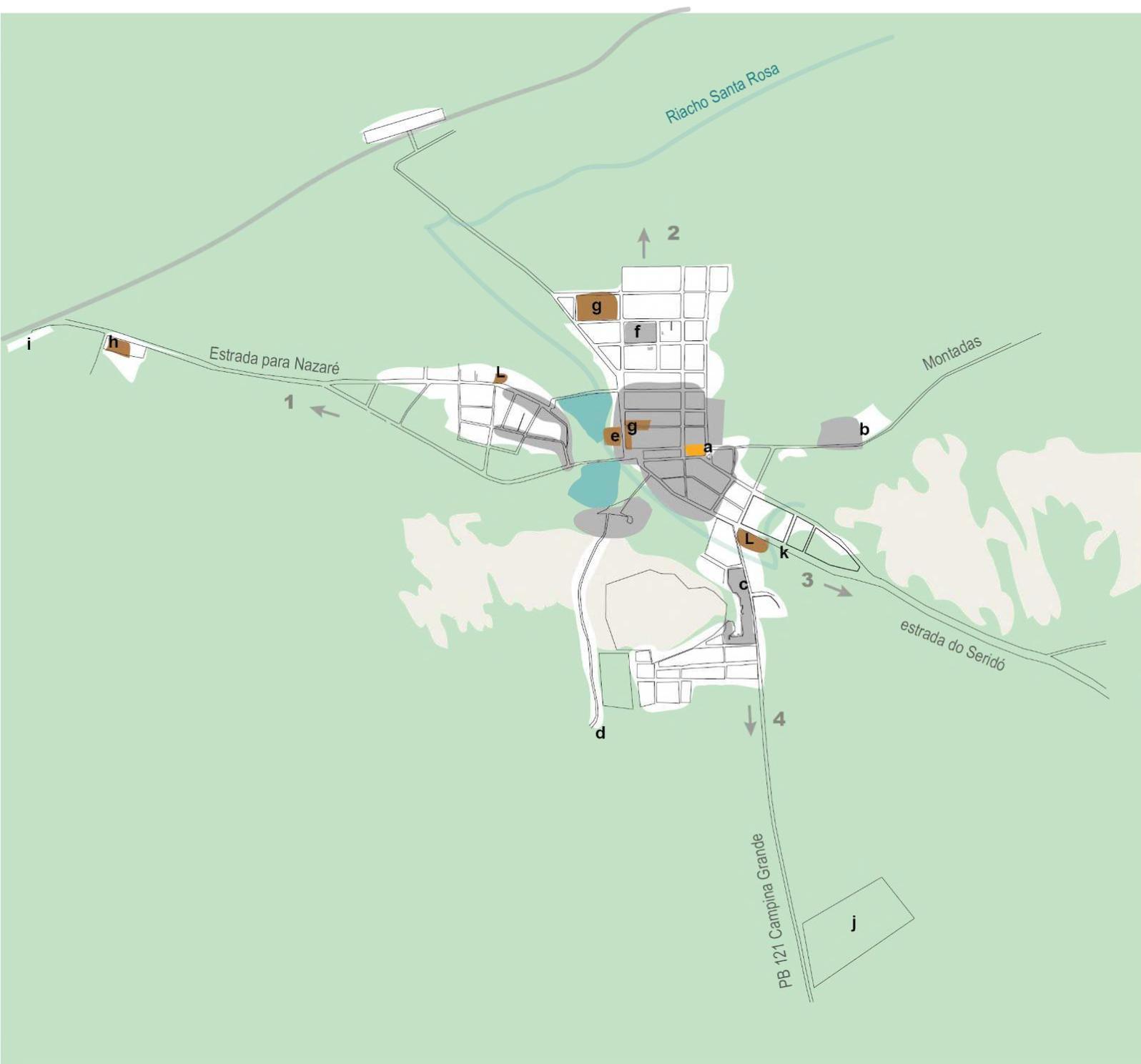
É nos anos 1990 que o bairro do Mercado Jardim Etelvina (demarcado no cartograma 08 pelo vetor de crescimento 2), maior fornecedor de lotes para a cidade até então, com suas próprias estratégias de especulação, encontra seu fim na “Rua Manuel Porto Neto” (POCINHOS, lei nº487/1990). Esta rua demarca então o final da gleba de que pertencia ao então falecido Cícero Canuto. Ao localizar a via, a lei cita que esta cria limite com as terras de Cícero Canuto com as de Claudionor Pereira do Nascimento. Este seria um novo proprietário fundiário que participou das dinâmicas urbanas nos anos seguintes.

Importadora José Tomé e Nova Brasília

Em 25 de agosto de 1980 pela lei nº340/1980 (POCINHOS, 1980) a cidade declara estado de calamidade pública devido à "falta absoluta de água". É adquirido ainda um caminhão e duas bombas de abastecimento de água. Em 1981, como uma maneira de contornar a seca, é doado trecho de terra chamado “atrás da serra” para o estado, a fim de construção de barragem pública (Barragem de Buriti) (POCINHOS, lei nº 359/1981).

Doação do lajedo tapera ao estado, área de aproximadamente 8,5 hectares é doado em 1979 para o estado para construção de tanques pela SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado, instituição estadual criada em 1966 que utiliza recursos do Fundo Especial de Obras Públicas do Estado (FEOPE) (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, lei nº 3.457/1966). Tal ação (doação da gleba para o estado) daria início ao bairro do Cajueiro, ocupação ao longo da pedra de Nova Brasília. Junto disto, há também a alocação da Importadora e Exportadora Tomé Ltda, que instalaria outra sede em terreno particular saída para Campina Grande, entre os

bairros Nova Brasília e Vila Maia. Sua localização se daria devido a proximidade com as terras do proprietário da importadora, mostrando também a influência de José Tomé Filho como proprietário fundiário.



LEGENDA

- mancha urbana 1970
- igreja Matriz
- Indústrias do sisal
- poços
- curso d'água
- formação rochosa aparente
- vetor de crescimento
- área não construída / solo natural
- traçado das vias
- linha férrea

Locais:

- a- Igreja Matriz, prefeitura e paróquia
- b- Colégio Municipal, hospital e Ginásio municipal
- c- Igreja Assembléia de deus
- d- Grupo escolar José Tomé
- e- COPERSISAL sede
- f- Mercado público
- g- COPERSISAL armazém
- h- CONPEL
- i- Vila dos Pobres
- j- Terreno destinado ao loteamento da CAGEPA
- k- Lavanderia pública
- L - Importadora e Exportadora José Tomé

Cartograma 07, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos no ano de 1986. Produção autoral com base em fotografias aéreas.

A infraestrutura deste bairro começa a ser citada na legislação a partir dos anos 1981, com instalação de rede elétrica e a construção de uma unidade escolar - de nome Grupo Escolar José Tomé (POCINHOS, lei nº348/1981).

A partir do nomeamento da via Francisco Alves de Figueiredo, percebe-se o aumento do bairro de Nova Brasília por meio de loteamento realizado em 1985 (POCINHOS, lei nº420 e 421/1985) e finalizado em 1988 (POCINHOS, lei nº 461, 462, 463, 458, 459 e 450/1988) (vetor de expansão 4 nos cartogramas 07 e 08). A provável motivação do loteamento, ocupado com população de baixa renda, seria em dar uma alternativa legal para a ocupação do bairro do Cajueiro, próximo e em área de risco (aos pés do lajedo da Pedra de Pocinhos).

CONPEL e a expansão de Cacimba Nova

O bairro de Cacimba Nova, infraestruturado em 1978 pela alocação da importadora anteriormente citada, recebe seis anos depois uma expansão de 30 hectares para instalação da CONPEL- COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL (POCINHOS, lei nº 401/1984). As terras foram compradas de José Virgínio de Araújo e de Francisca Apolinário de Melo e são limitadas ao norte por gleba do proprietário Ivo Benício e se localizam como um prolongamento do Bairro de Cacimba Nova na estrada que conectava a cidade com o município de Nazaré (como pode ser visto no Cartograma 07). Assim como o armazém da COOPERSISAL também surge a partir de concessões do poder público, que escolhe, compra e doa o terreno para a empresa.

Apesar das semelhanças, no caso da COOPERSISAL a decisão de alocação no bairro Jardim Etelvina apenas expande o projeto de ocupação da área. No caso da CONPEL a decisão por sua localização, além da facilidade de receber matéria-prima do campo, se daria pelos baixos preços do solo e pelo uso da linha férrea, já que a CONPEL seria apenas uma filial de uma empresa de sede no litoral, que visava exportações via o Porto de Gramame (é inscrita pelo CNPJ 09116278000101 e data sua criação em 1971, com registro no município do Conde, Bairro do Gramame).

Associada ao grupo Votorantim, a empresa comprava campos de agave para sua extração a nível de bucha, ou seja, do solo era retirado todo o pé do agave, tornando-se necessário novo plantio para uma nova produção; tais estratégias de exploração buscavam o material não mais produtivo (no fim do ciclo produtivo da planta), mas, pela empresa oferecer maiores valores pelos lotes do que os pequenos empresários de motores de agave (estes cortavam apenas as folhas da planta, que poderia ser produtiva no ano seguinte) aparentemente houve a exploração também de alguma percentagem de agave produtivo ainda. Independente do volume de agave produtivo extraído pela empresa, esta fica com a fama de “acabar com o sisal” da cidade, muito embora a seca também tenha um peso importante.

Apesar da má fama, durante os anos que esteve instalada na cidade (1978-1997) a empresa trouxe empregos e renda para a população. Empregava diretamente cerca de 40 funcionários (moradores da cidade de Pocinhos) e, indiretamente, beneficiava mais de 100 famílias por meio da compra de “fornecedores” (empresários proprietários de motores de agave).

A empresa, ao se instalar na via Joaquim Alves Gomes (Ou Joaquim do Nascimento), uma extensão do bairro Cacimba Nova, instalaria também algumas habitações na mesma via (ver imagem 25), provavelmente para dar suporte para os trabalhadores de outros municípios que desejavam se instalar na cidade.

Próximo ao terreno adotado para a empresa já existia, anos antes, a existência de uma Vila de não mais de 15 casas de taipa, denominadas popularmente de “Vila dos Pobres” (ver imagem 28 e cartograma 07, indicado por i). Esta ocupação teria ocorrido como consequência das secas e da implementação da linha férrea, sendo maior parte de agricultores rurais que se alocaram nas margens da ferrovia.

Pela existência já do agrupamento carente próximo e como consequência das infraestruturas presentes na área devido a alocação da CONPEL, em 1989 é nomeado nas terras vizinhas o “Conjunto Ivo Benício de Melo” (visível no cartograma 08 pelo vetor de crescimento 1). Nesta época também são nomeadas duas ruas do bairro, a principal (Rua Joaquim do Nascimento) e sua paralela norte, Rua Silvino Alexandre Diniz (POCINHOS, lei n° 467/1989). Esses dados, junto dos extraídos do MapBiomas (1990) e também pela similaridade morfológica do conjunto das habitações (exemplificado na imagem 26) sugerem que este conjunto se resumiu, nesta época, a estas duas ruas.

O bairro da CONPEL cresce gradualmente. Ao contrário da pequena “Vila dos Pobres”, este bairro é inteiramente construído a partir de intervenção estatal e, em alguns pontos, da igreja. Ainda em 1989 o bairro recebe mais uma expansão: trata-se de unidades habitacionais voltadas ao público de baixa renda, construídas na responsabilidade da prefeitura “em regime de mutirão”, ou seja, era doado o lote e os materiais de construção à população de baixa renda, sendo edificado pelos próprios moradores. Os recursos utilizados vinham da Secretaria Especial de Ação Comunitária, órgão federal vinculado ao Ministério do Planejamento (POCINHOS, lei n° 466/1989).

Em 1991 a Prefeitura de Pocinhos aliena terreno de 2,8 hectares sob concessão do direito real de uso. Sua localização, ainda no bairro de Cacimba Nova, é limítrofe na região norte pela empresa da CONPEL. O objetivo da prefeitura em comprar este terreno estaria na criação de um novo loteamento popular para a área (POCINHOS, lei n° 501/1991, p.1): “Art. 22 - O bem dominial de que trata o artigo anterior será dividido em lotes urbanos e concedidos a pessoas carentes do Município que não possuem imóveis residenciais”. Com a doação dos lotes, era responsabilidade da população que a recebe construir imóvel residencial em até 1 ano. A área forma novo bairro, o Ivo Benício,

recebendo no ano seguinte o grupo Escolar Maria da Guia Sales de Carvalho (POCINHOS, lei n° 524/1992).

A CONPEL funciona até o final da década de 1990. Esta para de existir devido uma baixa no fornecimento do Sisal, além do aumento, novamente, da concorrência internacional da fibra natural com o plástico, que volta a ter queda nos preços. A empresa, depois de esgotar os campos de Sisal da cidade (pois seu tipo de coleta removia o pé por inteiro, no final do ciclo de vida útil da planta) acaba fechando e devolvendo os 40 hectares em sua posse à prefeitura no ano de 1997. O imóvel, assim que entra em posse da prefeitura, é loteado e doado, a fim de construir unidades habitacionais (POCINHOS, lei n° 704/2000, ver imagem 27).



Imagem 25: habitação no Bairro Ivo Benício, também conhecido como CONPEL. O tipo habitacional que se localiza na frente da empresa Conpel e que teria dado início ao conjunto em 1989. Fonte: Google Street View, 2012.



Imagem 26: habitação no Bairro Ivo Benício, também conhecido como CONPEL, fruto de autoconstrução de projeto desenvolvido em 1989. Fonte: Google Street View, 2012.

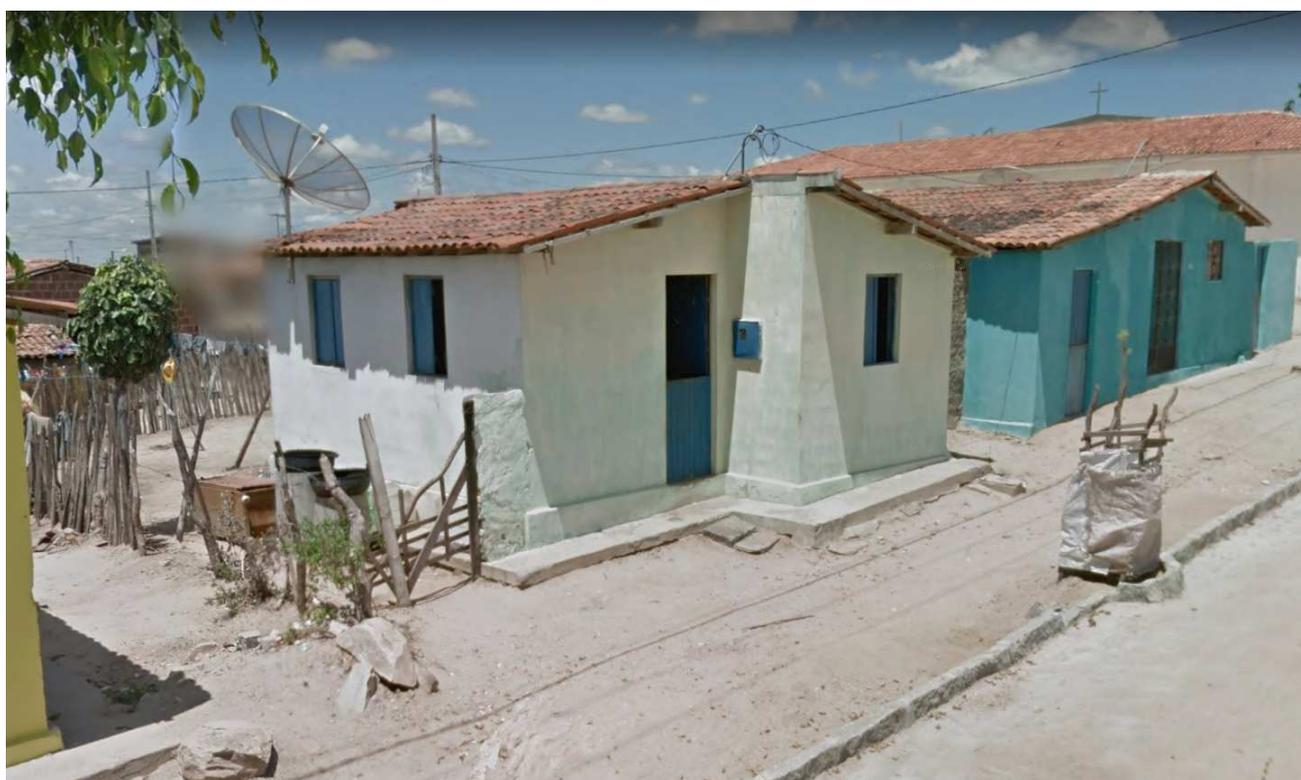


Imagem 27: habitação no Bairro Ivo Benício, também conhecido como CONPEL, fruto de campanha de construção de habitações entregues pelo governo a partir dos anos 2000. Fonte: Google Street View, 2012.



Imagem 28: Ao longo da Via Férrea é alocada a Vila dos Pobres. Fonte: Google Street View, 2012.

Posteriormente, dentro dos programas habitacionais do século XXI, o bairro passa a receber a construção de novas unidades habitacionais, mas sempre voltadas à população de baixa renda e com intervenção governamental. A conectividade urbana, antes justificada pelas atividades da empresa (que pouco chegou a usufruir de mão de obra da população destinada a morar em seu entorno) passa a ser ainda menor com o fechamento da CONPEL. Além deste bairro, o fim do sisal também deixaria “cicatrices” por toda a cidade, sobre as quais são construídas novas dinâmicas urbanas.

Pocinhos 1995

0m 500m 1000m 1500m



LEGENDA

- igreja Matriz
- mancha urbana 1986
- poços
- curso d'água
- formação rochosa aparente
- vetor de crescimento
- área não construída / solo natural
- traçado das vias
- linha férrea

Locais:

- a-** Igreja Matriz, prefeitura e paróquia
- b-** Colégio Municipal, hospital e fórum
- c-** Mercado público
- d-** CONPEL
- e-** Terreno destinado ao loteamento da CAGEPA
- f-** Alpargatas

Cartograma 08, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos no ano de 1995.

Produção autoral com base em dados do MapBiomas.

5.0 Pocinhos pós-sisal - 1990 à atualidade

5.1 Sobre as cinzas do sisal

O Ciclo da produção e beneficiamento do Sisal se estende até meados da década de 1990. O fechamento das fábricas (CONPEL, Importadora e Exportadora José Tomé, Sítio do Olho d'água de Teófilo Ottoni, a redução drástica do funcionamento da COOPERSISAL) gera um conjunto de imóveis abandonados e subutilizados.

A antiga fábrica de Teófilo Ottoni no Olho do Bravo, localizada fora da mancha urbana, encontraria seu completo abandono. Dentro da mancha urbana, uma série de edificações ficariam sem uso e, aos habitantes, faltaria meios de subsistência.

O Conjunto de imóveis subutilizados, das antigas fábricas de Sisal, juntamente com incentivos fiscais, atraem novas empresas para o Município. A mais importante delas foi a Alpargatas, que se instalou na cidade em 1993. A unidade de produção, com sede em Campina Grande, tem seu funcionamento em Pocinhos até 2002 (conforme descrito na inscrição do CNPJ Alpargatas S.a. - 61.079.117/0202-03). No período em que esteve ativa, a fábrica foi um atrativo de operários para sua produção, intensificando as relações de mobilidade para o trabalho entre Pocinhos e Campina Grande. Também se identifica nesta década uma significativa ampliação do número de domicílios na zona urbana da cidade. Nesta década a população urbana ultrapassa a população rural, como foi visto no gráfico 1 na introdução.

Das modificações urbanas diretas produzidas pela empresa, a mais marcante é a reforma do edifício na qual decide sua instalação (representado no cartograma 09 pela letra d, e na imagem 29). Além da direta substituição do uso de sisal para fábrica de sapatos, a alocação da nova empresa também traz mudanças para o edifício. Até 1970 tem tipologia de galpão de duas águas, assumindo depois da instalação da empresa o estilo Art Déco⁵, estilo arquitetônico geralmente associado aos anos 1930-1940. De qualquer forma, a construção do que poderia ser considerado pastiche configura algum tipo de tentativa de adequar o edifício ao entorno.

A Alpargatas, ao se alocar nesse espaço central, modifica também os padrões de localização de indústrias em relação ao agrupamento urbano. Nos ciclos anteriores, interessados com a proximidade ao campo e a linha férrea, as indústrias se instalaram nas margens da cidade. Nesse novo ciclo econômico interessava mais à empresa a proximidade à PB 121 e conexão à sede em Campina Grande. Além disso, sua localização central também facilitaria o acesso da mão de obra local, que era proveniente dos mais diversos

⁵ O art-déco é um estilo arquitetônico surgido na França em 1920 e comum nos centros históricos paraibanos, inclusive no município de Pocinhos. Sua enorme popularidade se deu pela necessidade de modernizar as cidades, ao mesmo tempo que não demandava grandes modificações da arquitetura local, pois atuava diretamente na fachada com a criação de platibanda e instalação de elementos geométricos decorativos.

bairros. Como a baixa do sisal ofereceria tais áreas dentro da cidade (e também mão de obra) com valores baixos, a instalação da empresa acaba por ser alocada numa das áreas mais caras da cidade pois, mesmo que os valores exercidos pudessem ser levemente superiores se comparados a outros setores, esta se tratava de uma empresa multimilionária, capaz de absorver essas variações de preço do solo.



Imagem 29: Rua Antônio Vaz Ribeiro nos anos 1999. Do Lado direito é possível visualizar o edifício das Alpargatas. Fonte: frame extraído de vídeo de Joselito da Silva, também conhecido como Lito.

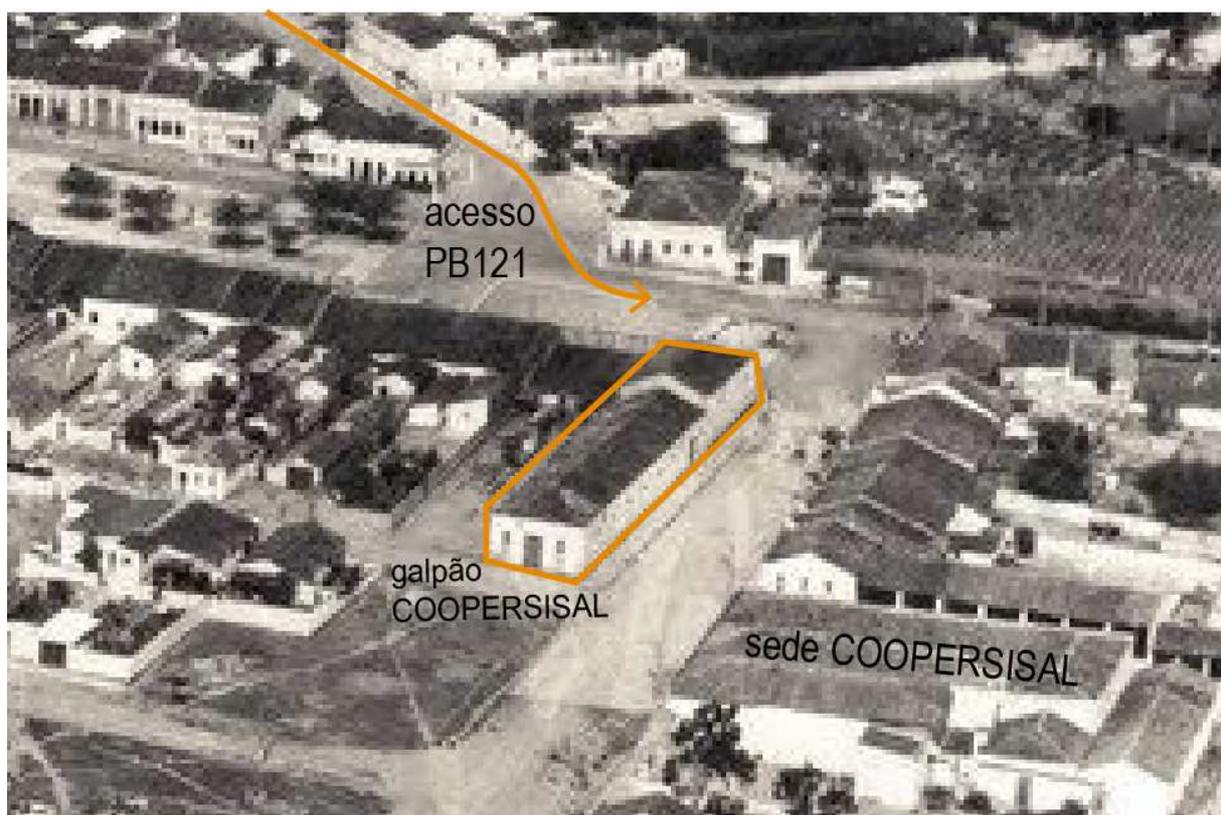


Imagem 30: Recorte de fotografia aérea de 1970. Antigo galpão que foi ocupado pelo edifício das Alpargatas. Na sua frente, pequeno posto de gasolina medindo 8x8m. Fonte Acervo de Adriana Souto Souto, via Facebook.

Apesar da Alpargatas não impactar diretamente as mudanças espaciais da cidade, há a instalação em outro galpão desativado da COOPERSISAL de outra indústria, desta vez com maiores impactos principalmente na questão ambiental.

Se instalaria em 2007 a fábrica Óleo Verde. A fábrica possuía semelhanças com as atividades desenvolvidas no ciclo do Sisal por também realizar processamento de matéria prima local, sendo seu produto o óleo de mamona. Ocupa antigo armazém da COOPERSISAL localizado entre o bairro Jardim Etelvina (Mercado) e o bairro Santa Terezinha, ambos de características habitacionais.

Entre esta nova fábrica e as de processamento do agave, a maior diferença seria o impacto ambiental. Enquanto o beneficiamento do Sisal e a fábrica da Alpargatas geravam impacto mínimo, a Óleo Verde descartaria fumaça poluidora diretamente na atmosfera. A empresa, que alega ter procedimentos permitidos por órgãos ambientais⁶, é interditada entre 2020 e 2021 pela SUDEMA devido mobilização e denúncias por parte da população do seu entorno, diretamente afetada pelo exercício da fábrica.

O lote que ocupa um completo quarteirão inicialmente contava com cerca (estilo arame farpado) como limite de público-privado. Como consequência da atuação da Óleo Verde, provavelmente como uma estratégia para ocultar suas atividades associada ao processo de fechamento da fábrica, é erguido muro alto de alvenaria, com fachada cega, criando barreira também visual. Os impactos da instalação do muro (ver imagem 31), dentro de bairro majoritariamente habitacional, é de criação de barreira física e segregação espacial.

6

<https://seligapb.com.br/pocinhos-em-nota-fabrica-oleo-verde-diz-que-ha-mais-de-um-ano-nao-produz-fumaca-e-caldeira-foi-transferida/>

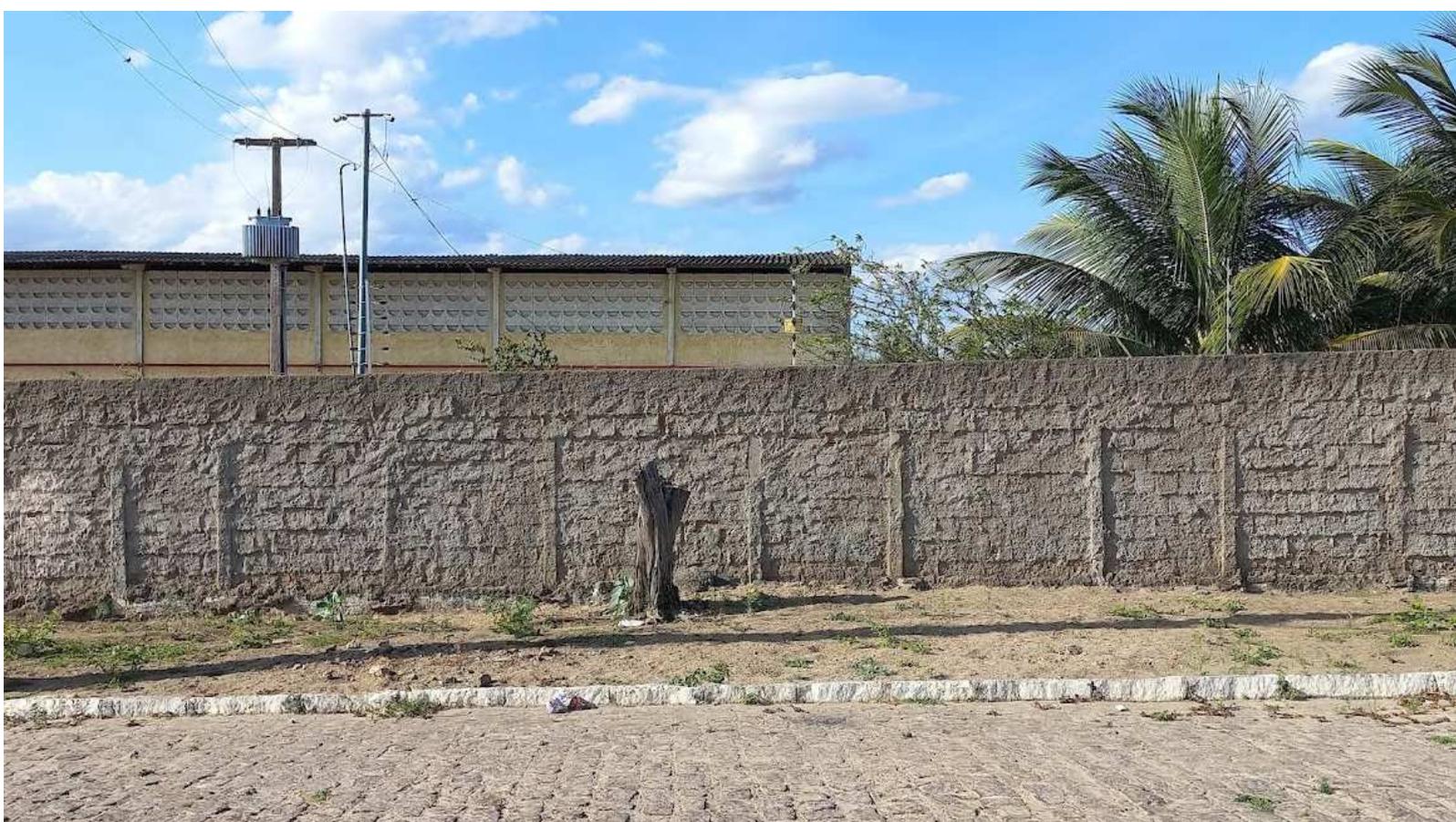


Imagem 31: Antiga sede da COOPERSISAL, a fábrica Óleo Verde, consequência do seu fechamento, recebe muros altos. Fonte: Imagem autoral, 2022.

Pocinhos chega a criar em 2016, numa distância de 3km da sede, um Distrito Industrial (POCINHOS, lei nº1337/2016). Situada ao longo da PB 121, que conecta a cidade com Campina Grande, chega ainda a ceder espaço para instalação de uma fábrica de rações (POCINHOS, lei nº1341/2016), que não chega a se instalar no local, que se encontra atualmente desocupado.

Além das áreas “vagas” pela COOPERSISAL e da instalação de proprietários de meios de produção, a desativação também da linha férrea, ferramenta importante utilizada no processo do sisal, também foi capaz de gerar novas especialidades.

A vila ferroviária, composta pelo conjunto de 19 habitações construídas por volta dos anos 1950 para atender os funcionários da obra é parcialmente desocupada conforme há a desativação da ferrovia. Os trilhos que já não eram utilizados desde o final da década de 1970 para passageiros finalizaram de vez seu funcionamento em 1990 para cargas. Estas residências seriam ocupadas por novos habitantes, entrando assim para o mercado imobiliário pocinhense.

Em 1995 a “eventual artéria projetada” Rua Cel Cícero Andrade (POCINHOS, lei nº 595/1995) é nomeada, indicando assim certa apropriação pela população de Pocinhos. A via, resultado de um processo de urbanização da vila ferroviária, origina um

novo bairro, o Santa Terezinha, também conhecido como lixão (representado pelo vetor de crescimento 1 no Cartograma 09).

O bairro do Lixão, formalmente nomeado de “Bairro Santa Terezinha” em 2003 (POCINHOS, lei n° 845/2003) é um bairro que teria surgido, como o nome já sugere, a partir de um lixão. A área de 1 hectare teria sido comprada pela prefeitura em 1997 pela lei n° 623, destinando na lei seu uso como depósito de lixo (POCINHOS, 1997). Nesse intervalo de 6 anos não se encontra o processo de doação de lotes da área por parte da prefeitura para população carente, mas, ao que parece, não houve muita resistência do poder público para a ocupação da área. Para famílias muito pobres, o lixão significa uma oportunidade de gerar algum tipo de renda, ocorrendo aos poucos a ocupação do espaço como moradia. O problema ambiental da própria presença do lixão no espaço de habitação já seria justificativa para o desencorajamento da ocupação da área, mas também há a passagem de curso de água “ Riacho Santa Rosa” no local, cruzando principalmente a única via de acesso à localidade.



Imagem 32: habitações da vila ferroviária ao fundo, na frente estação ferroviária em ruína. Fonte: Google Street View, 2012.



Imagem 33: habitações da vila ferroviária ao fundo, na frente estação ferroviária em ruína.
Fonte: Google Street View, 2012.

5.2 Um contexto administrativo

5.2.1 A Organização Administrativa Municipal

No início dos anos 1980, a cidade passaria por reformas administrativas. Firma, em 1981, parceria com o ministério da fazenda e secretaria de finanças para implementação do projeto “Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico - CIATA” (POCINHOS, lei nº 356 / 1981). Tal projeto era responsável por fazer treinamentos na prefeitura para implementação do cadastro técnico das cidades. Visando ainda o fortalecimento institucional do município, a prefeitura de Pocinhos contrai nos anos 2000 financiamento de 184 mil reais por meio da Caixa Econômica Federal para o “Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros” - PNAFM (POCINHOS, lei nº 701/2000).

A ideia do projeto CIATA, aplicado em diversas cidades por todo o Brasil era de permitir que, com o cadastro, a cidade pudesse cobrar corretamente o imposto predial e territorial urbano (IPTU). Havia, para cidades menores, pouco interesse em coletar o IPTU tendo em vista de ser um valor muito baixo se comparado os repasses realizados por outras instâncias governamentais. Apesar do sucesso do projeto e da descentralização de receitas promovidas pela constituição de 1988, este é suspenso no início do governo Collor, em 1990 (CUNHA, 2019). Em relação aos instrumentos urbanísticos propostos no âmbito do projeto, foi regulamentado em 1989 o Imposto sobre Tramitação de Bens Imóveis, o ITBI (POCINHOS, lei nº. 464/1989).

A maneira como as cidades criam essa estrutura interna padronizada, enxergada pelo projeto CIATA, PNAFM, com parceria firmada com o IBGE (POCINHOS, lei nº431/1986) ou mesmo com a Secretaria de Habitação - SEHAB (POCINHOS, lei nº 455/1988) proporciona com que Pocinhos receba recursos, tanto do Fundo de Participação do Município quanto do Banco Nacional de habitação - BNH (a partir de convênio com o DIURB -Diretoria de Desenvolvimento Urbano- lei municipal nº431/1986). É a partir de tais parcerias que a cidade passa a interferir mais ativamente na construção da cidade, passando a produzir intervenções urbanas, principalmente voltadas à habitação social.

A espacialização do recebimento e distribuição desses recursos ocorre no fornecimento de lotes e habitações para população de baixa renda em áreas periféricas. Nesta situação, é o poder público, a partir de fundos provenientes de diferentes escalas administrativas, que passa a construir esse modelo de cidade espalhada:

É em 1981 que a cidade acrescenta à sua área urbana gleba distante a 917 metros da sede. Se tratam de 178 hectares de aumento (posteriormente aumentados para 203 pela lei nº370/1982) comprados pelo poder público à empresa Habitat-empresendimentos imobiliários. O valor expressivo é consequência de uma delimitação de zona urbana que acaba por considerar grandes trechos de características rurais como

urbanas, como podemos ver na delimitação da zona urbana descrita pela lei nº 453 (POCINHOS, 1988):

PARÁGRAFO ÚNICO - Começa no cruzamento da estrada para Cubati com a Estrada de Ferro da "REFSA" defronte a Indústria "CONPEL", (inclusive), daí, pela Estrada de Ferro da "REFSA" incluindo a Vila Ferroviária até o cruzamento com a Estrada para Catolé na Barragem atrás da Serra, (inclusive), daí, da Barragem, (inclusive), por uma linha reta até o Estádio Padre Galvão, (inclusive), ao lado do Hospital Dr. Antônio Luiz Coutinho, daí, por outra linha reta até a casa do Sr. Joca Calango, (inclusive), na Vila Maia, saída para Mari Preto, daí, por um linha reta até a Fazenda Olho D'água, (inclusive), à margem da PB-121, daí, por uma linha reta até o Grupo Escolar José Tomé, (inclusive), na saída para o Tambor, daí, por uma. linha reta passando pelo Cruzeiro da Pedra, (inclusive), até a Indústria CONPEL, (inclusive), e, daí, até encontrar em sua frente o cruzamento da Estrada para Cubati com a Estrada de Ferro da "REFSA".

Neste terreno há projeção de implantação do conjunto habitacional da Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP com recursos financeiros do BNH (POCINHOS, lei nº 347/1981). Tal obra é apenas iniciada na virada do século (como pode ser visto no Cartograma 09), sendo denominado de Conjunto Habitacional Ottoni Barreto. Popularmente, por outro lado, a área é conhecida como "bairro da Cagepa", devido a implementação da Companhia de água e esgotos da Paraíba -CAGEPA que se estabeleceu na área, também com terreno doado pelo poder público e antes pertencente à Habitat.

Além do investimento em lotes e unidades habitacionais, o município recebeu ainda, em 1983, crédito de 20 milhões de cruzeiros do Banco do Nordeste (POCINHOS, lei nº 376/1983) que tiveram sua aplicação voltada à terceirização de serviços públicos. Em parceria com o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, administra açude no sítio Catolé (POCINHOS, lei nº 391/1984) ou mesmo com a Diaconia, para "obras comunitárias" (POCINHOS, lei nº380/1983) e construção de tanques de água na área rural (POCINHOS, lei nº. 408/1985).

Essas terceirizações também se voltavam para o capital privado. É o caso que ocorre com a gestão de Adriano César Galdino de Araújo nos anos 1990, em que a prefeitura atua como intermediária no fornecimento de funcionários para empresas privadas. É o caso que ocorreu na CAGEPA em 1995 com a criação de 8 cargos (POCINHOS, lei nº 590/1995) e também cede funcionários ao Banco do Brasil em 1997 (POCINHOS, lei nº 626/1997). Além destes, o estado em parceria com a prefeitura também emprega mais 27 funcionários nos anos 2000 no programa PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (POCINHOS, lei nº 700/2000).

5.2.2 O aparato legislativo

Durante o recolhimento das legislações urbanas incidentes no município, foi possível identificar indícios de certas legislações que incidiram em momentos anteriores, como o caso do zoneamento urbano citado em 1981 (POCINHOS, lei nº 347/1981) ou mesmo de código de posturas datado de 1956 (POCINHOS, lei nº 24/1956). O código de posturas teria sido atualizado, encontrando sua versão mais recente em 1997.

Aprovado por Hermes de Oliveira Filho, o código de posturas de 1997 disciplina sobre “higiene, ordem e utilização dos equipamentos públicos e funcionamento das atividades localizadas no município”. O documento ao discorrer sobre proteção do meio ambiente revela o uso do curso de água que corta a cidade para esgotamento sanitário (POCINHOS, lei nº 641/1997).

Além disso, chega a legislar acerca das feiras livres. Antes dela, chegou a existir legislação específica para tal, datada de 1969 (POCINHOS, lei nº 192/1969), ano que de iniciaria o uso do mercado municipal também legislada por regulação própria (POCINHOS, lei nº 191/1969). Tal legislação específica trata sobre o uso da área da feira livre, das obrigações dos feirantes, da localização e dos preços.

O município conta ainda com com lei orgânica (2009) e código tributário (2007) como reguladoras do ambiente urbano. Dentro dessas leis se prevê uma série de ferramentas: Parcelamento ou edificação compulsório, Imposto predial e territorial urbano - IPTU progressivo, desapropriação com pagamentos de títulos da dívida pública, desapropriação por interesse social, contribuição de melhoria, inventários, registros, vigilância e tombamento de bens imóveis e tributação de vazios urbanos. Apesar de existirem meios já aprovados para regulação urbana, esta carece do essencial: Um planejamento que proporcione o direcionamento das ações da administração urbana.

Mais recentemente, as legislações aprovadas em relação ao ordenamento urbano indicam a criação de dois setores urbanos na cidade. Em 2017, como consequência ao aumento institucional, é criado o Complexo Administrativo Prefeito Clóvis Chaves da Costa (POCINHOS, lei nº 1374/2017). Localizado no antigo terreno do IPASE, adquirido pela Prefeitura, concentra equipamentos como Unidade Básica de Saúde, Creche, arquivo da Câmara Municipal e complexo esportivo comunitário, promovido pelo governo federal pelo Programa Academia da Saúde. No mesmo quarteirão, estaria a paróquia da cidade, o cartório e em quadra lateral está a prefeitura, cinema (desativado) e Centro do Idoso.

Outra setorização criada, já citada anteriormente, é a criação de distrito industrial (POCINHOS, lei nº 1337/2016), ao longo da PB 121 e longe da atual mancha urbana. A escolha de tal localização compõe benefício quanto aos impactos ambientais quanto pela

localização estratégica com a conexão à Campina Grande. Por outro lado, dificulta o acesso de mão-de-obra local.

5.2.4 Os grupos populares

Em relação aos grupos sociais excluídos, também há uma modificação do tratamento dado pelo estado para os mesmos: é em 2001 que se autoriza o “chefe do poder executivo” a realizar despesas diretamente com pessoas “comprovadamente pobres” (POCINHOS, lei n° 726/2001). Como consequência disto são formuladas dezenas de doações para população nos anos que se sucedem. São realizados auxílios médicos, compra de alimentos e, no tocante do fazer urbano, de materiais de construção, de aluguéis de habitações, de compra de lotes. Surgia portanto uma produção habitacional pontual e dispersa voltada à auto-construção.

Por outro lado, os grupos sociais na cidade também se unem em prol da paisagem urbana. Pouco antes da virada do século a população se reúne, inclusive legalmente, para evitar projetos de extração mineral granítica dos lajedos “cartões-postais” da cidade. A primeira ação judicial, datada em 1996⁷ interrompeu o trabalho da exploradora por quatro anos, até que a prefeitura, com a pressão populacional em tentativa de conservar o patrimônio paisagístico, tomba em 2002 o lajedo como patrimônio imaterial (POCINHOS, lei n° 788/2002):

Art. 1°- Fica tombado para Proteção Ambiental , Natural , constituído Paisagístico e Histórico :

- a) As áreas de formação rochosas , denominadas " LAGEDOS", que constituem o entorno da cidade de Pocinhos, um raio de 03 Km (três Quilômetros) , tendo como marco "Zero" a frente do edifício da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição,
- b) As reservas Arqueológicas Paleontológicas, Hídricas e construído existente no território do Município .

O caso é que, dentro desses 3 quilômetros delimitados, absolutamente toda a cidade estaria sob o tombamento. Percebendo ou não o erro, em 2008 a área da lei de proteção ambiental é reduzida para 2,5km de raio, ainda compreendendo toda a mancha urbana (POCINHOS, lei n° 1052/2008). Apesar disto, a legislação foi suficiente para conservar o patrimônio-alvo do projeto.

⁷ <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/painel9fbd.html?cod=1031>

5.3 Novas demandas urbanas

Como consequência da queda da produção do sisal e do fechamento das indústrias, a população total do município caiu de 15.039 para 14.502 (537 pessoas teriam, portanto, deixado de habitar no município). A queda seria principalmente a rural (indo de 9500 pessoas nos anos 1980 para 7953 em 1991); a urbana, por outro lado, cresce, por mais que num ritmo menor que o encontrado entre os anos 1970 e 1980: há um aumento populacional de 1000 pessoas para os anos 1990.

Tal lógica de aumento da população urbana se mantém para o recorte temporal entre os anos 1990 e 2000. A população total segundo o censo IBGE varia pouco: a total aumenta 378 pessoas; por outro lado, a população urbana teria para este novo recorte um novo aumento de 1008 pessoas. A percentagem de população urbana que, para os anos 90 era de 45%, enquanto nos anos 2000 sobe para 50,8%. Ainda nas informações do censo, entre 1990 e os anos 2000 haveria um aumento de 538 habitações.

Apesar da redução da população da área rural, a cidade antecipa receita de 20 milhões de cruzeiros em 1994 para eletrificação desse setor(POCINHOS, lei n° 562/1994). Pouco a pouco as diferenças entre as infraestruturas urbanas e rurais vão diminuindo, característica marcante do cenário atual das cidades brasileiras.

Além da eletrificação, também demarcam esta nova etapa do fazer urbano com a redução das distâncias, seja na melhoria dos deslocamentos (recapeamento da PB 121, autorizado pelo estado em 2013 e inaugurado em dezembro de 2015⁸) ou do aumento/melhoria da comunicação (nesta época a cidade já contava com telefones e canal de televisão).

Se antes os laços com a cidade de Campina Grande já eram grandes devido sua conexão histórica, estes se tornam cotidianos após a virada do século. Uma característica desta relação em metrópole foi a instalação, em 1995, de ônibus voltados para o deslocamento de estudantes diretamente para Campina Grande (POCINHOS, lei n°581/1995) e de trabalhadores em 2002 (POCINHOS, lei n° 797/2002). Pocinhos é reconhecida apenas em 2018 como pertencente à região metropolitana de Campina Grande, mesmo tendo desde o início dos anos 2000 essa intensificação dos deslocamentos.

Estas relações de ir e vir trariam para a cidade um tipo de uso característico das denominadas “cidade dormitório”. Oferecendo valores de terra e custo de vida mais baratos do que a cidade de maior porte e, tendo os deslocamentos facilitados, se torna cada vez mais atrativo trabalhar em Campina Grande e morar em Pocinhos. Tal atuação possibilitou o crescimento da população urbana, que agora conseguiria obter renda a partir do trabalho na sede da metrópole.

⁸ <https://der.pb.gov.br/noticias/ricardo-inaugura-novo-asfalto-da-rodovia-da-batatinha>

5.4 A produção de habitações

Pocinhos, para o ano de 2005 (ver cartograma 09), indica consolidação de quatro bairros. O bairro da Conpel, que continua a crescer graças ao poder público; no bairro Vila Maia, em que se é nomeado o loteamento Silva Salvino (POCINHOS, lei nº645/1998, representado no cartograma 09 pelo vetor de crescimento 4), tendo em 1999 a nomeação de 4 novas vias (POCINHOS, lei nº 678, 679,680 e 681/1999); Centro, em frente ao colégio Municipal, no tímido loteamento Parque das Pedras (POCINHOS, lei nº898/2005 representado no cartograma 09 pelo vetor de crescimento 5) e Jardim Etelevina, que mais recebe habitações e ruas, recebendo expansões de novos loteamentos que inclusive dão origem a um novo bairro, o Antônio Rodrigues.

Também há a completa criação dos bairros Bela-Vista e Ottoni Barreto (também conhecido como Cagepa). Apesar dos bairros citados absorverem parte da demanda por habitações, a quem atendem e como são formados é bastante diferente, contendo similaridades e diferenças.

Em relação aos atores responsáveis pelo aumento das unidades habitacionais, citamos a atuação do poder público, da igreja, dos proprietários fundiários e incorporadoras imobiliárias, sejam construtoras ou apenas financiadoras.

Especificamente na produção de habitação social, temos o papel do poder público na escala estadual e municipal, tendo enfoque em sua atuação no bairro CONPEL, que recebe dezenas de novas habitações. Só não seriam todas financiadas pelo poder público pois a igreja também possui pequena participação.

Entre os anos de 2009 e 2014 a igreja constrói e entrega um conjunto de 12 habitações no bairro da CONPEL. Há também fornecimento para o bairro de Santa Terezinha, mas esta seria em 2-3 habitações apenas. A atuação da instituição junto dessas comunidades carentes também garantiria participação no Conselho Municipal de Saneamento Básico no ano de 2014 (POCINHOS, lei nº1311/2014).

5.4.1 Processos de produção de habitação social

A espacialização do crescimento urbano que ocorre no bairro da CONPEL (representado no cartograma 09 pelo vetor de crescimento 3), antes já edificado em duas ruas em regime de mutirão em 1989 com financiamento federal (por meio do ministério do planejamento), continua sendo direcionado pela ação pública. A partir da devolução do lote no qual se instalava a fábrica de processamento de sisal, a prefeitura retoma posse da gleba de 40 hectares que destinaria para “incentivo à construção de unidades habitacionais”, além da construção de áreas de lazer e do uso do prédio utilizado pela empresa para “abrigo de idosos e crianças” (POCINHOS, lei nº704/2000). O edifício da

empresa atualmente é anexo da Escola Municipal Maria da Guia (imagem 34). Em 2001 ainda é instalado no bairro uma igreja católica (POCINHOS, lei n° 722/2001).

Como uma maneira de organizar este processo de suprir a demanda habitacional para a população de baixa renda, a municipalidade com parceria com a união implementa em 2002 o “programa de subsídio à habitação de interesse social” (POCINHOS, lei n° 795/2002). Das informações regulamentadas pelo documento cabe-se citar: as famílias deveriam morar na cidade por pelo menos 3 anos; o contrato deveria ser celebrado preferencialmente no nome da mulher; a área mínima a ser respeitada da unidade habitacional é de 29m² e o terreno deveria ocupar lote entre 10m de frente e 15 à 20 metros de fundo.

O programa utilizaria fundos viabilizados pela Caixa Econômica Federal por meio do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). O pagamento seria realizado a partir de um depósito realizado pelo poder público, reservado para tal em 2008 com a criação do Fundo De Habitação De Interesse Social FHIS (POCINHOS, lei n°988/2008). O pagamento da produção das unidades habitacionais seriam ressarcidos pelos beneficiários por pagamento de encargos mensais e, caso não houvesse pagamento, o valor depositado pela prefeitura serviria para abonar a dívida com o banco. Os proprietários também ficariam isentos do pagamento de IPTU (POCINHOS, lei n° 862/2004).

Além desta política, novos trechos do bairro Ivo Benício são construídos em 2007, quando é doado ao estado “loteamento urbano” realizado pela prefeitura de 28 lotes para implementação de habitação popular (POCINHOS, lei n° 924/2007). São nomeadas, no mesmo ano, 5 novas vias no bairro. No ano seguinte, a prefeitura realiza também doação de materiais de construção para a população interessada em se instalar na área (POCINHOS, lei n°1007/2008). Em associação, para atender esta quantidade maior de habitantes, a escola local é expandida (POCINHOS, lei n°932/2007).



Imagem 34: Antiga sede da CONPEL, atualmente anexo da Escola Municipal Maria da Guia. Fonte: Imagem autoral, 2022.

É no final dos anos noventa (1999) em que há finalmente a entrega do “Conjunto Habitacional Ottoni Barreto”, popularmente conhecido como “Bairro da Cagepa” (Ver local indicado pela letra e no cartograma 09). Como vimos anteriormente, esta gleba distante 1,6 km da igreja matriz havia sido comprada nos anos 1980, destinadas ao loteamento e construção de habitações sociais financiadas pelo BNH. São nomeadas em 1999 7 ruas (POCINHOS, lei n° 675, 676, 683, 684, 682, 674, 677/ 1999) do loteamento exclusivamente habitacional. Ao contrário da CONPEL que foi entregue em diversas etapas de loteamentos populares, o bairro da Cagepa teria se tratado de uma única entrega, caracterizando este espaço pela similaridade das unidades habitacionais e baixa diversidade de usos, por mais que compartilhe com esta outra ocupação a segregação espacial pelo distanciamento ao núcleo central.

De fato, a construção dessas novas habitações não só proporciona o crescimento direto da cidade como também seria o início de uma nova indústria. Os recursos trazidos pela federação, pelo estado e pela prefeitura seriam gastos em materiais de construção comprados (pelo menos em parte) na cidade; a mão de obra, pelo menos em parte, local. É neste processo que se evidencia um mercado que também traria um novo ciclo econômico para a cidade, o da construção civil.



LEGENDA

- igreja Matriz
- mancha urbana 1995
- poços
- curso d'água
- formação rochosa aparente
- vetor de crescimento
- área não construída / solo natural
- traçado das vias
- linha férrea

Locais:

- a-** Igreja Matriz, prefeitura e paróquia
- b-** Colégio Municipal, hospital e Ginásio municipal
- c-** Cine São José
- d-** Alpargatas
- e-** Conjunto da CAGEPA (Conjunto habitacional Ottoni Barreto)
- f-** Loteamento Silva Salvino (Vila Maia)
- g-** Loteamento Bela-Vista
- h-** Loteamento Severino Victor
- i-** Empresa Óleo Verde

Cartograma 09, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos no ano de 2005. Produção autoral com base em dados do MapBiomias.

5.4.2 Habitação social no programa Minha casa Minha Vida

Em 2009 começa a operar o programa nacional chamado Minha Casa Minha Vida, programa que usa fundos públicos para tornar possível a compra de unidades habitacionais pela população de baixa renda. O programa oferece subsídios de diversos valores, a depender da faixa de renda do beneficiado, se desenvolvendo em três faixas, sendo a primeira relativa ao subsídio de até 90% do imóvel, destinado às famílias com renda de até R\$1800,00 mensais. Pelo valor de subsídio ser alto e ausência de juros, esta faixa está associada às habitações promovidas por entidades sem fins lucrativos e pelo poder público.

Já o mercado imobiliário atuaria mais largamente na faixa 2, proporcionando maior lucro, e estaria voltado para populações com renda de até R\$ 4000,00. Neste processo, as habitações receberam subsídio de até 29 mil reais. Havia também uma terceira faixa, até R\$ 7000,00 mensais, propondo facilitação de pagamentos na quantidade de parcelas e juros exercidos.

Ano	Faixa	Qtd UH	Sigla Origem	Modalidade	Valor Operação	Agente Financeiro	Nome do Empreendimento	Razão Social Proponente
2009	Faixa 2	2	PF	CCFGTS	R\$ 120.200,00	CAIXA		
2010	Faixa 2	16	PF	CCFGTS	R\$ 1.005.073,00	CAIXA		
2010	Faixa 2	3	PF	CCFGTS	R\$ 102.000,00	CAIXA		
2011	Faixa 2	26	PF	CCFGTS	R\$ 1.636.954,10	CAIXA		
2012	Faixa 2	20	PF	CCFGTS	R\$ 1.409.926,00	CAIXA		
2013	Faixa 1	30	PJ	Oferta Pública	R\$ 750.000,00	CEHAP/PB	EMPREENHIMENTO POCINHOS	Bracen Brasil Consultoria
2013	Faixa 2	29	PF	CCFGTS	R\$ 2.343.249,00	CAIXA		
2013	Faixa 2	21	PF	CCFGTS	R\$ 1.656.700,00	BB		
2014	Faixa 2	16	PF	CCFGTS	R\$ 1.395.937,00	CAIXA		
2014	Faixa 2	96	PF	CCFGTS	R\$ 8.447.302,40	BB		
2014	Faixa 3	1	PF	CCFGTS	R\$ 88.000,00	BB		
2015	Faixa 2	128	PF	CCFGTS	R\$ 11.745.000,00	BB		
2016	Faixa 1	41	PJ	Rural	R\$ 1.446.900,00	CAIXA	NOVA MORADA	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE POCINHOS
2016	Faixa 2	8	PF	CCFGTS	R\$ 766.600,00	CAIXA		
2016	Faixa 2	33	PF	CCFGTS	R\$ 3.172.000,00	BB		
2017	Faixa 2	4	PF	CCFGTS	R\$ 369.000,00	BB		
2017	Faixa 2	10	PF	CCFGTS	R\$ 924.639,50	CAIXA		
2018	Faixa 2	2	PF	CCFGTS	R\$ 190.000,00	BB		
2018	Faixa 2	26	PF	CCFGTS	R\$ 2.492.471,00	CAIXA		
2019	Faixa 2	9	PF	CCFGTS	R\$ 912.500,00	CAIXA		
2019	Faixa 2	8	PF	CCFGTS	R\$ 784.000,00	BB		
2020	Faixa 2	1	PF	CCFGTS	R\$ 109.500,00	CAIXA		
2020	Faixa 2	2	PF	CCFGTS	R\$ 217.000,00	CAIXA		
2020	Faixa 2	2	PF	CCFGTS	R\$ 230.048,20	BB		

Posição: 30 de abril de 2020

Tabela 01: produção habitacional do programa Minha Casa Minha Vida para a cidade de Pocinhos. Fonte: BRASIL, 2020.

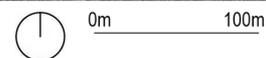
Surgiria na existência das faixas 2 e 3 uma grande oportunidade de empreendimentos tanto para os proprietários fundiários quanto para os promotores

fundiários. Inclusive, não é muito difícil encontrar pessoas que realizem atuação como os dois. Em Pocinhos o valor de operação dos imóveis nessa faixa chega a mais de 40 milhões de reais retirados do fundo de garantia do tempo de serviço, FGTS. Nessa associação entre o estado, o mercado imobiliário e o capital financeiro nos projetos aprovados para a faixa 2 do Minha Casa Minha Vida, geram o que por Lúcia Shimbo (2010) denomina de Habitação Social de Mercado.

Na faixa 1 são desenvolvidos no município 2 empreendimentos. O primeiro, promovido pela CEHAP-PB em 2013, construiria 30 casas pelo valor de 750 mil reais. Proposta pela razão social “Bracen Brasil Consultoria”, uma construtora de João Pessoa, o projeto ocuparia os lotes do agrupamento Ivo Benício anteriormente doados para o estado. O segundo empreendimento data de 2016, financia 41 unidades habitacionais pelo Banco da Caixa para a área rural. Os dois empreendimentos, juntos, custariam mais de 2 milhões de reais⁹.



Bairro Ivo Benício (CONPEL) 2010



Cartograma 10, bairro Ivo Benício (CONPEL) em 2010. Fonte Maxar Technologies.

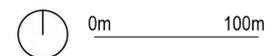
O crescimento do Bairro da Conpel, entre 2013 e 2021 se dá no sentido sul (ver cartograma 10 e 11). Percebe-se que o crescimento dessa área periférica continua por

⁹ Dados retirados de tabela Minha Casa Minha Vida para o município pocinhense, abril de 2020.

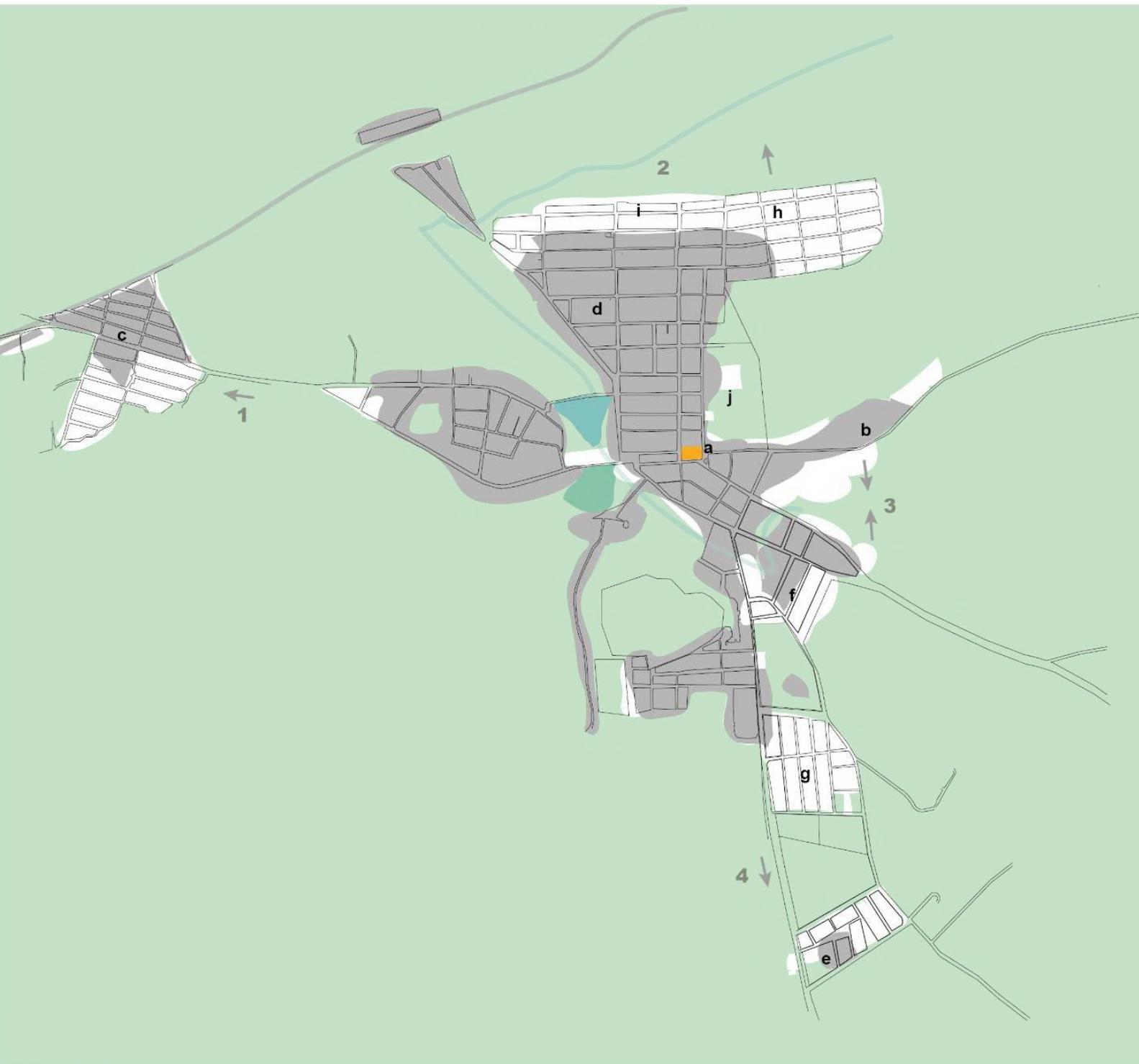
ocorrer apenas por intervenção governamental, sendo um setor da cidade “reservado” para este tipo de habitação.



Bairro Ivo Benício (CONPEL) 2015



Cartograma 11, bairro Ivo Benício (CONPEL) em 2015. Fonte Maxar Technologies.



LEGENDA

- igreja Matriz
- mancha urbana 2005
- poços
- curso d'água
- formação rochosa aparente
- vetor de crescimento
- área não construída / solo natural
- traçado das vias
- linha férrea

Locais:

- a- Igreja Matriz, prefeitura e paróquia
- b- Colégio Municipal, hospital, Ginásio municipal, Batalhão de Polícia
- c- Bairro Ivo Benício - CONPEL
- d- Empresa Óleo Verde
- e- Conjunto da CAGEPA (Conjunto habitacional Ottoni Barreto)
- f- Loteamento Silva Salvino (Vila Maia)
- g- Loteamento Bela-Vista
- h- Loteamento Severino Victor
- i - Loteamento Jardim Etelvina III
- J - Complexo administrativo Clóvis Chaves

Cartograma 12, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos no ano de 2015. Produção autoral com base em imagens de satélite Maxar Technologies para 2015.

5.4.3 Habitação social de mercado

Como produto do aumento do funcionalismo público junto das relações de cidade dormitório estabelecidas com o município de Campina Grande, êxodo rural e do aumento do mercado da construção, a cidade recebe novamente aumento da sua população. Entre os anos 2000 e 2010 o município aumenta sua população em 2152 habitantes, totalizando 1732, enquanto a taxa de urbanização cresce para 56%. No ambiente urbano, para atender esses novos 2000 habitantes (pois maior parte deste acréscimo foi urbano, enquanto a população rural estagna com aproximadamente 7400 habitantes) são construídas 749 habitações. Destas, 71% teriam sido promovidas pelo programa Minha Casa Minha Vida.

As áreas escolhidas para loteamento estariam, em maior parte, situadas nas bordas urbanas e às margens de rodovias. Ao longo da PB 121 surge o Loteamento Bela Vista, e, posteriormente, o loteamento Jardins da Serra e, em 2015, o loteamento Narciza Guimarães Mendonça. De todos os loteamentos periféricos, os que mais recebem ocupação são os que ocorrem como extensão ao bairro Jardim Etelvina.

Na ocupação dos vazios urbanos, surgem edificações promovidas pelo programa Minha Casa Minha Vida no bairro Vila Maia e, no intervalo entre o bairro Cacimba Nova e o bairro Ivo Benício, surge ainda o loteamento Maria Amélia.

O inicial loteamento ao longo da PB 121, denominado de Bela-Vista dista aproximadamente 500m do bairro Ottoni Barreto (da CAGEPA), inicial nesta localização e implementado pelo poder público. Por mais que exista esta proximidade, o entorno dos dois conjuntos habitacionais é de características rurais, não havendo entre os dois deslocamentos voltados ao pedestre, além de ambos estarem distantes (numa escala do pedestre) do núcleo central da cidade.

O loteamento Bela Vista (ver cartograma 13) é iniciado pela Rua João Francisco de Maria em 2002 (POCINHOS, lei n° 767/2002) e finalizado em 2003 (POCINHOS, lei n° 818, 819, 820, 821, 822/2003). A construção das habitações é inicialmente dada fora do programa Minha Casa Minha Vida, em maior parte particular, formando tipologias diversas (o que proporcionou o surgimento de edifícios mistos, por exemplo).



Loteamento Bela Vista 2010



cartograma 13, loteamento Bela Vista, 2010. Fonte: CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2010.



Loteamento Bela Vista 2016



cartograma 14, loteamento Bela Vista, 2016. Fonte: CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2016.

O loteamento de novas áreas por parte de capital privado (ou seja, não produzido

pelo município ou estado) foi o primeiro que ocorreu na cidade após a aprovação da lei de parcelamento e uso do solo (BRASIL, lei nº 6766/79). Tal lei demandaria do proprietário a execução das vias do loteamento, a demarcação dos lotes, quadras, logradouros e obras de escoamento de águas pluviais.

Por mais que a concepção do loteamento Bela Vista aparenta ter tido algum nível de planejamento e aprovação por meio da prefeitura, esta área é uma das primeiras que reflete a necessidade do poder público municipal de ser mais restrita em suas aprovações e também de estabelecer critérios de ocupação. Além da falta de planejamento relacionado ao escoamento de águas pluviais e sistema de esgotamento, o novo bairro seria conformado com vias demasiadamente estreitas, tendo em média sete metros de largura para dividir em circulação de pedestres, via dupla de transportes motorizados, estacionamento e carros de serviço (ver imagem 35).



Imagem 35: Vista da Rua João Francisco de Maria. Fonte: Google Street View, 2012.

Com o processo de ocupação da área e a crescente problemática gerada pelas vias estreitas, inicia-se um processo de discussão dentro da prefeitura acerca dos loteamentos aprovados. Com o tempo de elaboração da lei e andamento do trâmite, é aprovada a lei 1360/2017 que dispõe sobre loteamentos urbanos, desmembramentos e remembramentos. Dentre os critérios cobrados há a instalação de rede de distribuição de água, rede de energia elétrica, rede de esgoto pluvial, rede de esgoto sanitário, sistema de drenagem (se for o caso), pavimentação e arborização das vias e logradouros. Outro fator cobrado é a largura mínima de 8 (oito) metros para o leito carroçável e 1,7m para passeios. É ainda exigido que 35% da área do loteamento seja destinada ao poder público, sendo não menos que 10% de áreas verdes. Depois da aprovação da lei, apenas um loteamento teria sido aprovado, datado de 2019 e pertencente à família

Gondim. Apesar da infraestrutura oferecida, a distância entre as áreas habitacionais do restante da cidade juntamente com um maior valor cobrado nos lotes tornaria a ocupação da área lenta. Seriam, portanto, os loteamentos aprovados até 2017 os responsáveis por receber os empreendimentos financiados pelo Minha Casa Minha Vida.

Uma das áreas que inicia o processo de receber os imóveis do Minha Casa Minha Vida é o Bairro Jardim Etelvina. Apesar do bairro do mercado ter cumprido, até então, o papel de oferecer lotes para compra e venda, o antigo loteamento possuía legalmente irregularidade fundiária no registro da posse dos imóveis. Como uma maneira de contornar isso, a prefeitura reconhece a posse dos lotes aos moradores em 2002. A extensão desta área é de 640m² e corresponderia ao antigo loteamento de Cícero Canuto (POCINHOS, lei n° 775/2002). O comércio presente nas calçadas do mercado central também é legitimado pela prefeitura (POCINHOS, lei n° 743/2001), incentivando inclusive sua construção em alvenaria sobre o passeio público (imagem 36).



Imagem 36: pequenos boxes de alvenaria ocupam passeio no entorno do mercado público. Fonte:

Imagem autoral, 2022.

A respeito da expansão do bairro do Mercado, esta ocorre tanto pelo loteamento das terras como a sua edificação, sendo esta segunda maior parte produto dos fundos de financiamento do Minha Casa Minha Vida.

O proprietário fundiário da gleba que margeava o loteamento de Cícero Canuto abre inicialmente uma primeira via em 2007. Sua ocupação que se dá anteriormente ao surgimento é de habitações construídas pelo fundo MCMV, sendo construções com diferentes modelos de plantas, compondo uma ocupação majoritariamente habitacional

(como é possível ver no cartograma 15). Esta nova via seguiria o modelo de ocupação antes firmado por Cícero Canuto no tocante do traçado urbano e em largura de via, de aproximadamente de 10 metros de largura.

Em algum momento entre os anos de 2010 e 2015 passaria a existir a via Edmilson Nóbrega Araújo, a segunda e última via aberta no denominado “Jardim Etelvina III” (ver Cartograma 16). Embora de mesmo proprietário fundiário, a sua estratégia de ação se valeria de um novo papel que este agente passa a ter em 2012, com a abertura da construtora ALPHA CONSTRUCOES LTDA (inscrita sob o CNPJ 15674200000105 em junho de 2012). A construtora, junto com fundos de financiamento promovidos então pelo programa federal da Caixa Econômica “Minha Casa Minha Vida” dá o pontapé inicial num processo de fazer urbano que levaria à um boom imobiliário na cidade nos anos de 2015.

Jardim Etelvina III - 2010

0m 50m 100m 



Cartograma 15, áreas construídas no loteamento Jardim Etelvina III em 2010. Fonte: CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2010.

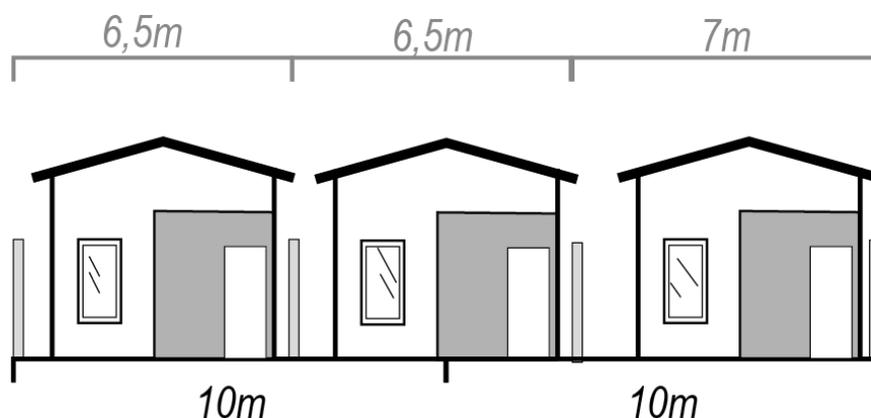
Jardim Etelvina III - 2015

0m 50m 100m 



Cartograma 16, áreas construídas no loteamento Jardim Etelvina III em 2015. Fonte: CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2015.

No padrão dos loteamentos encontrados na cidade temos lotes em média de 10x20m. No processo de produção do espaço realizado pelas construtoras a área dos lotes é reduzida, aumentando as margens de lucro. Eram comprados dois lotes vizinhos que eram lembrados em um lote de 20 metros de fachada, sendo desmembrados em três lotes de fachada de 6,5m, 6,5m e 7m (ver esquema 02). Ainda como estratégia de redução dos custos da construção, são realizados modelos idênticos lado a lado. As habitações, com o objetivo de encaixarem-se no teto do valor financiado pelo programa para faixa 2, possuem geralmente dimensões mínimas, entre 60 e 75 metros quadrados, possuindo apenas um pavimento e de características estritamente habitacionais. Como consequência deste tipo de ocupação esses novos loteamentos acabam por ser bastante horizontalizados e com pouquíssima diversidade de usos.



Esquema 02: estratégia de desmembramento e remembramento de lotes utilizada por construtoras em novos loteamentos. Produção autoral, 2022.

Posteriormente o bairro Jardim Etelvina acomoda mais um loteamento, de nome “Loteamento Severino Victor” (ver cartograma 17), dada pelo proprietário fundiário citado em lei como “Bidú” (Marcondes dos Santos) (POCINHOS, lei nº1002 e 1003/2008), tem seus lotes vendidos rapidamente.

O sucesso do loteamento associado aos incentivos de construção de habitações faz esse proprietário fundiário, em atuação com empresas de outras cidades, lotear mais áreas da sua gleba, surgindo então em 2013 o loteamento Antônio Rodrigues Neto (ver cartograma 18). No mesmo ano, junto com incorporadores imobiliários da cidade de Sapé¹⁰, promove o loteamento “Jardins da Serra” (ver imagem 37 e 38). Esse loteamento promovido por fundos provenientes de empresas privadas de fora da cidade também contaria com a atuação de agentes imobiliários para as negociações, a Realiza empreendimentos imobiliários, de João Pessoa PB¹¹. Mesmo legalmente não tendo ainda que seguir

¹⁰ <https://www.diretoribrasil.net/lista/?sigla=pb&g=68102&c=2141>

¹¹ <http://www.realizanegocios.com/lancamento/jardins-da-serra/>

delimitações restritas pela prefeitura, o acesso a recursos e o padrão de investimento dessas empresas em loteamentos já infraestruturados traria a “novidade” à cidade. As instalações de água, meio fio e energia serviriam assim como um diferencial.

Pelo grande êxito do empreendimento, a área acaba por escalonar mais um loteamento, que conectaria o novo bairro à PB121 no sentido de Esperança/Montadas. De nome “Jardins da Serra II”, 429 lotes são colocados à venda em 2018. Diferentemente do primeiro estágio de ocupação dos loteamentos do bairro Antônio Rodrigues, edificadas até 2015 (em que chegam a ser financiados 128 lotes uma única vez), os loteamentos Jardins da Serra e Jardins da Serra II tem sua construção esparsa e lenta, testemunhando a saturação da construção de novas edificações.

A oferta habitacional é tamanha no auge do programa Minha Casa Minha Vida que, pelos baixos critérios elaborados na aprovação dos financiamentos, muitos imóveis acabam por ser tomados pelos bancos responsáveis pelos financiamentos. É assim que o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal leiloam diversos imóveis na cidade. Para a data 07 de novembro de 2022, eram 59 disponibilizados no site, dado superior inclusive aos imóveis disponibilizados para a capital paraibana.

Loteamento
Jardins da Serra
Na cidade de Pocinhos

Rede de água
Energia
Meio Fio
Financiado em até 120 meses + Sinal

2ª Etapa
Seu sonho começa aqui!

Loteamento **JARDINS DA SERRA**
Lote Padrão: 10x20 = 200m²
Sinal + 120 meses
R\$ 132,00
Telefones em Pocinhos/PB:
9306-5913 - Escritório Pocinhos
9332-4400 – Elias (corretor)creci:2333
9122-3595 – Luis (corretor)creci:2819

INCORPORAÇÃO
HM
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

VENDAS EXCLUSIVAS
REALIZA
Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Rua Duarte da Silveira, 943 - Sala A
Torre - João Pessoa / Paraíba
Fones (83) 3041-4050 | 3221-7171
9332-4400 | 9122-3595
www.realizanegocios.com

Imagem 37: folheto promocional de loteamento Jardins da Serra, segunda etapa, Gilisa Brito via Facebook, 2013.

Loteamento

Jardins da Serra

Seu sonho começa aqui!

Excelente localização na cidade de Poço das Antas/PB.

Meio-fio Rede de Água Rede de Energia	Financiamento facilitado em 180 meses	Pronto para construir
---	---	-----------------------------

ÚLTIMAS UNIDADES

PARCELAS A PARTIR DE R\$ 149,99 + SINAL

PLANTÃO DE VENDAS NO LOCAL
(83) 99126-6132
(83) 98730-2727

HM INCORPORAÇÃO
Tarcilane Dias VENDAS

Ofício: 201/2018, Matrícula: 5.708 sob o nº 10 de maio de 2011.

Imagem 38: folheto promocional de loteamento Jardins da Serra, Tarcilane Dias via Facebook, 2018.



Imagem 39: habitações construídas por construtora em loteamento Jardins da Serra II. Fonte: Imagem autoral, 2022.

Outro fator ocasionado pela criação do Jardins da Serra II foi o surgimento de grande vazio urbano. O lote que abriga parte do complexo administrativo Clóvis Chaves, Unidade Básica de Saúde da Família, hospital municipal, estádio municipal e Colégio Municipal Padre Galvão, teria uso ocasional para plantio de mamona. Embora houvesse uso, esta área já teria sido já alvo de propostas de empresas investidoras em busca do seu loteamento, que só ainda não ocorreu por questões legais envolvendo disputa de propriedade de terras por seus herdeiros.

Pela sua localização privilegiada próximo de equipamentos públicos, com acesso à infraestrutura e também pela possibilidade da construção de sua rede viária auxiliar a conectividade urbana, esta gleba representa área de interesse coletivo (ver área indicada por h no cartograma 19).



Bairro Jardim Etelvina 2010

0m 300m

Cartograma 17, bairro Jardim Etelvina, 2010. Fonte: CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2010.



Bairro Jardim Etelvina 2015

0m 300m

Cartograma 18, bairro Jardim Etelvina e Antônio Rodrigues, 2015. Fonte: CNES/Airbus, Maxar Technologies, 2015.

Outra área da cidade que recebe aumento da sua ocupação com o programa Minha Casa Minha Vida é o loteamento Silva Salvino, no Bairro Vila Maia. Diferentemente do bairro do mercado, que recebe maior parte dessa ocupação, a oferta de lotes no local é baixa, restringindo à atuação de 1 a 2 construtores. Este loteamento, edificado rua por rua, não possui localização periférica, pelo contrário, preenche espaço e conecta bairros de Nova Brasília e da Vila Maia.

Apesar da construção em vazios urbanos ser preferível quando uma cidade cresce pela redução dos custos que o espraiamento provoca para o poder público, no caso do loteamento Silvio Salvino (representado pelo cartograma 12 pela letra f e pela imagem 40) há ocupação de área do curso de água que corta a cidade, configurando área de risco em momentos de grandes chuvas.

Como forma de contornar isto, é apresentado como solução por proprietário fundiário/ construtoras intervalo entre as habitações de cerca de 5 metros, apenas onde há passagem do córrego. A fragilidade dessa solução, além de estar fora da recomendada no próprio código de posturas da cidade de 1997 e do risco apresentado para atuais moradores, é a possibilidade de ocupação posterior da área com habitações em anos de seca.



Imagem 40: espaçamento entre construções no loteamento Silva Salvino, Vila Maia. Fonte: Imagem autoral, 2022.

É aprovado, para o ano de 2017, o loteamento Maria Amélia. Assim como o loteamento Silva Salvino, este ocupa interstícios da cidade, se posicionando entre bairro Ivo Benício e Cacimba nova. Embora o loteamento tivesse sido projetado no ano de 2014, sua aprovação, datada posteriormente à aprovação da lei 1360/2017 (POCINHOS, 2017) demanda a aplicação de exigências contidas na lei. O loteamento, colocado à venda em 2018, recebe ainda construção por parte do poder público, na gestão de Cláudio Chaves, de creche. Com a troca da gestão, as obras se encontram atualmente paralisadas.

O loteamento é colocado à venda a partir da consultora imobiliária de João Pessoa “Casa Forte”(creci 424-j, ver imagem 42). Embora obtivesse parceria com esta empresa, com poder público e possuir infraestrutura completa, acaba por não conquistar interesse por parte nem das construtoras, nem de compradores particulares, não realizando vendas. A próxima localização com o bairro da Conpel, juntamente da existência de cemitério desativado no loteamento seriam outros pontos apontados como justificativas de não ocupação do local (ver imagem 41).

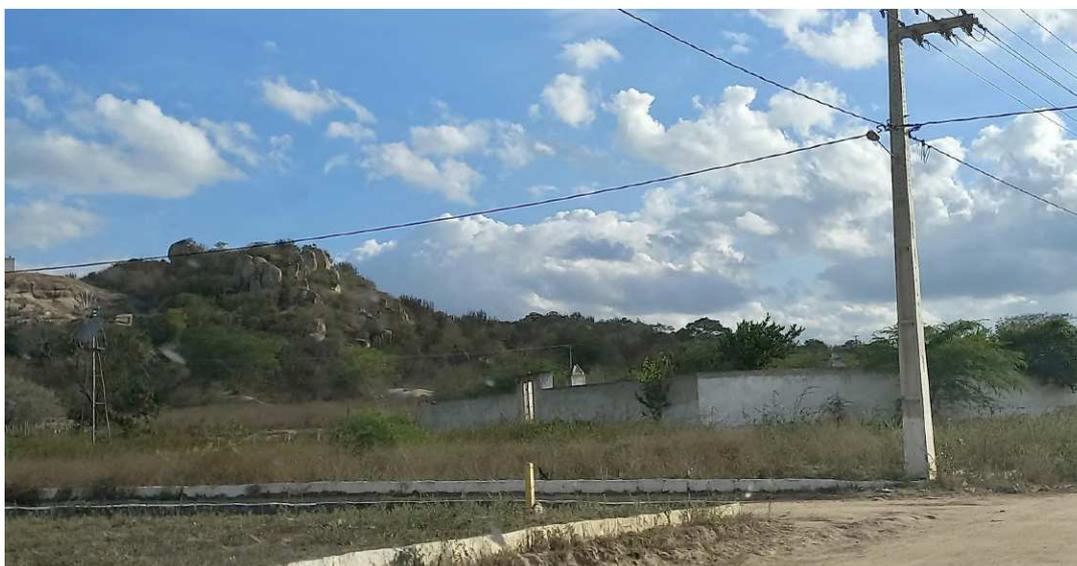


Imagem 41: Cemitério velho no Loteamento Maria Amélia. Fonte: Imagem autoral, 2022.



Imagem 42: Folheto de loteamento Maria Amélia. Fonte:Casa Forte,via Facebook, 2021.

O loteamento de glebas ao longo da saída da cidade para Campina Grande apenas intensifica sua ocupação nos últimos 4 anos e é indicada como vetor de crescimento (ver vetor 1 em cartograma 19). A ocupação desta área é reflexo do aumento das interações entre os municípios em questão.

Longe do centro da cidade, a ocupação de tal área só seria possível a partir do uso de transportes motorizados, sendo o único acesso à transporte público se tratar do que se conecta ao município campinense. Esta ocupação seria portanto de um novo tipo

de usuário, que possui tanta facilidade em se conectar à rede metropolitana quanto à seu próprio município.

Surge, nessa vertente da PB 121, a ocupação do loteamento Portal do Cariri. A empresa “Portal do Cariri Intermediadora de Valores SPE LTDA” (inscrita no CNPJ 28.666.326/0001-71) teria sido fundada em 2017 e movimenta capital de empresas privadas de fora do município. Sua ocupação já parte de um novo padrão de construção, retomando aos projetos particulares ou, quando intermediados por construtora, construídos sob demanda, sendo menos comum ver modelos de habitações vizinhas replicadas.

O novo cenário urbano também conta com análises mais criteriosas para financiamentos realizados pelos bancos Caixa e Banco do Brasil. Para o ano de 2020, são construídas 5 casas pelo fundo de financiamento do Minha Casa Minha Vida, divididas por diferentes construtoras, fortalecendo a ideia da construção de habitações sob demanda.

Para os anos de 2021 e 2022, o programa habitacional é substituído pelo Casa Verde Amarela. Outro fator que afeta diretamente a atuação dos construtores é o aumento do valor dos materiais de construção, além da queda do poder de compra dos moradores, forçando-os a reduzir a área das unidades habitacionais que são oferecidas nos projetos, visando possibilitar ainda o financiamento por parte da população. Como consequência da diminuição da produção das habitações, a ocupação do bairro Antônio Rodrigues diminui sua intensidade, sendo a área de conexão com a saída para Montadas (vetor de expansão 2) a menos preferida, por mais que o traçado do loteamento incentive sua ocupação.

Outro fator que pode ainda mais intensificar a ocupação da PB 121 sentido Montadas é a abertura de uma via conectando-a com o bairro Vila Maia (representada pelo vetor 3 do cartograma 19). A abertura de tal via incentiva a ocupação de interstícios urbanos e beneficia proprietários fundiários de grandes glebas, antes rurais, que estão presentes dentro da mancha urbana.

No tocante à habitação produzida pelo poder público para população de baixa renda se destaca a produção de 30 unidades habitacionais no bairro da Conpel (vetor 04 no cartograma 19). Novas habitações estão sendo construídas para realojamento de famílias afetadas pelas chuvas de maio de 2022 que moravam no bairro Cajueiro (LIMA, 2022). As famílias desabrigadas pelo desmoronamento das paredes do tanque seriam realocadas neste novo bairro, possivelmente gerando problemas referentes às relações de vizinhança anteriormente firmadas em local de risco.



LEGENDA

- igreja Matriz
- mancha urbana 2015
- poços
- curso d'água
- formação rochosa aparente
- vetor de crescimento
- área não construída / solo natural
- traçado das vias
- linha férrea

Locais:

- a-** Igreja Matriz, prefeitura e paróquia
- b-** Colégio Municipal, hospital e Ginásio municipal
- c-** Bairro Antônio Rodrigues
- d-** Loteamento Jardins da Serra
- e-** Loteamento Portal do Cariri
- f-** Loteamento Silva Salvino (Vila Maia)
- g-** Loteamento Ana Amélia
- h-** Terra família Afonso

Cartograma 19, quadras, vias e áreas construídas da cidade de Pocinhos no ano de 2005. Produção autoral com base em dados do MapBiomias.



Imagem 38: Desmoronamento de casas no bairro do Cajueiro. Fonte: Heleno Lima, 2022.

6.0 Conclusões

No final deste trabalho, no quesito operacional, percebe-se as mais diversas camadas relacionadas às dificuldades de tratar do crescimento urbano de uma cidade de pequeno porte. Das dificuldades encontradas inerentes ao fato desta ser uma pesquisa de pequenas cidades, cito a de obter acesso a dados arquivados. E entender que é necessário saber trabalhar com as informações que se é possível ter acesso;

Além disto, a escassez de registros urbanos da cidade, mapeamentos históricos e imagens de satélite se mostraram restritivos para o encontro dessas evoluções urbanas. No mais, até mesmo o mapa fornecido na plataforma Google Maps tem como falta uma série de informações (tais como nome de ruas ou mesmo registro dos bairros). Este trabalho, como um agregador das informações encontradas, possíveis e analisadas a partir de experiências in loco traz importante registro para a cidade. Apesar do acesso limitado a esses registros, a possibilidade de ter acesso aos acervos fotográficos organizados por alguns cidadãos pocinhenses foi de crucial importância no entendimento do crescimento da cidade ao longo do tempo.

Para o objeto de estudo, Pocinhos, uma cidade de pequeno porte populacional, são encontradas três etapas e processos de urbanização. Identificamos a intensa participação da zona rural nas duas primeiras etapas. Como consequência disso, a taxa de urbanização (crescimento urbano em relação ao rural) para o município pocinhense é próximo de 50%, bastante inferior ao encontrado na maior parte das cidades brasileiras, de 70-80% para mesmo intervalo de tempo.

Durante todas as etapas aqui delimitadas de urbanização, destaca-se a atuação de um agente não muito citado por Lobato Corrêa. A igreja, desde o surgimento da cidade, opera ativamente na conformação do espaço urbano. Se em 1957 a igreja teria recebido para construir o cinema da cidade, 39 anos depois o cinema continuaria a ser ferramenta para esses benefícios, mas de uma maneira diferente: o cinema construído em responsabilidade da paróquia torna a ser comprado pela prefeitura e doado para a paróquia novamente.

Nas décadas anteriores, a igreja e o município também encontraram outras maneiras de se beneficiar, seja recebendo apoio financeiro da prefeitura para administrar o Colégio Municipal Padre Galvão e ou o Hospital e Maternidade Municipal. Seus estreitos laços com a política na atuação em cargos de poder seria a principal justificativa para isto. Chega, ainda, a receber verbas para manutenção e serviços da matriz nos anos 1990. Com o passar dos anos, principalmente numa ocupação mais contemporânea, suas ações acabam restritas e a instituição acaba desenvolvendo um papel de agente social, atuando e inclusive edificando nas comunidades de baixa renda.

Geograficamente, a cidade encontra elementos limitantes e direcionadores do seu crescimento. No surgimento da cidade a ocupação está diretamente associada aos lajedos e poços, ferramentas importantes para a criação do gado, principal ciclo econômico da época. Nos momentos que se seguem e nos novos ciclos econômicos, é evidenciado o aumento da importância das relações econômicas com outros municípios, seja no comércio da feira central ou na venda de produtos agrários (primários ou semi-processados). É em 1920 que se constrói e se edifica em sentido à cidade de Campina Grande, e em 1950 à 1990 que a linha ferroviária figura como elemento conformador do espaço urbano.

Os poços e lajedos também teriam influência num segundo ciclo de crescimento, nos anos de 1960, com a criação do bairro do Cajueiro. Apesar de representar o mesmo elemento físico, o papel que este tem no século XX passa por questões legais diferentes das encontradas na época de formação do agrupamento urbano.

Ao curso de água que corta a cidade, denominado de Riacho Santa Rosa, foi incumbido papel de receber desde a formação da cidade até os dias atuais os dejetos da população, servindo como espécie de esgotamento sanitário. A cidade cresce em seu sentido, atravessando-o e instalando bairros inteiros sobre ele, criando áreas de risco nos bairros Santa Terezinha (Lixão) e Vila Maia. É a construção principalmente de habitações que crescem sobre o curso de água nos anos de seca e com ele sofre nos momentos de chuva.

Este curso de água também tem o papel, na contemporaneidade, de delimitar o fim da expansão do bairro Jardim Etelvina. O bairro do Mercado teria sido um dos principais processos de direcionamento da ocupação da cidade de Pocinhos a partir da remoção do mercado público de frente do largo da igreja, sob pretextos do urbanismo higienista. A área que se tornaria o maior bairro em habitações da cidade surge em parceria entre a prefeitura e proprietário fundiário, tendo diversas estratégias de incentivo de ocupação da área. Em terceira etapa de crescimento urbano, o bairro já limitado pelo Riacho cresce com novo nome e novos agentes modificadores, sendo novos proprietários fundiários, empresas de capital proveniente de outros municípios e construtoras, sendo fruto principalmente do capital disponibilizado a partir do programa Minha Casa Minha Vida.

Já na segunda etapa de urbanização, caracterizado pelo processamento do sisal, o crescimento urbano se daria a partir dos proprietários dos meios de produção. Surgiria na cidade tanto a vila Ottoni Barreto, completamente abandonada após o fechamento da empresa lá alocada, quanto há o surgimento do bairro da CONPEL (Ivo Benício), este mantido após o fechamento da empresa a partir de investimentos do poder público em diferentes escalas (municipais, estaduais e federais) para habitação popular.

A empresa CONPEL teria sua instalação estratégica à outro elemento norteador do crescimento, que é a instalação da linha férrea. Seu funcionamento, associado ao ciclo do sisal entre os anos 1950-1990 também formaria a ocupação da Vila dos Pobres, ocupado

por agricultores provenientes tanto da área rural de Pocinhos quanto vinda de outros municípios. A linha férrea serve também como limitante da área urbana, sendo a ocupação além dela realizada apenas na Vila Ferroviária, apropriada por população após findado o funcionamento da ferrovia. A ocupação deste setor, juntamente com a compra de lote neste sentido, daria origem ao Bairro Santa Terezinha (ou Lixão).

Além da linha férrea, o surgimento a partir dos anos 1920 da estrada para Campina Grande constituiria diversos papéis no processo de formação do município nas diferentes etapas. Pocinhos constituiria inicialmente distrito do município de Campina Grande, que no momento da construção da conexão encontraria bastante sucesso a partir do cultivo do algodão. A estrada, representante da conectividade com o município campinense, tornaria-se referência para inicialmente instalação de colégio municipal (sob influência da igreja), hospital, entre outros equipamentos. O papel da PB 121 passa a ser mais forte e incisivo a partir do seu recapeamento, finalizado em 2015, que proporcionaria redução das distâncias e aumento das relações de trabalho e do uso de Pocinhos como "cidade dormitório", proporcionando moradias de menores custos para trabalhadores/estudantes da cidade de Campina Grande, intensificando os deslocamentos pendulares.

Demarcando um terceiro ciclo, a maior parte da produção urbana se dá pelo mercado gerado pelo excesso de capital que reflete nos fundos de financiamento e também nas empresas externas. De Recife ou mesmo do sudeste, encontram na cidade do interior da Paraíba uma maneira de criar lucros a partir da fabricação de lotes e residências voltadas ao público de baixa renda.

Esse terceiro processo de crescimento urbano também é caracterizado pela expansão dos papéis da gestão ocorridos no final dos anos 1990, inclusive no setor administrativo. Nesta experiência, as legislações não estariam mais focadas em corresponder demandas locais pré-existentes, como é o caso da legislação que regula o funcionamento das feiras livres, e sim buscava corresponder sua administração a um comparativo com as outras cidades dentro das políticas que eram desenvolvidas para todo o país na questão urbana. Ou seja, o papel da regulação do município neste novo momento tinha papel mais do que responder / se antecipar aos dilemas a serem enfrentados, mas também foi capaz de gerar seus próprios dilemas.

Como resultado da estruturação administrativa, o município teria acesso a financiamentos e benefícios (como o caso de participar legalmente de uma rede metropolitana), além da própria geração de empregos ocasionada pela instituição, que acaba modificando, inclusive, as próprias dinâmicas urbanas.

Apesar da impressão da regulação urbana nas cidades pequenas ser negligenciada, presente no início deste trabalho, esta ocorre devido à comparação da sua completude à outras cidades, principalmente as de maior porte. A ação do poder público no caso da cidade de Pocinhos é existente e se efetiva, com maior ou menor eficiência, em diversas

vezes. É o caso de quando há alienação de imóvel em 1991 no bairro Ivo Benício, “mediante concessão de direito real de uso” para doação para população de baixa renda (POCINHOS, lei nº501/1991). Ou quando a lei que dispõe sobre loteamentos urbanos de 2017 é completamente ignorada para implementação de lotes com fachadas menores, ação resultado da atuação das construtoras.

Num momento mais recente, há o surgimento de legislação específica para regulação de loteamentos. As regulações acabam surgindo como consequência dos problemas enfrentados pelos loteamentos com estruturas de vias estreitas e infraestrutura custeada pela prefeitura. Apesar das experiências do estado em se adequar às novas realidades (previamente, em correção ou mesmo gerando novas espacialidades), percebe-se uma crescente necessidade de evitar impactos urbanos gerados pelo novo estágio de urbanização caracterizado pelos impactos gerados pelas metrópoles. Indiscutivelmente a cidade se encontra dentro da região de influência de Campina Grande, além dos novos meios de comunicação e transporte apontarem para uma ocupação dessas cidades satélite.

O plano diretor, apesar de recomendado para cidades a partir de 20 mil habitantes, é previsto para cidades que fazem parte de redes metropolitanas. Tal necessidade se mostra gritante a partir do momento que a cidade não cresce nos locais em que há infraestrutura, equipamentos públicos e ofertas de lotes, e sim para áreas que necessitarão, no futuro, alta quantidade de investimento público em garantir urbanidade aos seus moradores.

Apesar da extensa análise sobre as dinâmicas de formação do espaço em Pocinhos, uma cidade de pequeno porte populacional, este assunto está longe de ser elucidado, seja no estudo das dinâmicas de cidades nessa escala ou para o próprio município. Muitos bairros da cidade merecem, nos mais diversos recortes temporais, estudos específicos para que seja possível aprofundar sua narrativa. A vila ferroviária, a exemplo, mantém ótimas características e testemunha um retrato de um momento histórico importante não só para o município como também para a região.

A paisagem da cidade, alvo de manifestações da população contra sua exploração e destruição, que inclusive resultou no tombamento da mesma, trata-se de outro tema que pode ser fortemente explorado, inclusive para trazer mais fundamento nos projetos de preservação local. Como um terceiro elemento que poderia resultar deste trabalho, um estudo mais aprofundado nas relações de metrópole e a formação do espaço podem contribuir, em muito, na tomada de decisões de regiões metropolitanas.

7.0 Referências

ARAÚJO, Carlos Eduardo Apolinário. **Pocinhos, Aspectos e Encantos**. Artexpress, 2007.

ARAÚJO, Rosângela. Pocinhos/PB: **Moradores enfrentam batalha pela preservação do maior lajedo da PB**. **Jornal da Paraíba**, fevereiro de 2006. disponível em: <<https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/painel9fbd.html?cod=1031>>. Acesso em 11 dezembro de 2022.

BRASIL. **PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA** (Posição: 30 de abril de 2020). Brasília: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Secretaria Nacional de Habitação, 2020.

_____. **Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de dezembro de 1979.

CABRAL, Laíse Nascimento et al. Problemas Ambientais, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Hídricos na Zona Rural do Semiárido Paraibano, PB-Brasil (Environmental Problems, Sustainable Development and Water Resources in Rural Semiarid Paraíba, PB–Brazil). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 5, n. 5, p. 1159-1173, 2013

CARLOS, A. F. A. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N°13, p. 179-187, 2003.

COSIBRA. **Matéria Prima/Processos**, s.d. Disponível em: <https://www.cosibra.com.br/materia_prima.php>. Acesso em 1 de dezembro de 2022.

COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO, Cesar Buno. **Institucionalidade e governança na trajetória recente da política urbana brasileira: legislação e governança urbanas**. 2016.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto Para Discussão. *in*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020. p. 41 - 51.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1989.

CUNHA, Eglaisa et al. (2019). O cadastro urbano no Brasil: histórico e evolução. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 17 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 55-74, dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.003

Dantas, D., Carvalho, É., & de Oliveira, J. **A Análise Urbana Sob a Perspectiva de Horácio Capel / Horácio Capel's Perspective of Urban Analysis**. *Espaço Aberto*, 9(1), p. 60-76, 2019.

DIAS, P. C., LOPES, D. M. F.. A Propósito Do Planejamento E Gestão Nas Cidades Médias E Pequenas: Uma Breve Introdução. *in*: DIAS, P. C., LOPES, D. M. F. **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014.

ENDELICH, A. M. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. *In*: Estudos Urbanos: Conceitos, definições e debates./Marcos Clair Bovo; Fábio Rodrigues da Costa (orgs.). Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2017. P. 33 - 53. disponível em: <<https://campomourao.unespar.edu.br/editora/documentos/estudos-urbanos.pdf>>. Acesso em 31/03/2022.

GIESBRECHT, R. M. **Pocinhos: Estações e Ferrovias do Brasil**, 2021 Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/pocinhos.htm>>. Acesso em 1 de dezembro de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, **lei nº 3.457 de 31 de dezembro de 1966**. Institui o Fundo Especial de Obras Públicas do Estado (FEOPE) e a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN), e dá outras providências. João Pessoa: Diário oficial do estado da Paraíba, 1966. Disponível em: <<https://suplan.pb.gov.br/lei-de-criacao>>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1960**.

_____ . **Censo Demográfico de 1970**.

_____ . **Censo Demográfico de 1980**.

_____ . **Censo Demográfico de 1991**.

_____ . **Censo Demográfico de 2000**.

_____ . **Censo Demográfico de 2010**.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018** — REGIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

_____. **Estados e cidades: Pocinhos**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/pocinhos.html>>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

_____. **Pocinhos**, s.d.. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pocinhos/panorama>>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Ed. fac-similar com introdução de Geraldo Joffily. Brasília: Thesaurus, 1977.

LAND VIEWER | EOS. **Land Viewer**. Disponível em: <<https://eos.com/landviewer/?lat=-22.91077&lng=-43.17826&z=17&preset=highResolutionTmsSensors>>. Acesso em: 01 de dez. 2022.

LEANDRO, M. C. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE PEQUENA E AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM SÃO FELIPE/BA. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022.

LIMA, H. **Tanque do Cajueiro estoura e destrói casas na cidade de Pocinhos**, 2022. Disponível em: <<https://helenolima.com/noticia/301/tanque-do-cajueiro-estoura-e-destroi-casas-na-cidade-d-e-pocinhos>>. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

LIVING ATLAS. **Landsat Explorer**. Disponível em: <<https://livingatlas2.arcgis.com/landsatexplorer/>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

MAPBIOMAS BRASIL. **MAPBIOMAS**. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

OJIMA , Ricardo., MARANDOLA Jr. , Eduardo Moraes Pereira , Rafael Henrique., & da Silva , Robson Bonifácio. (2010), **O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as "cidades-dormitório" no Brasil**. Cadernos MetrÓpole, Vol. 12, núm.24, pp.395-415.Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil.

POCINHOS. **História da cidade**. s.d. Publicado em <<https://pocinhos.pb.gov.br/historia-da-cidade/>>. Acesso em outubro de 2022.

_____. **Divisão Imobiliária da Cidade de Pocinhos-** Paraíba, 2021.

_____. **Lei nº 24 de 10 de janeiro de 1956.** Cria o Travessão de Açude de Pedra. POCINHOS: Câmara Municipal, 1956.

_____. **Lei nº 30 de 14 de junho de 1957.** Concede Auxílio Financeiro À Paróquia De Nossa Senhora Da Conceição. POCINHOS: Câmara Municipal, 1957.

_____. **Lei nº 49 de 16 de julho de 1957.** Regulamenta Loteação De Ruas E Terrenos. POCINHOS: Câmara Municipal, 1957.

_____. **Lei nº 153 de 19 de junho de 1964.** Cria Crédito Necessário Para Construção De Um Grupo Escolar No Bairro Cacimba Nova. POCINHOS: Câmara Municipal, 1964.

_____. **Lei nº 160 de 30 de dezembro de 1964.** Cria o Ginásio Municipal e dá Outras Providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1964.

_____. **Lei nº 171 de 30 de dezembro de 1966.** Autoriza O Poder Executivo A Realizar Compra De Imóvel E Dá Outras Providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1966.

_____. **Lei nº 177 de 3 de julho de 1967.** Concede Auxílio Ao Centro Social De Cacimba Nova. POCINHOS: Câmara Municipal, 1967.

_____. **Lei nº 191 de 28 de março de 1969.** Regulamenta o Mercado Municipal. POCINHOS: Câmara Municipal, 1969.

_____. **Lei nº 192 de 3 de julho de 1969.** Regulamenta Feiras Livres. POCINHOS: Câmara Municipal, 1969.

_____. **Lei nº 208 de 15 de abril de 1971.** Autoriza aquisição de Fotografia oblíqua Aérea da Cidade e dá outras providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1971.

_____. **Lei nº 250 de 13 de março de 1974.** Autoriza O Poder Executivo A Firmar Convênio Com A Diaconia . POCINHOS: Câmara Municipal, 1974.

_____. **Lei nº 264 de 10 de março de 1976.** Autoriza o Poder Executivo Municipal Fazer Doação De Terreno Urbano De Propriedade Do Município. POCINHOS: Câmara Municipal, 1976.

_____. **Lei nº 297 de 03 de março de 1978.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a Denominar Logradouro Público e dá outras providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1978.

_____. **Lei nº 333 de 10 de março de 1980.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar Logradouro Público (de Grupo Escolar Elizete Pereira de Araújo no Jardim Etelvina deste Município). POCINHOS: Câmara Municipal, 1980.

_____. **Lei nº 340 de 25 de agosto de 1980.** DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA. POCINHOS: Câmara Municipal, 1980.

_____. **Lei nº 347 de 20 de julho de 1981.** Amplia a delimitação da área urbana da sede do Município e dá outras providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1981.

_____. **Lei nº 348 de 20 de julho de 1981.** Autoriza A Abertura De Crédito Especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 1981.

_____. **Lei nº 356 de 12 de novembro de 1981.** Autoriza O Poder Executivo A Celebrar Convênio, Termo De Adesão A Aditivos Com O Ministério Da Fazenda E A Secretaria Das Finanças . POCINHOS: Câmara Municipal, 1981.

_____. **Lei nº 359 de 12 de novembro de 1981.** Autoriza o Poder Executivo a Doar Imóvel Pertencente Ao Patrimônio Do Município. POCINHOS: Câmara Municipal, 1981.

_____. **Lei nº 360 de 11 de dezembro de 1981.** Autoriza A Abertura De Crédito Especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 1981.

_____. **Lei nº 367 de 04 de abril de 1982.** Autoriza A Abertura De Crédito Especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 1982.

_____. **Lei nº 376 de 22 de agosto de 1983.** A Contratar Financiamento Com O Banco Do Nordeste Do Brasil. POCINHOS: Câmara Municipal, 1983.

_____. **Lei nº 380 de 15 de setembro de 1983.** Autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Cruzeiros), para o fim que especifica e dá outras providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1983.

_____. **Lei nº 391 de 2 de março de 1984.** A Contrair Convênio Com O Dnocs. POCINHOS: Câmara Municipal, 1984.

_____. **Lei nº 401 de 29 de outubro de 1984.** Autoriza o Poder Executivo Municipal, a 'DOAR' a 'CONPEL' (Companhia Nordestina de Papel). POCINHOS: Câmara Municipal, 1984.

_____. **Lei nº 408 de 15 de janeiro de 1985.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a desapropriar Bem Imóvel e dá outras providências: Câmara Municipal, 1985.

_____. **Lei nº 431 de 3 de abril de 1986.** Autoriza o Poder Executivo a Celebrar Convênios e Contratos. POCINHOS: Câmara Municipal, 1986.

_____. **Lei nº 420 de 24 de setembro de 1986.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar nome de rua e dá outras providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1985.

_____. **Lei nº 436 de 08 de janeiro de 1987.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a Fazer Doação e Dá Outras Providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1987.

_____. **Lei nº 445 de 13 de novembro de 1987.** Reconhece de Utilidade Pública a Federação das Associações dos Trabalhadores. POCINHOS: Câmara Municipal, 1987.

_____. **Lei nº 453 de 22 de novembro de 1988.** Delimita a Zona Urbana da Cidade de Pocinhos e dá outras providências. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 455 de 23 de novembro de 1988.** Autoriza A Abertura De Crédito Especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 458 de 15 de dezembro de 1988.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar nome de Rua. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 459 de 15 de dezembro de 1988.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar nome de Rua. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 461 de 15 de dezembro de 1988.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar nome de Rua. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 462 de 15 de dezembro de 1988.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar nome de Rua. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 463 de 15 de dezembro de 1988.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a denominar nome de Rua. POCINHOS: Câmara Municipal, 1988.

_____. **Lei nº 464 de 27 de março de 1989.** Autoriza o Poder Executivo Municipal Instituir Imposto Sobre A Transmissão De Bens Imóveis. POCINHOS: Câmara Municipal, 1989.

_____. **Lei nº 466 de 3 de maio de 1989.** Denomina Nome De Conjunto – Ivo Benício De Melo. POCINHOS: Câmara Municipal, 1989.

_____. **Lei nº 467 de 4 de julho de 1989.** Autoriza o Poder Executivo Suplementar As Dotações Orçamentárias Vigentes. POCINHOS: Câmara Municipal, 1989.

_____. **Lei nº 480 de 30 de abril de 1990.** Autoriza O Poder Executivo A Denominação De Lavanderia Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1990.

_____. **Lei nº 487 de 19 de setembro de 1990.** Dá Denominação de Ruas e Logradouro Público. POCINHOS: Câmara Municipal, 1990.

_____. **Lei nº 501 de 15 de maio de 1991.** Autoriza a Alienação De Terreno Do Domínio Público. POCINHOS: Câmara Municipal, 1991.

_____. **Lei nº 524 de 8 de setembro de 1992.** Denomina De Maria Da Guia Sales Araujo De Carvalho O Grupo Escolar Situado No Conjunto Ivo Benício. POCINHOS: Câmara Municipal, 1992.

_____. **Lei nº 562 de 24 de fevereiro de 1994.** Autoriza o Poder Executivo Contratar Operação De Crédito Por Antecipação Da Receita. POCINHOS: Câmara Municipal, 1994.

_____. **Lei nº 581 de 30 de março de 1995.** Autoriza Alunos Residentes Neste Município A Utilizar Ônibus Escolar Do Patrimônio: Câmara Municipal, 1995.

_____. **Lei nº 590 de 23 de maio de 1995.** Cria cargos em comissão de assessor para saneamento básico, cargos efetivos de encanador e determina outras providências: Câmara Municipal, 1995.

_____. **Lei nº 595 de 23 de agosto de 1995.** Indica Denominação de Rua. POCINHOS: Câmara Municipal, 1995.

_____. **Lei nº 623 de 27 de maio de 1997.** Autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 1997.

_____. **Lei nº 626 de 5 de junho de 1997.** Autoriza o Poder Executivo Ceder Servidores Municipais ao Banco do Brasil. POCINHOS: Câmara Municipal, 1997.

_____. **Lei nº 637 de 31 de outubro de 1997.** Concede Anistia As Empresas Situadas Na Sede Do Município. POCINHOS: Câmara Municipal, 1997.

_____. **Lei nº 641 de 27 de novembro de 1997.** Código de Posturas. POCINHOS: Câmara Municipal, 1997.

_____. **Lei nº 645 de 6 de abril de 1998.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1998.

_____. **Lei nº 657 de 21 de setembro de 1998.** Autoriza Concessão De Incentivos Econômicos E Estímulos Fiscais Para Empresas. POCINHOS: Câmara Municipal, 1998.

_____. **Lei nº 675 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 676 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 677 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 678 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 679 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 680 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 681 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 682 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 683 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 684 de 2 de junho de 1999.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 1999.

_____. **Lei nº 700 de 11 de maio de 2000.** Dispõe Sobre a Contratação por Tempo Determinado para Atender as Necessidades de Execução do PETI. POCINHOS: Câmara Municipal, 2000.

_____. **Lei nº 701 de 11 de maio de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamento Junto a União. POCINHOS: Câmara Municipal, 2000.

_____. **Lei nº 704 de 1 de junho de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a doar Imóvel. POCINHOS: Câmara Municipal, 2000.

_____. **Lei nº 722 de 27 de abril de 2001.** Autoriza a abertura de crédito especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 2001.

_____. **Lei nº 726 de 27 de abril de 2001.** Regulamenta destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes e outras despesas. POCINHOS: Câmara Municipal, 2001.

_____. **Lei nº 743 de 3 de agosto de 2001.** Autoriza a legitimação de uso próprio público. POCINHOS: Câmara Municipal, 2001.

_____. **Lei nº 767 de 22 de março de 2002.** Denomina artéria pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2002.

_____. **Lei nº 775 de 24 de maio de 2002.** Autoriza a abertura de crédito especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 2002.

_____. **Lei nº 795 de 22 de novembro de 2002.** Autoriza o Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social PSH. POCINHOS: Câmara Municipal, 2002.

_____. **Lei nº 797 de 22 de novembro de 2002.** Autoriza abertura de crédito especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 2002.

_____. **Lei nº 818 de 09 de maio de 2003.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2003.

_____. **Lei nº 819 de 09 de maio de 2003.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2003.

_____. **Lei nº 820 de 09 de maio de 2003.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2003.

_____. **Lei nº 821 de 09 de maio de 2003.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2003.

_____. **Lei nº 822 de 09 de maio de 2003.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2003.

_____. **Lei nº 845 de 24 de novembro de 2003.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2003.

_____. **Lei nº 862 de 21 de maio de 2004.** Autoriza O Poder Executivo a desenvolver ações para implementar Programa de Subsídio à Habitação De Interesse Social. POCINHOS: Câmara Municipal, 2004.

_____. **Lei nº 898 de 30 de novembro de 2005.** Denomina próprio público. POCINHOS: Câmara Municipal, 2005.

_____. **Lei nº 924 de 13 de fevereiro de 2007.** Autoriza o Poder Executivo doar Bem Imóvel pertencente ao Município. POCINHOS: Câmara Municipal, 2007.

_____. **Lei nº 932 de 08 de maio de 2007.** Autoriza O Poder Executivo a Adquirir para o patrimônio do município terrenos. POCINHOS: Câmara Municipal, 2007.

_____. **Lei nº 988 de 06 de março de 2008.** Cria o Fundo Municipal De Habitação De Interesse Social. POCINHOS: Câmara Municipal, 2008.

_____. **Lei nº 1002 de 27 de março de 2008.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2008.

_____. **Lei nº 1003 de 27 de março de 2008.** Denomina Artéria Pública. POCINHOS: Câmara Municipal, 2008.

_____. **Lei nº 1007 de 03 de abril de 2008.** Autoriza abertura de crédito especial. POCINHOS: Câmara Municipal, 2008.

_____. **Lei nº 1052 de 29 de dezembro de 2008.** Estabelece Novos Limites De Área Tombada E Destinada Ao Proteção Ambiental Paisagística. POCINHOS: Câmara Municipal, 2008.

_____. **Lei nº 1311 de 31 de dezembro de 2014.** Dispõe Sobre A Criação Do Conselho Municipal De Saneamento Básico – COMSAB. POCINHOS: Câmara Municipal, 2014.

_____. **Lei nº 1337 de 27 de setembro de 2016.** Cria Distrito Industrial do Município. POCINHOS: Câmara Municipal, 2016.

_____. **Lei nº 1341 de 25 de outubro de 2016.** Autoriza concessão de lote no Distrito Industrial. POCINHOS: Câmara Municipal, 2016.

_____. **Lei nº 1360 de 25 de abril de 2017.** Dispõe sobre Loteamentos Urbanos, Desmembramentos E Arruamentos. POCINHOS: Câmara Municipal, 2017

_____. **Lei nº 1374 de 24 de novembro de 2017.** Denomina Área Pública – Complexo Adm. Prefeito Clovis Chaves. POCINHOS: Câmara Municipal, 2017.

PROST, Gerard. Dans le Nord-Est du Brésil. Bordeaux: Les Cahiers D'Outre-Mer, 1967.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Roberto da Silva. **Pocinhos: o local e o geral.** RG Gráfica e Editora, Campina Grande, 2013.

RODRIGUES E SILVA, C.M.; SILVA, E.M.; MIRANDA, L.I.B. Regiões metropolitanas da Paraíba: caracterização, implantação e processos de gestão. Oculum Ensaios, v.15, n.1, p.129-148, 2018.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. Studio Nobel, 1997.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex Kenya. Processo de Metropolização no Brasil. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil (TT/PCC/028). São Paulo, Escola Politécnica, 2011.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1981

SARAIVA, Ivony Lidia Monteiro. **Cooperativa de Sisal Sociedade Anônima.** Dissertação (mestrado em economia), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1981.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SPOSITO, M. E. B. A Produção do espaço urbano: Escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *in*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020. p. 123- 145.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 29, p. 135-156, 2007.